



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**FEIRA MUNICIPAL A DO PRODUTOR: DINÂMICA ESPACIAL,
FUNCIONALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO - ZONA LESTE DA CIDADE DE
MANAUS/AM**

WANDERCLÉIA INHUMA DA SILVA

Manaus

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WANDERCLÉIA INHUMA DA SILVA

**FEIRA MUNICIPAL A DO PRODUTOR: DINÂMICA ESPACIAL,
FUNCIONALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO - ZONA LESTE DA CIDADE DE
MANAUS/AM**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEOG/UFAM, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Orientador Prof.: Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Manaus

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- S586f Silva, Wandercléia Inhumada
Feira municipal do produtor: dinâmica espacial, funcionalidade e comercialização – Zona Leste da cidade de Manaus/AM / Wandercléia Inhumada da Silva. - 2026.
143 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Manuel de Jesus Masulo da Cruz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2026.
1. Campesinato. 2. Dinâmica espacial. 3. Espaço urbano. 4. Feiras livres. 5. Agricultura familiar. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título
-

WANDERCLÉIA INHUMA DA SILVA

**FEIRA MUNICIPAL A DO PRODUTOR: DINÂMICA ESPACIAL,
FUNCIONALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO - ZONA LESTE DA CIDADE DE
MANAUS/AM**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEOG/UFAM, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 25 de fevereiro de 2026.

Banca Examinadora

Assinatura

**Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Presidente (PPGEOG/UFAM)**



Documento assinado digitalmente
MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
Data: 31/03/2026 12:41:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Charlene Muniz da Silva
Membro Titular Externo (UEA)**



Documento assinado digitalmente
CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA
Data: 09/04/2026 13:58:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo
Membro Titular (PPGEOG/UFAM)**



Documento assinado digitalmente
NELCIONEI JOSE DE SOUZA ARAUJO
Data: 12/03/2026 15:14:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Wandercléia Inhuma da Silva
Discente**



Documento assinado digitalmente
WANDERCLEIA INHUMA DA SILVA
Data: 09/04/2026 20:06:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus filhos, esposo e
família, exemplos de carinho, paciência e
sabedoria.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, minhas conquistas e realizações a Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro, São Francisco de Assis e Santa Tereza D' Ávila, cuja padroeira de Tefé por toda proteção, intercessão e livramento nessa minha árdua caminhada de mestranda, por ouvirem todas as vezes que eu pedia para me guiarem, iluminarem meu caminho quando eu só conseguia ver aflições e turbulências, obrigada pelo amor misericordioso e bondoso concedido nesse momento tão difícil de minha vida.

Aos meus filhos, esposo, minha família e todos que tiveram presente nessa caminhada. Ao meu pai a minha mãe muito obrigada pelas orações, teve sua parcela de colaboração para minha existência, crescimento e educação, afinal eles foram os primeiros pilares a me inserir neste mundo de conhecimento através do incentivo ao ensino e aprendizagem.

Aos professores de todas as disciplinas do curso de pós-graduação em Geografia que se dedicaram com profissionalismo, nos transmitiram uma gama de conhecimento, que fizeram parte dessa minha trajetória, desde o primário até o último.

Aos colegas de turma, que compartilharam comigo o sonho de alcançar o mestrado, levarei para sempre em minha memória.

Ao meu orientador, Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, por demonstrar tanta dedicação, simplicidade, seriedade e cuidado com minha pesquisa até o final do trabalho.

À Universidade Federal do Amazonas -UFAM, que proporcionou um ambiente acolhedor para que eu concluísse o curso e ao PPGEIO por todo apoio durante o curso.

A todos os participantes da pesquisa que confiaram na seriedade do trabalho e contribuíram para que o projeto de pesquisa caminhasse e gerasse essa dissertação.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para que o mestrado acadêmico em ensino da Geografia fosse concluído.

RESUMO

SILVA, Wandercléia Inhumá da. **Feira municipal A do Produtor: dinâmica espacial, funcionalidade e comercialização – Zona Leste da cidade de Manaus/AM**. 143f. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

O estudo teve como objetivo geral compreender a dinâmica espacial na Feira Municipal do Produtor – Zona Leste da cidade de Manaus/AM, considerando sua funcionalidade e comercialização. E foram os objetivos específicos: analisar a dinâmica espacial da Feira do Produtor da Zona Leste de Manaus/AM, destacando sua importância para o campesinato e agricultura familiar, sob a ótica dos paradigmas da questão agrária; entender a funcionalidade e a comercialização dos produtos, sua origem e a relação o modo capitalista de produção; investigar a dinâmica comercial dos produtos alimentícios revendidos na Feira do Produtor até o consumidor final, considerando as etapas dos circuitos produtivos de produção, circulação e consumo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em trabalho de campo na Feira do Produtor, zona leste de Manaus. Foram utilizadas observação direta, registros fotográficos, análise documental e entrevistas semiestruturadas com 37 participantes, entre produtores, atravessadores, consumidores, feirantes e gestores. A sistematização dos dados envolveu grade de observação, questionários fechados, elaboração de gráficos e análise anônima das entrevistas, articulando informações empíricas e referenciais teóricos da Geografia. Os resultados da pesquisa demonstraram que a Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus/AM constitui um espaço urbano estratégico de abastecimento e sociabilidade, articulando diretamente produtores, atravessadores e consumidores. O local se destaca como ponto de convergência entre diferentes agentes do circuito inferior da economia regional, assegurando a circulação de produtos frescos e diversificados, em sua maioria de origem local, que abastecem a população com preços mais acessíveis. A análise da dinâmica espacial evidenciou que a feira cumpre papel fundamental na integração entre o espaço urbano e rural, uma vez que facilita o escoamento da produção agrícola e, ao mesmo tempo, garante o acesso de consumidores urbanos a alimentos de qualidade. No interior da feira, observou-se uma organização espacial funcional, marcada pela disposição estratégica das barracas e pela categorização dos produtos, o que contribui para a otimização do fluxo de clientes e para a eficiência nas vendas. Além disso, a feira reafirma sua relevância não apenas econômica, mas também social e cultural, ao se consolidar como um espaço de encontro, trocas simbólicas e fortalecimento de vínculos comunitários na zona leste de Manaus.

Palavras-chave: Campesinato; Dinâmica espacial; Espaço Urbano; Feira Municipal do Produtor.

ABSTRACT

SILVA, Wandercléia Inhuma da. **Feira municipal A do Produtor: dinâmica espacial, funcionalidade e comercialização – Zona Leste da cidade de Manaus/AM.** 143f. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

The general objective of the study was to understand the spatial dynamics of the Municipal Producer Market located in the Eastern Zone of the city of Manaus, Amazonas, considering its functionality and commercialization processes. The specific objectives were: to analyze the spatial dynamics of the Producer Market in the Eastern Zone of Manaus, highlighting its importance for peasantry and family farming from the perspective of agrarian question paradigms; to understand the functionality and commercialization of products, their origins, and their relationship with the capitalist mode of production; and to investigate the commercial dynamics of food products sold at the market until they reach the final consumer, considering the stages of the productive circuits of production, circulation, and consumption. This research adopted a qualitative approach and a descriptive nature, based on fieldwork conducted at the Producer Market in the Eastern Zone of Manaus. Direct observation, photographic records, document analysis, and semi-structured interviews were used, involving 37 participants, including producers, middlemen, consumers, vendors, and managers. Data systematization included observation grids, closed-ended questionnaires, the preparation of graphs, and anonymous analysis of the interviews, integrating empirical information with theoretical frameworks from Geography. The results showed that the Municipal Producer Market of the Eastern Zone of Manaus constitutes a strategic urban space for supply and social interaction, directly connecting producers, intermediaries, and consumers. The market stands out as a point of convergence among different agents of the lower circuit of the regional economy, ensuring the circulation of fresh and diversified products, mostly of local origin, which supply the population at more affordable prices. The analysis of spatial dynamics revealed that the market plays a fundamental role in integrating urban and rural spaces, as it facilitates the flow of agricultural production while ensuring urban consumers' access to quality food. Within the market, a functional spatial organization was observed, characterized by the strategic arrangement of stalls and the categorization of products, which contributes to optimizing customer flow and improving sales efficiency. Moreover, the market reaffirms its relevance not only in economic terms but also in social and cultural dimensions, consolidating itself as a space for encounters, symbolic exchanges, and the strengthening of community ties in the Eastern Zone of Manaus.

Keywords: Peasantry; Spatial Dynamics; Urban Space; Municipal Producer's Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Feira do Produtor situada na Cidade de Manaus.....	17
Figura 2 - Feira Municipal do Produtor localizado no Bairro Jorge Teixeira	25
Figura 3 - Galpão Banana.....	37
Figura 4 - Planta baixa da Feira Municipal do Produtor – Zona Leste de Manaus.....	38
Figura 5 - Mapa Organizacional da Feira do Produtor.	40
Figura 6 - Peixaria e Açougue	42
Figura 7 - Área Interna 1 (feira produtor).	42
Figura 8 - Área Interna 1 (feira produtor).	43
Figura 9 - Área externa 02. (feira produtor).....	43
Figura 10 - Área de Alimentação.....	44
Figura 11 - Agricultura familiar (terra firme) – Ramal do Ipiranguinha	57
Figura 12 - Colheita de mandioca em área de agricultura familiar (Presidente Figueiredo/AM)	58
Figura 13 - Fronteira agrícola na Amazônia.....	62
Figura 14 - Marco da luta camponesa no Brasil (1960).....	63
Figura 15 - Tripé de articulação dimensional.....	64
Figura 16 - Barracas de verduras e hortaliças	70
Figura 17 - Barraca de frutas cítricas	70
Figura 18 – Plantação de alface do Ramal do Ipiranga.....	71
Figura 19 - Plantação de pepino do Ramal do Ipiranga	72
Figura 20 - Local de arrumar as verduras.....	72
Figura 21 – Cultivo dos Agricultores do Ramal do Ipiranguinha no Jorge Teixeira.....	73
Figura 22 – Plantação de Coentro do Ramal Serra do Sol, quilometro 160, Presidente Figueiredo.....	74
Figura 23 -Plantação de Alface do Ramal do Brasileirinho	75
Figura 24 - Plantação de chicória no Ramal do Brasileirinho.....	75
Figura 25 - Produtos Cultivados pelos agricultores.	81
Figura 26 - Caminhão que veio de Presidente Figueiredo para abastecer a Feira (comunidade Taboca)	82
Figura 27 – Transporte de hortaliças de comunidades rurais de Presidente Figueiredo para abastecimento da Feira do Produtor	83

Figura 28 -Camponeses que vem das comunidades	86
Figura 29 - Área de acesso a feira do produtor (ZL de Manaus-AM)	92
Figura 30 - Área de remédio naturais e fitoterápico	96
Figura 31 - Barracas de ervas medicinais	96
Figura 32 - Barraca da Farinha	97
Figura 33 - Esgoto à céu aberto	99
Figura 34 - Cobertura das barracas danificadas	99
Figura 35 - Viaduto Rei Pelé	104
Figura 36 - Complexo Esportivo Rei Pelé.....	105
Figura 37 - Protótipo da taça do mundo	105
Figura 38 - Área de atividade física	105
Figura 39 - Área de entretenimento.....	106
Figura 40 - Quadra de Basquete	106
Figura 41 - Reforma	108
Figura 42 - Tratamento urbano da feira.....	108
Figura 43 - Frigorífico da Feira do Produtor	108
Figura 44 - Depósito da Feira do Produtor	109
Figura 45 - Revitalização da Feira livre do Nova Cidade	116
Figura 46 - Transtornos causados pela construção do Viaduto Rei Pelé na Feira da Zona Leste	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fertilidade do solo em período curto e longo.....	56
Gráfico 2 - Origem dos Produtos Comprados pelos Feirantes	78
Gráfico 3 - Geolocalização dos Produtos dos Ciclo	79
Gráfico 4 - Produtos Cultivados pelos Camponeses do Ciclo.....	80
Gráfico 5 - Tempo de serviços dos Feirantes na Feira do Produtor.....	84
Gráfico 6 - Tempo de atuação na Agricultura Familiar	85
Gráfico 7 - Frequência dos consumidores na Feira do Produtor de Manaus.....	94
Gráfico 8 - Produtos mais comprados pelos consumidores.....	95
Gráfico 9 - Infraestrutura da Feira na Visão dos Consumidores	97
Gráfico 10 - Logística dos produtos até a Feira do Produtor – Ciclo	101
Gráfico 11 - Organização da Feira na Visão dos Feirantes.....	102
Gráfico 12 - Renda Mensal dos Feirantes	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções de feira conforme autores	32
Quadro 2 - Distribuição dos espaços da feira.....	35
Quadro 3 - Concepção e características da agricultura familiar.....	48
Quadro 4 - Conceitos e características do espaço urbano	52
Quadro 5 - Diferenças da utilização do sistema de roça de toco.....	55
Quadro 6 - Quantitativa da mão de obra humano por sexo e idade	66
Quadro 7 - Comparativo dos meios de produção tradicional e contemporâneo	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCD	Centrais de Compra e de Distribuição
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CEST	Centro de Estudos Superiores de Tefé
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEMEF	Departamento de Mercados e Feiras
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAVENI	Faculdade Venda Nova do Imigrante
HTP	Horário de tempos Pedagógicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia
IDSIM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCE/2021	Programa Ciência na Escola
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEMACC	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal
SEPROR	Secretaria de Produção Rural
TED	Transferência Eletrônica Disponível
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USP	Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I DA ORIGEM AO PRESENTE: AS RAÍZES DA FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR	23
1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR	24
1.2 FEIRA TRADICIONAL E A DINÂMICA ESPACIAL DA FEIRA DO PRODUTOR ..	28
CAPÍTULO II PRODUÇÃO FAMILIAR NA FEIRA DO PRODUTOR: CONEXÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE	45
2.1 CAMPESINATO, PRODUÇÃO FAMILIAR E AS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO AGRÁRIO E URBANO.....	50
2.2 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MODO DE VIDA CAMPONÊS	54
2.3 A TERRITORIALIDADE CAMPONESA AMAZÔNICA É MARCADA POR UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA COM O AMBIENTE.....	56
2.4 RELAÇÃO COM A TERRA, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE.	57
2.4.1 Contraste com agronegócio.....	59
2.4.2 A ocupação camponesa do espaço agrário.....	60
2.5 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO SIMBIOSE ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O ESTADO.....	65
2.5.1 Os meios de produção na agricultura familiar tradicional e contemporâneo.....	66
2.5.2 Práticas e Desafios da Agricultura Familiar	83
2.6 PERSPECTIVA GEOGRÁFICA SOBRE AS DINÂMICAS COMERCIAIS NA FEIRA TRADICIONAL.....	87
2.7 CONSUMO NA FEIRA DO PRODUTOR: TENDÊNCIAS E IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL	90
2.7.1 Participação Comunitária: O papel dos Consumidores na Dinâmica da feira.....	92
2.8 A LOGÍSTICA E A REMUNERAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS NA FEIRA DO PRODUTOR DA ZONA LESTE.	100
CAPÍTULO III A FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR: MUDANÇAS E RESISTÊNCIAS.....	107
3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO RECENTES	107
3.2 IMPACTO DAS POLÍTICA PÚBLICAS NAS FEIRAS MUNICIPAIS: AVANÇOS E DESAFIOS	112

3.3 RESISTÊNCIA CULTURAL E ECONÔMICA: MANTENDO A TRADIÇÕES EM MEIO A MUDANÇA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	133
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES	133
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ADMINISTRADORES DA FEIRA DO PRODUTOR.....	136
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES	137
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ATRAVESSADORES.....	139
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES	141
APÊNDICE F – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS	143
ANEXOS	145
ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ENTREVISTADOS	145

INTRODUÇÃO

A Feira Municipal do Produtor é um espaço vital para a comercialização de produtos locais, promovendo a economia regional e a valorização da agricultura familiar. Este projeto visa analisar a dinâmica espacial, a funcionalidade e a comercialização na Zona Leste de Manaus/AM, destacando a importância desse espaço para a comunidade.

Desde a sua origem, a Geografia, enquanto ciência esteve voltada para a descrição e discussão do espaço terrestre. Para Santos (1979) “os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão”. Daí surge às diferenças espaciais. Ainda afirma que os objetos geográficos, de ordem natural e artificial, juntamente com a sociedade são os principais componentes ou elementos desse espaço. Ou seja, o Espaço é propício a transformação de acordo com as ações humanas visualizadas nos elementos urbanos e rural, como nas praças, escolas, feiras, entre outros, como na cidade como um todo.

A análise da dinâmica espacial da feira revela como a disposição dos estandes, a circulação de pessoas e a acessibilidade influenciam a funcionalidade do espaço. A organização da feira, que inclui a segmentação de produtos por categorias, é um fator determinante para a experiência do consumidor e para a eficiência das vendas. Além disso, a localização da feira em uma área estratégica da Zona Leste, contribui para a atração de um público diversificado, que busca não apenas produtos frescos, mas também a vivência de uma cultura local rica e vibrante. A funcionalidade se estende além da simples comercialização. Ela se torna um ponto de encontro social, onde se promovem eventos culturais, oficinas e atividades educativas, que visam sensibilizar a população sobre a importância da alimentação saudável e do consumo consciente, na qual, a multifuncionalidade é essencial para a construção de uma comunidade mais coesa e informada.

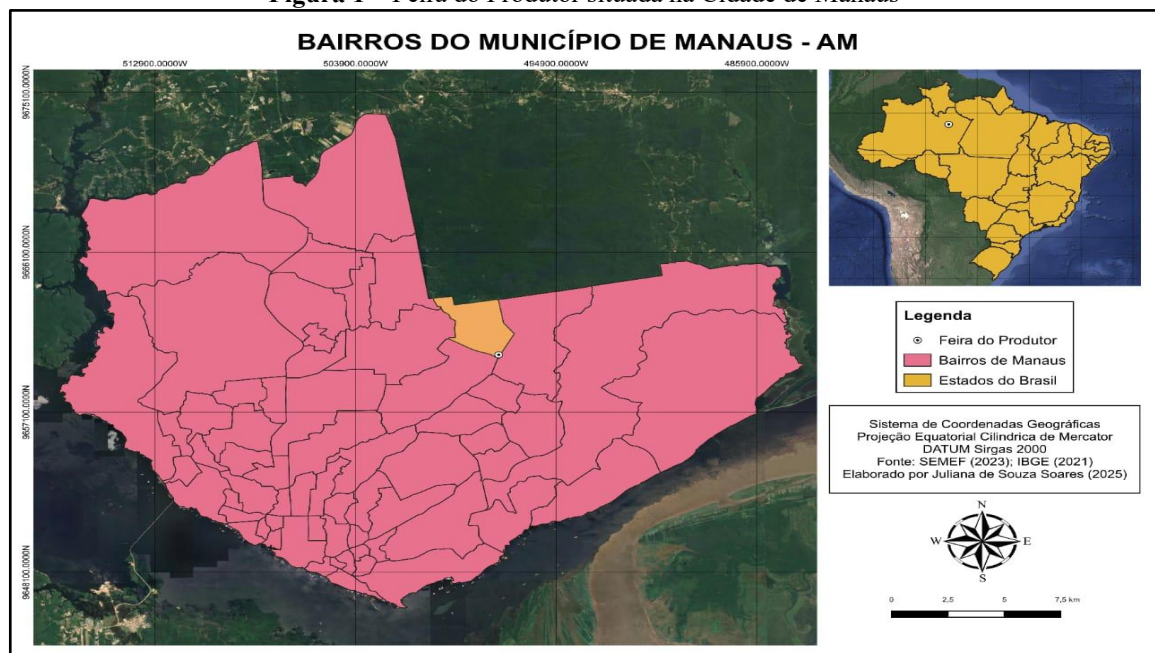
A Feira Municipal do Produtor, objeto deste estudo, enquadra-se no contexto das feiras tradicionais ou feiras livres, caracterizadas como espaços periódicos de comercialização direta e de forte interação social, econômica e cultural. Diferentemente de estabelecimentos formais do varejo moderno, esse tipo de feira se estrutura a partir da presença de pequenos produtores, comerciantes e intermediários, que dinamizam o abastecimento urbano por meio da oferta de produtos, em sua maioria oriundos da agricultura familiar. Nesse sentido, conforme aponta Moreira (2005), a feira configura-se como um espaço de interconexão entre o campo e a cidade, no qual se materializam diferentes práticas produtivas e modos de vida, evidenciando sua

natureza híbrida e multifuncional. Assim, a Feira do Produtor da Zona Leste de Manaus não se restringe à função comercial, mas consolida-se como um espaço socioespacial relevante, que articula economia popular, cultura local e relações sociais, reafirmando seu papel no circuito inferior da economia urbana e no fortalecimento da produção regional.

A história da Feira do Produtor começa por volta dos anos 1990, quando se localizava inicialmente no estacionamento do estádio Vivaldo Lima, atual arena da Amazônia. Segundo Conceição (2016), a feira passou por diversas negociações com os feirantes, até que foi desmembrada em duas: uma conhecida como Feira do Produtor do Santo Antônio e a outra, foco da nossa pesquisa, a Feira do Produtor da Zona Leste da cidade de Manaus.

A Feira Municipal do Produtor, localizada em Manaus (Figura 1), Amazonas, é uma das mais emblemáticas instituições de comércio local da região, destacando-se como um ponto de encontro entre pequenos produtores, consumidores e a rica cultura da Amazônia. Localizado na Zona Leste de Manaus, a Feira do Produtor pertence ao Bairro Jorge Teixeira é o segundo bairro mais populoso da cidade localizado na zona leste da cidade de Manaus Amazonas. Composto pelos bairros Cidade de Deus, Distrito Industrial 2, Gilberto Mestrinho e Tancredo Neves. E por ramificações dos bairros Valparaíso, João Paulo, Bairro Novo, Santa Inês, Brasileirinho, Monte Sião, Coliseu, Cidade Alta e Nova Floresta. Com uma área de aproximadamente 1.557 hectares, o Jorge Teixeira possui aproximadamente 130 mil pessoas morando no local.

Figura 1 – Feira do Produtor situada na Cidade de Manaus



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Conforme o próprio nome sugere, este espaço surgiu da necessidade de oferecer um local para os produtores de Manaus e de municípios vizinhos comercializarem seus produtos. Atualmente, no entanto, esse espaço é dominado por empresas de médio porte e intermediários de produtos alimentícios, o que reflete uma mudança no perfil original da feira.

A Feira do Produtor, conhecida por ser um ponto importante de comércio local e encontro de comunidades, vem passando por mudanças significativas em seu local de funcionamento. Essas mudanças, embora visem modernizar e atender às necessidades crescentes tanto dos comerciantes quanto dos frequentadores, acabam impactando diretamente na infraestrutura do local.

Apesar das várias reformas realizadas ao longo do tempo, a feira ainda enfrenta desafios que tornam o ambiente, por vezes, inadequado para as atividades comerciais e para o conforto dos frequentadores. Questões como a falta de organização no espaço, a ausência de áreas adequadas para o fluxo de pessoas, e problemas na manutenção das instalações comprometem a experiência de quem depende desse espaço, seja para vender ou para comprar. Tendo em vista os problemas identificados que fundamentam a proposta desta pesquisa, lançaremos os seguintes questionamentos: O que leva o descaso e a ausência da infraestrutura da Feira do Produtor da Zona leste da cidade de Manaus que dificulta o seu funcionamento e a melhor comercialização de seus produtos no circuito regional da Economia? O abastecimento da feira do produtor tem participação significativa na produção familiar? Os produtores familiares têm espaço para a comercialização na feira do produtor?

Esta pesquisa se justifica como uma ferramenta de suporte norteador para compreender a dinâmica espacial da Feira do Produtor a partir de uma abordagem geográfica. Dessa forma é um convite aos sentidos, considerando que tudo que se vê, ouve e percebe, é passível de uma análise geográfica, como os produtos ofertados, os fluxos de pessoas e mercadorias e as relações de trabalho existentes no local.

O objeto de estudo da Geografia é o Espaço, ou seja, um conjunto intrínseco de objetos e ações, a expressão material desse espaço é a sociedade. Assim, o papel da Geografia na educação básica é imprescindível para objetivar a compreensão das relações socioespacial, sejam elas econômicas políticas ou culturais (Pires, 2012; Santos, 2004, 2006).

A Geografia é a ciência que estuda os fenômenos geográficos materializados no espaço, portanto as feiras livres estabelecidas pontualmente no espaço urbano, são passíveis de investigação por geógrafos e outros cientistas. Entretanto, percebe-se que existem poucos estudos sistematizados na literatura a esse respeito.

Assim sendo, o estudo se caracteriza tanto em um local urbano e regional, pois os lugares estão em evidência dentro de contextos urbanos que dão identidade a um espaço sub-regional. A compreensão dessa re/produção espacial é sem dúvida importante para a Geografia contemporânea, uma vez que é possível entender a dinâmica desses locais, conhecer seus usuários, suas práticas, visando, sobretudo, desvelar a realidade a partir do conhecimento científico, que pode servir de suporte para os que pensam e planejam conhecer esse espaço, podendo esse conhecimento resultar em propostas que visem à criação e ao gerenciamento de condições mínimas para que a feira continuem acontecendo de modo a satisfazer aos interesses da população local.

O resultado da pesquisa serve, portanto, como suporte para proposta de ordenamento territorial para as feiras tradicional ou mesmo para as sedes municipais, onde os pequenos comerciantes, agentes modeladores do espaço, possam fazer parte do sistema com os mesmos direitos que os grandes. Embora o capitalismo seja por natureza um sistema que se alimenta do desequilíbrio social, acredita-se que a revanche para superar esse descompasso deve nascer num contexto local, onde os membros da sociedade civil organizada, participe nas elaborações e execuções de projetos que discutam as intervenções no espaço intraurbano, para que possam se sentir agentes responsáveis na construção de um espaço menos desequilibrado socialmente.

A análise do espaço intraurbano permite identificar e examinar as forças que criam as particularidades no espaço das cidades, particularidades essas ligadas à base econômica, às divisões sociais, aos interesses políticos, às manifestações culturais e às ações dos seus participantes. A análise se concentra na discussão da atividade comercial desenvolvida na principal Feira da Zona Leste de Manaus/AM.

Com apoio de dados primários, têm-se as leis, os regulamentos e o resultado dos questionários e entrevistas que serão obtidos sobre a feira estudada que permitirá relacionar os diversos elementos nela constantes nas diversas escalas local/regional/global bem como produzir uma análise da realidade local pelo viés da Geografia que permitirá entender que a Feira Municipal do Produtor, como objeto de estudo que se confirma como uma eficiente ferramenta metodológica para a ciência geográfica.

A feira caracteriza-se por suas particularidades de cheiro, sons e cores. Trata-se de uma paisagem plena de ambulantes, feirantes, fregueses, transportes e transeuntes gerando uma espécie de “caos”, mas que segue a sua própria ordem. A pesquisa na feira tradicional constitui-se em um laboratório para a pesquisa geográfica onde é possível correlacionar as diversas escalas— local/regional/global- a partir de comparações e análise dos elementos encontrados no lugar.

Portanto a Feira do Produtor da Zona Leste de Manaus/AM é um importante patrimônio da comunidade, que contribui para o abastecimento alimentar, a economia local e o desenvolvimento social da região. Com investimentos e planejamento adequados, a feira pode se tornar um centro de referência em produção e comercialização de alimentos, além de um espaço de encontro e lazer para a população.

Assim, a relevância deste estudo reside no estímulo à pesquisa e no fortalecimento da autonomia investigativa, ao promover o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva sobre os elementos do cotidiano. Ao aproximar a análise da realidade socioespacial da feira, o trabalho contribui para a construção do conhecimento geográfico de forma contextualizada, favorecendo a compreensão das dinâmicas locais e das relações entre espaço, sociedade e economia, além de incentivar a participação ativa dos sujeitos sociais na análise e transformação do espaço em que estão inseridos.

Logo, essa dissertação tem como objetivo geral compreender a dinâmica espacial na Feira Municipal do Produtor – Zona Leste da cidade de Manaus/AM, considerando sua funcionalidade e comercialização. E são objetivos específicos:

- (a) Analisar a dinâmica espacial da Feira do Produtor da Zona Leste da cidade de Manaus/AM, considerando sua importância para o abastecimento a partir de uma abordagem geográfica;
- (b) Entender o processo de produção e comercialização dos produtos, sua origem e destino, destacando a participação da produção familiar camponesa;
- (c) Analisar a dinâmica comercial dos produtos alimentícios revendidos na Feira do Produtor até o consumidor final, considerando as etapas dos circuitos produtivos de produção, circulação e consumo.

Esta dissertação adotou procedimentos metodológicos fundamentados na pesquisa qualitativa, cujo propósito residiu em conhecer e elucidar os detalhes e características que compuseram o objeto de estudo. Segundo Silveira e Córdova (2009), a abordagem qualitativa possui como uma das principais características a objetivação do fenômeno pesquisado, por meio da compreensão da percepção subjetiva do sujeito, que pode ser descrita e explicada a partir da relação estabelecida entre sujeito e contexto.

A pesquisa de campo foi realizada na Feira do Produtor, situada na Avenida Autaz Mirim com a Grande Circular, S/N, zona leste da cidade de Manaus-AM. A característica central dessa metodologia consistiu em estabelecer uma conexão entre o saber teórico e científico, possibilitando ao pesquisador atuar como sujeito ativo no processo de investigação e

aprendizagem. As atividades de observação e análise em campo se configuraram como recursos indispensáveis para a construção do conhecimento.

A pesquisa de campo em Geografia é entendida como uma prática teórico-metodológica que articula teoria e empiria de forma indissociável. Segundo Serpa (2017), o trabalho de campo é fundamental para revelar e analisar o espaço em sua totalidade, permitindo ao pesquisador compreender as relações entre elementos naturais e sociais que estruturam um território. Nesse sentido, a ida a campo não se restringe a uma simples coleta de dados, mas envolve a escolha de recortes espaciais e categorias de análise que possibilitem tornar visíveis os fenômenos observados. Trata-se de um exercício que exige a superação das dicotomias tradicionais da disciplina (como físico versus humano), valorizando a especificidade do espaço como produto e condição da ação social. Assim, ao realizar atividades de observação e análise direta, o pesquisador se coloca como sujeito ativo no processo de investigação, estabelecendo conexões entre o saber acadêmico e a realidade vivida, o que contribui para a construção crítica do conhecimento geográfico.

A pesquisa de campo possibilita múltiplas leituras e reflexões acerca do lugar e da sociedade nele inserida, favorecendo a construção de um olhar crítico sobre a realidade. A vivência direta em campo representa uma experiência formativa que contribui de maneira significativa para o desenvolvimento acadêmico e científico, fortalecendo sua iniciação à pesquisa (Justen, 2010).

Definiu-se o conceito de espaço como objeto de estudo da Geografia, sendo pesquisados aspectos relacionados à dinâmica espacial, à funcionalidade e à comercialização, além das transformações ocorridas no espaço analisado. Para alcançar tais objetivos, as atividades de campo foram estruturadas em etapas sucessivas, que possibilitaram a coleta de dados diversificados e a construção de uma visão abrangente sobre o funcionamento da Feira do Produtor.

O procedimento metodológico foi estruturado em visitas sucessivas ao campo: a primeira destinada à observação direta e ao registro fotográfico dos aspectos estruturais e organizacionais; a segunda, voltada à coleta de informações por meio de análise documental e conversas informais com feirantes; e a terceira, dedicada à aplicação de entrevistas semiestruturadas com 37 participantes, entre produtores, atravessadores, consumidores, feirantes e gestores.

Além disso, foi utilizada a grade de observação para dimensionar a densidade da feira e descrever sua configuração espacial. A pesquisa bibliográfica acompanha todo o percurso investigativo, funcionando como suporte para interpretação dos dados à luz de referenciais

teóricos da Geografia. As informações coletadas foram organizadas em questionários fechados, tratados quantitativamente por meio de gráficos, e em entrevistas, cujo conteúdo será analisado de forma anônima, conferindo os fenômenos em estudo. Esse conjunto de procedimentos permitiu compreender o funcionamento da feira em consonância com as diretrizes municipais, garantindo a articulação entre teoria e prática e fornecendo subsídios consistentes para a construção da dissertação.

Para fins de sistematização da pesquisa, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o processo histórico de formação da Feira Municipal do Produtor, destacando suas origens, transformações ao longo do tempo e a dinâmica espacial da feira tradicional, evidenciando sua importância no contexto urbano de Manaus. O segundo capítulo analisa a produção familiar na feira, estabelecendo conexões entre o campo e a cidade, com ênfase no campesinato amazônico, na territorialidade camponesa, nas relações entre terra, família e comunidade, bem como nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além das dinâmicas comerciais e de consumo que estruturam a feira. O terceiro capítulo discute as mudanças recentes vivenciadas pela Feira Municipal do Produtor, os impactos das políticas públicas, os avanços e desafios enfrentados, bem como as formas de resistência cultural e econômica que contribuem para a manutenção das tradições em meio às transformações do espaço urbano.

CAPÍTULO I

DA ORIGEM AO PRESENTE: AS RAÍZES DA FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as bases históricas e conceituais que fundamentam a compreensão da Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus, situando-a no contexto mais amplo das transformações socioespaciais das feiras ao longo do tempo. Inicialmente, será abordado o processo histórico de formação da feira, evidenciando sua origem, evolução e as mudanças ocorridas em sua estrutura e funcionamento, desde sua implantação até sua configuração atual. Busca-se, com isso, compreender como esse espaço foi sendo produzido socialmente, a partir das relações econômicas, políticas e culturais que o atravessam, consolidando-se como elemento na organização urbana e no abastecimento local.

Posteriormente, o enfoque recai sobre a caracterização da feira enquanto feira tradicional, destacando suas especificidades no âmbito da dinâmica espacial. As feiras tradicionais ou feiras livres constituem-se como espaços periódicos de comercialização direta, marcados pela presença de pequenos produtores, comerciantes e consumidores, e pela forte interação social que se estabelece nesses ambientes. Conforme Moreira (2005), tais espaços configuram-se como pontos de interconexão entre o campo e a cidade, nos quais se articulam diferentes práticas produtivas e modos de vida. Dessa forma, a Feira do Produtor é compreendida não apenas como um local de troca de mercadorias, mas como uma expressão concreta das relações socioeconômicas que estruturam o espaço urbano.

Nesse sentido, o conceito de feira adotado neste estudo parte de uma abordagem geográfica que a reconhece como um espaço multifuncional, onde se sobrepõem dimensões econômicas, sociais e culturais. A dinâmica espacial da feira envolve a organização interna das bancas, os fluxos de pessoas e mercadorias, e as estratégias de comercialização, elementos que revelam a complexidade desse ambiente.

Assim, ao longo do capítulo, busca-se evidenciar que a Feira Municipal do Produtor se insere no circuito inferior da economia urbana, desempenhando papel fundamental no abastecimento alimentar, na valorização da agricultura familiar e na construção de vínculos comunitários, reafirmando sua relevância no contexto socioespacial de Manaus.

Além disso, a compreensão da feira como espaço geográfico exige considerar sua materialidade e sua dimensão simbólica, uma vez que ela não se limita à função de troca econômica, mas incorpora práticas culturais, relações sociais e formas de organização próprias. Nesse sentido, a feira tradicional apresenta uma lógica distinta dos espaços formais de

comércio, marcada pela flexibilidade, pela informalidade relativa e pela proximidade entre os sujeitos envolvidos. Conforme destaca Menezes (2005), a feira revela múltiplos sentidos, expressando simultaneamente ordem e aparente desordem, tradição e modernidade, constituindo-se como um espaço dinâmico e complexo no interior do tecido urbano.

Ademais, ao analisar a Feira Municipal do Produtor sob a perspectiva da dinâmica espacial, torna-se possível identificar como os fluxos de mercadorias, pessoas e informações estruturam o funcionamento desse ambiente. A disposição das bancas, a segmentação dos produtos e as estratégias de comercialização refletem formas específicas de organização do espaço, que se adaptam às demandas do consumo e às condições locais. Nesse contexto, a feira reafirma seu papel como espaço de resistência e permanência frente às transformações do comércio contemporâneo, mantendo-se como importante alternativa de abastecimento e como *locus* de reprodução das práticas sociais e econômicas vinculadas à agricultura familiar e à economia popular.

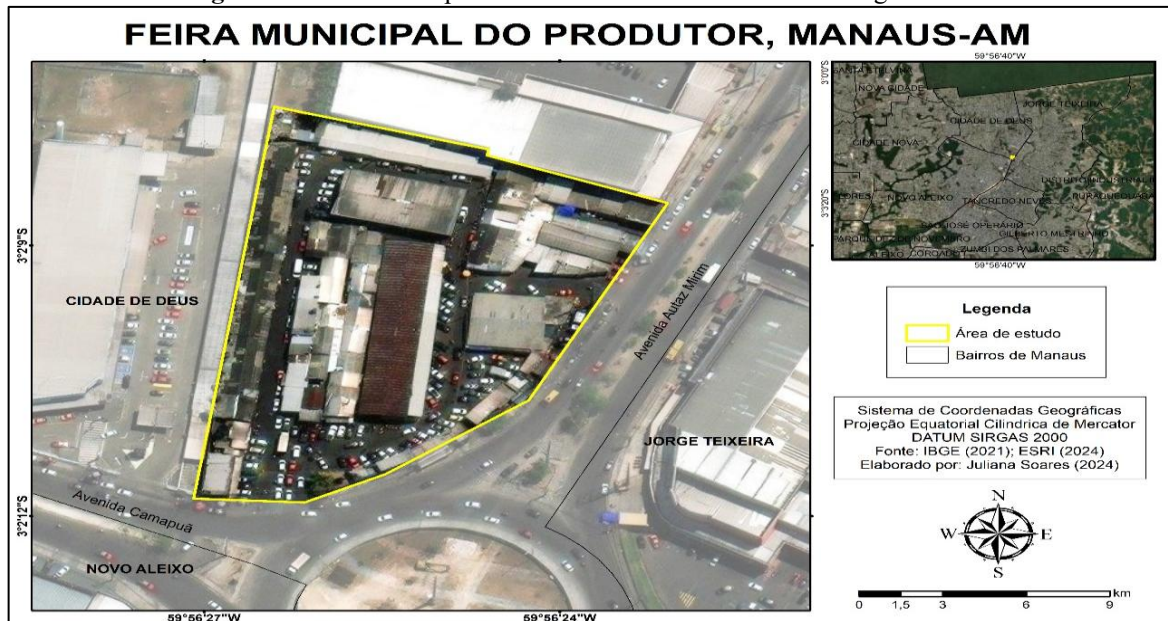
1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR

As feiras desempenham um papel essencial na vida das comunidades desde a antiguidade. Segundo Santos, Machado e Cleps (2012), as feiras, fenômenos econômicos e sociais com raízes que remontam à Grécia e Roma antigas, desempenham um papel crucial nas sociedades contemporâneas. Historicamente, seu funcionamento era regulado pelo estado, dada sua importância pública. Durante o feudalismo, essas feiras perderam parte de seu significado, uma vez que a economia feudal se baseava em trocas comerciais. No entanto, o ressurgimento das feiras ocorreu no século XI, impulsionado por crises econômicas e as Cruzadas, que revitalizaram o comércio, ampliando o fluxo comercial e a oferta de mercadorias orientais na Europa. Assim, as feiras se tornaram essenciais na revolução comercial até o século XIII.

As feiras são uma presença marcante na maioria das cidades brasileiras, sendo reconhecidas como uma manifestação cultural significativa. Atualmente, elas exercem um papel fundamental no abastecimento urbano, enfrentando desafios devido ao crescimento do comércio varejista nas lojas de autoatendimento e à intensificação da concorrência no mercado. Além disso, essas feiras são essenciais para os produtores rurais, pois permitem que eles vendam sua produção. Conforme aponta Moreira (2005), esse ambiente é onde se estabelece a interconexão entre o campo e a cidade, refletindo diferentes estilos e modos de vida organizados em função de suas práticas produtivas.

A figura 2 apresenta a Feira Municipal do Produtor, em Manaus-AM, destacada em contorno amarelo como área de estudo. Localizada no cruzamento da Avenida Autaz Mirim com a Avenida Camapuã, a feira está inserida em uma região de grande circulação urbana, delimitada pelos bairros Cidade de Deus, Jorge Teixeira e Novo Aleixo, configurando-se como um importante ponto de referência na dinâmica socioespacial da zona leste da capital.

Figura 2 - Feira Municipal do Produtor localizado no Bairro Jorge Teixeira



Fonte: Elaboração Própria (2024).

Essa mesma zona leste de Manaus é composta por 11 bairros, entre os quais se destacam: Armando Mendes, Colônia Antônio Aleixo, Coroado I, II e III, Distrito Industrial II (a), Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Mauazinho, Puraquequara, São José Operário, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares. Nesse contexto, a Feira do Produtor atua como um centro de distribuição que atende não apenas aos bairros próximos, mas também às áreas mais distantes do centro da cidade. Assim, além de facilitar o acesso a alimentos e produtos essenciais, a feira contribui para que a população encontre preços mais acessíveis, reforçando seu papel como equipamento urbano de relevância econômica e social para a região.

Além disso, a feira está localizada em uma área de grande movimento, próxima a importantes estabelecimentos comerciais e de transportes, o que aumenta sua acessibilidade e o fluxo constante de pessoas. Ela se encontra em frente ao novo Viaduto Rei Pelé, na “Bola do Produtor”, um marco da região que facilita a chegada e circulação de clientes e comerciantes. Essa localização privilegiada, somada ao crescimento urbano da Zona Leste, contribui para que

a feira seja uma concentração das atividades produtivas, econômico e cultural, vital tanto para a subsistência de pequenos produtores quanto para a valorização da cultura amazônica.

A Feira do Produtor da Zona Leste, que existe há mais de 25 anos, foi inaugurada em setembro de 1996 e conta com uma área total de 3.094,39 m². De acordo com as informações fornecidas pelo Departamento de Mercados e Feiras – DEMEF, os agricultores e comerciantes que atualmente atuam na Feira do Produtor iniciaram suas atividades de venda nas imediações do Estádio Vivaldo Lima desde 1995, atualmente Arena da Amazônia.

Posteriormente, esses profissionais foram formalmente cadastrados pela administração municipal e transferidos para a estrutura que abriga a feira atualmente, tornando-se a segunda maior feira de Manaus. Este espaço foi instituído com a finalidade de oferecer suporte aos produtores das áreas rurais adjacentes a Manaus, possibilitando a comercialização de suas produções para atender à crescente demanda da população da Zona Leste, que, naquele período, experimentava uma rápida expansão demográfica.

De acordo com o relato de uma das Feirantes que trabalha na feira desde que a mesma foi fundada em 1996, vindo transferida da Feira do Vivaldo Lima, afirma que “quando chegou no local não havia nada para colocar seus produtos, apenas um lugar limpo de terra vermelha, utilizávamos o que tinha para organizar nossos produtos, até que um dia tivemos a visita de um político que mudaria a história desse lugar”.

Esse cidadão político nos reuniu para falarmos da possibilidade de se fazer uma feira do produtor de forma organizada e que todos nós pudéssemos trabalhar de forma digna e que também melhoraria a nossas vendas. Em reunião foi sugerido que se fizesse um galpão coberto, com bancas, para todos e assim foi feito o primeiro galpão central da feira do produtor, alojando todos os permissionários para trabalhar em bancas de forma organizada e metragem de espaço igual. E ficou determinado que o corredor do lado esquerdo era para os feirantes que não eram produtor e a outra lateral seria para os feirantes que quisessem trabalhar com café da manhã e almoço, do lado esquerdo da feira ficou para os agricultores os que não moravam na cidade e que só vinha durante a semana ou quinzenalmente, ou seja, trabalhariam em forma de “ciclo”¹.

O ciclo seria uma forma de organizar os camponeses no seu local de trabalho, como todos são produtores, plantam e colhem e trabalham em locais diferentes e só vem na feira

¹ A palavra “ciclo” foi empregada pelos próprios agricultores para designar a dinâmica de ocupação e comercialização no espaço em questão. Ela refere-se ao período, geralmente de 7 a 15 dias, em que determinado grupo de agricultores permanece vendendo seus produtos. Após esse intervalo, eles retornam às suas comunidades ou ramais e outros agricultores passam a ocupar o mesmo espaço, dando continuidade ao processo de comercialização. Trata-se, portanto, de uma forma rotativa de participação que garante a alternância dos sujeitos e a permanência do abastecimento local.

quando tem produção, ficou determinado que cada semana viriam camponeses de comunidades e ramais e assim teriam oportunidade de venderem seus produtos e segue até hoje essa forma de divisão de vendas conhecido como ciclo pelos feirantes. Esses produtores (feirantes) possuem pequenas propriedades de terras que plantam e colhem como forma de tirar o sustento de suas famílias, quando vem para feira trazem seus produtos agrícolas durante a semana e quando retornam para seus lugares de origem outros camponeses já estão se preparando para vim a feira fazer o mesmo processo de venda de seus produtos.

Segundo Godoy e Anjos (2007, p. 364), “as feiras são uma tradicional modalidade periódica de comércio varejista, dispersas no espaço e no tempo, cada qual com a sua relevância e magnitude peculiar”. Essas feiras representam uma rede complexa de interações sociais e econômicas, que articulam um diversificado conjunto de ocupações, fluxos de mercadorias e relações interpessoais.

Predominantemente estruturadas como atividades de trabalho informal, muitas vezes de natureza familiar, elas desempenham um papel crucial na dinâmica socioeconômica das comunidades onde estão inseridas. Historicamente, as feiras têm raízes profundas, remontando a períodos em que o comércio se estabelecia de forma rudimentar, com a troca de bens entre os habitantes de diferentes regiões. Desde então, evoluíram e se diversificaram, refletindo as transformações sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. A presença das feiras nos espaços urbanos e rurais não apenas facilita o acesso a produtos variados, mas também promove a construção de laços comunitários e a preservação de tradições locais.

Nesse contexto histórico-temporal de transformação e ressignificação das feiras, torna-se imprescindível investigar a trajetória específica da Feira do Produtor da Zona Leste da cidade de Manaus, que, apesar de sua relevância, revela lacunas significativas na documentação e nos registros formais que poderiam elucidar sua história. A pouca informação sobre a Feira do Produtor é alarmante, especialmente quando se considera a relevância socioeconômica que essa feira poderá possuir para a região em que está inserida. A Feira do Produtor não é apenas um local de troca comercial, mas também um espaço de convívio social que promove interações entre os membros da comunidade, fortalecendo laços sociais e culturais.

A escassez de registros históricos não apenas subestima a importância desse espaço de comércio, mas também revela uma preocupante negligência em relação à preservação da memória local. O inaccessível de documentação compromete a capacidade de entender a evolução da feira, suas transformações ao longo do tempo e seu papel na dinâmica comunitária. Sem registros adequados, torna-se difícil analisar as contribuições anterior e posterior da feira para o desenvolvimento econômico da região, bem como suas implicações sociais e culturais.

1.2 FEIRA TRADICIONAL E A DINÂMICA ESPACIAL DA FEIRA DO PRODUTOR

As feiras, historicamente, representam uma das mais antigas formas de comercialização e sociabilidade no Brasil, tendo resistido ao tempo e às transformações impostas pela modernização agrícola e pelo avanço do agronegócio. Elas constituem espaços onde se combinam dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, articulando o campo e a cidade em uma dinâmica de trocas que vai muito além da mera compra e venda de produtos (Ribeiro, 2007; Godoy; Anjos, 2007; Nora; Zanini, 2015).

Como observa Ribeiro (2007), as feiras exemplificam essa complexidade: nelas, o trabalho das famílias rurais se entrelaça com a cultura e a memória coletiva, criando uma rede de relações que reafirma a importância da agricultura familiar em territórios historicamente marcados por desigualdades socioeconômicas. Mais do que simples pontos de venda, as feiras configuram-se como espaços de circulação de saberes, de reafirmação de identidades e de resistência diante da marginalização imposta pela modernização agrícola.

Ainda, as feiras preservam práticas tradicionais de produção e comercialização, ao mesmo tempo em que se adaptam às demandas urbanas, tornando-se arenas de negociação entre diferentes temporalidades e racionalidades econômicas. Assim, a feira é, simultaneamente, local de abastecimento, de reprodução cultural e de reconhecimento social das famílias agricultoras, que encontram nesse espaço uma estratégia de permanência e visibilidade frente às pressões do mercado e às desigualdades estruturais (Ribeiro, 2007).

Contudo, a emergência do agronegócio e a expansão dos supermercados, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, não conseguiram eliminar a relevância das feiras (Godoy; Anjos, 2007; Cruz et al., 2022). Conforme analisam Cruz et al. (2022), mesmo diante da homogeneização alimentar e da padronização de produtos que caracterizam o sistema agroindustrial, as feiras continuam sendo espaços privilegiados de abastecimento, nos quais prevalecem alimentos diversificados, frescos e vinculados às tradições alimentares locais. Cujas a permanência se explica porque as feiras não apenas abastecem populações urbanas, mas também reconstroem vínculos identitários e sociais entre agricultores e consumidores, possibilitando que estes últimos reconheçam a qualidade dos produtos a partir da confiança e da reciprocidade estabelecidas na relação direta com os produtores.

As feiras são espaços tradicionais que desempenham um papel crucial na conexão entre os agricultores e a sociedade urbana. Representando não apenas um espaço para compras, mas representa um vínculo histórico e cultural que remonta às origens do campesinato agrícola.

Segundo Pierri et al (2010) As feiras livres são canais de comercialização que muitas das vezes não recebem apoio de políticas públicas, desta forma acabam sendo esquecidos assim como o segmento da agricultura familiar uma vez que as políticas públicas acabam favorecendo os produtores mais capitalizados.

As feiras livres são frequentemente discutidas no contexto urbano, sendo reconhecidas por sua presença marcante nas cidades e pela comercialização direta de produtos frescos aos consumidores. Segundo Ribeiro (2007, p. 45), as feiras livres são “pontos de encontro desses lavradores com os mercados, para trocas econômicas, culturais, para socialização”. Além disso, caracterizam-se por sua natureza itinerante, funcionando em dias específicos e em locais predeterminados, sem um ponto fixo permanente. Essa modalidade de feira difere substancialmente das feiras tradicionais, que se estabelecem de forma fixa em um local predeterminado, mantendo apenas um horário regular de funcionamento. Enquanto as feiras livres se adaptam à mobilidade urbana e às necessidades de diferentes bairros, as feiras tradicionais são integradas de maneira mais estável ao espaço urbano, constituindo-se como marcos permanentes nas comunidades onde estão inseridas.

Dourado (2012) reforça essa perspectiva ao destacar que as feiras livres têm desempenhado um papel fundamental para o campesinato e para a população com menor poder aquisitivo. Esses espaços permitem que os produtores rurais comercializem seus produtos, gerando recursos para a compra de outros itens que não fazem parte de sua produção.

Desse modo, é de conhecimento geral que as feiras tradicionais não são locais exclusivamente organizados pelos agricultores. No entanto, a presença dos agricultores nesses locais é parte de diversas estratégias por eles utilizadas para manter-se no campo. Enquanto a maioria das feiras livres ocorre sem muita interferência das autoridades urbanas, as feiras fixas tendem a ser mais regulamentadas e controladas de forma mais rigorosa. As feiras fixas proporcionam uma forma mais segura para os camponeses venderem seus produtos, assegurando um espaço regular e acessível, o que pode fortalecer ainda mais a sustentabilidade de suas atividades agrícolas.

No entanto, esta dinâmica espacial da feira refere-se à organização física e funcional dos espaços onde ocorrem as atividades de comercialização. Segundo Santos (2000), a espacialidade das feiras é determinada pela relação entre os fluxos de pessoas, mercadorias e informações. A disposição dos estandes, a acessibilidade e a interconectividade com o entorno urbano são elementos chave para entender como o espaço é apropriado pelos atores envolvidos. A dinâmica espacial também está ligada à configuração social do espaço que de acordo com

Lefebvre (1991) argumenta que o espaço é produzido socialmente, e as feiras exemplificam isso ao serem moldadas pelas práticas culturais, econômicas e sociais dos participantes.

Segundo Faria (1999), esse espaço é submetido ao capitalismo quando possuir vínculo mercantil, conforme supracitado pelo autor, Marx (1983), defende a lei do valor onde é o princípio que estabelece a comercialização e a troca de mercadorias. Na qual a lei uniformiza as taxas de lucros e transforma valores gerados pelo trabalho produtivo, criando um sistema de preços que norteia a circulação da produção, entre investimentos e consumo. Onde também acaba sendo responsável na distribuição de capital e trabalho, ajustando-se na concorrência.

Tal lei reflete na realidade dos feirantes em seu cotidiano, onde o espaço mercantil é competitivo, e diariamente é necessário reajustes nos valores e nas ofertas para atender as demandas e cobrir as ofertas dos outros feirantes. Os estudos de Pierri et al (2010), enfatizam como a produção familiar enfrenta problemas desde a produção até o escoamento, muitas vezes, eles são obrigados a vender a preços inferiores aos intermediários, o que reduz sua manutenção e potencial de aumentar sua renda.

O caráter cultural das feiras é um dos aspectos mais evidentes quando se analisa sua função social. Segundo Cruz et al. (2022), o valor atribuído aos produtos não se restringe à dimensão nutricional ou econômica, mas envolve elementos simbólicos como gosto, memória e pertencimento territorial. Assim, a feira não é apenas um mercado, mas um espaço de reafirmação cultural e de resistência à lógica homogeneizadora do capital agroindustrial.

Para além da dimensão cultural, a feira também é espaço de sociabilidade e de construção de laços comunitários. Godoy e Anjos (2007) destacam que as feiras livres, sobretudo aquelas com enfoque ecológico, funcionam como espaços de interação social e de aprendizado coletivo. Nesses ambientes, consumidores não apenas compram alimentos, mas também compartilham saberes, receitas, práticas de cultivo e experiências de vida com os agricultores. Também transforma a feira em um espaço político, no qual se valorizam práticas agroecológicas e se questiona o modelo de produção baseado em monocultivos e uso intensivo de insumos químicos.

Essa sociabilidade é ainda mais evidente nas feiras urbanas analisadas por Nora e Zanini (2015), como a Feirinha de Camobi em Santa Maria (RS). As autoras observam que a feira se configura como um espaço de convivência, onde se comercializam não apenas produtos, mas também memórias, identidades e formas de pertencimento étnico e cultural. Para os feirantes, muitas vezes descendentes de camponeses e imigrantes, a feira representa a possibilidade de manter viva a tradição do trabalho familiar e de se inserir no espaço urbano sem perder os vínculos com o mundo rural. Já para os fregueses, a feira é um momento de encontro e de troca

simbólica, em que a compra de alimentos se associa a valores como confiança, proximidade e autenticidade.

Do ponto de vista econômico, Pierri e Valente (2010) enfatizam que as feiras são canais fundamentais de venda direta, permitindo que agricultores reduzam sua dependência de intermediários e consigam valorizar seus produtos de maneira mais justa. Ao mesmo tempo, esses espaços promovem a autonomia dos agricultores familiares e reforçam sua capacidade de reprodução social, mesmo diante das limitações impostas pelo mercado dominante. Logo, as feiras colaboram para o escoamento da produção da agricultura familiar. Apesar dos avanços em termos de políticas públicas, ainda persistem gargalos na comercialização dos produtos desse segmento.

No Jequitinhonha, como mostra Ribeiro (2007), as feiras cumprem um papel que vai além da economia: são locais onde se perpetuam tradições culturais, como músicas, culinárias e práticas artesanais, que reforçam a identidade regional. Elas funcionam como um palco em que os agricultores se fazem visíveis, reafirmando sua condição de sujeitos sociais ativos, em contraste com a invisibilidade a que muitas vezes são relegados pelo discurso hegemônico do desenvolvimento rural centrado no agronegócio. Assim, a feira é, ao mesmo tempo, espaço de mercado e de cultura, de economia e de política, de tradição e de reinvenção.

As feiras também se destacam como instrumentos de promoção da segurança alimentar e da soberania alimentar. Cruz et al. (2022) ressaltam que, ao valorizar produtos locais, frescos e diversificados, as feiras garantem acesso a dietas mais equilibradas e reforçam a autonomia das comunidades em relação ao sistema agroindustrial. Vale destacar que, o processo de valorização dos circuitos curtos de comercialização permite que o alimento seja reconhecido não apenas como mercadoria, mas como elemento de identidade e de soberania, expressão do direito das populações de decidir sobre seus hábitos alimentares.

Ademais, como analisam Godoy e Anjos (2007), essas experiências constituem vitrines da agroecologia, ao exporem produtos cultivados sem agrotóxicos e ao valorizarem práticas de produção sustentáveis. Para os consumidores, esse contato direto com os agricultores possibilita não apenas a aquisição de alimentos saudáveis, mas também uma maior conscientização sobre as consequências ambientais e sociais de suas escolhas alimentares. Para os agricultores, as feiras ecológicas são oportunidades de divulgar seus valores, fortalecer sua organização e construir relações de confiança com a sociedade.

Nesse contexto, temos as seguintes concepções de feira e suas principais características, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Concepções de feira conforme autores

AUTOR	CONCEPÇÃO DE FEIRA	CARACTERÍSTICAS/ENFOQUES PRINCIPAIS
Ribeiro (2007)	Feira como espaço de comercialização, memória e cultura, reafirmando a agricultura familiar.	- Espaço de trocas econômicas e simbólicas - Reafirma identidades e tradições - Estratégia de resistência frente ao agronegócio - Valoriza agricultores familiares em territórios desiguais.
Godoy e Anjos (2007)	Feiras como espaços de sociabilidade, educação e política, especialmente as ecológicas.	- Espaço de interação e aprendizado coletivo - Valorização da agroecologia - Questionamento do modelo de monocultivo - Relações de confiança entre agricultores e consumidores.
Nora e Zanini (2015)	Feiras urbanas como espaços de convivência, identidade e pertencimento cultural.	- Integração do rural ao urbano - Valorização de memórias e tradições étnicas - Recriação da identidade camponesa em contexto urbano - Espaço plural de resistência e adaptação.
Cruz et al. (2022)	Feiras como contraponto ao sistema agroindustrial, fortalecendo segurança e soberania alimentar.	- Oferta de alimentos frescos e diversificados - Reforço das tradições alimentares locais - Circuitos curtos de comercialização - Alimento como mercadoria e identidade.
Pierri et al. (2010); Pierri e Valente (2010)	Feiras como canais fundamentais de comercialização direta e autonomia da agricultura familiar.	- Redução da dependência de intermediários - Preços mais justos aos produtores - Problemas no escoamento e manutenção da renda - Segmento pouco apoiado por políticas públicas.
Dourado (2012)	Feira como alternativa de subsistência e acesso para populações de menor poder aquisitivo.	- Canal de renda para agricultores - Espaço de abastecimento acessível - Fortalecimento do campesinato - Redução de custos para consumidores.
Santos (2000)	Feira como espaço marcado pela dinâmica espacial e pelos fluxos de pessoas e mercadorias.	- Organização física e funcional do espaço - Relação com o entorno urbano - Espaço apropriado socialmente pelos atores - Conexão entre economia e sociabilidade.
Faria (1999) / Marx (1983)	Feira como espaço mercantil submetido à lei do valor.	- Competitividade e reajuste de preços constantes - Influência da concorrência no cotidiano dos feirantes - Comercialização vinculada à lógica capitalista - Distribuição desigual de capital e trabalho.

Fonte: Elaboração Própria (2024).

A análise dos autores evidencia que as feiras não podem ser reduzidas a simples espaços de compra e venda, mas devem ser entendidas como arenas complexas que articulam economia, cultura, sociabilidade e política. Ribeiro (2007) destaca o papel das feiras na preservação da memória coletiva e na reafirmação da agricultura familiar, enquanto Godoy e Anjos (2007) ressaltam seu caráter educativo e político, sobretudo no fortalecimento da agroecologia. Nora e Zanini (2015) ampliam essa visão ao mostrar como as feiras urbanas funcionam como espaços de convivência e resistência, conectando o rural ao urbano e valorizando identidades culturais.

Já Cruz et al. (2022) e Pierri et al. (2010) sublinham a função econômica das feiras como canais de comercialização que garantem preços mais justos e fortalecem a segurança alimentar, apesar da ausência de políticas públicas adequadas. Outros enfoques, como os de Santos (2000) e Faria (1999), ressaltam a dimensão espacial e a inserção das feiras na lógica mercantil, evidenciando tensões entre a sociabilidade comunitária e a competitividade do mercado. Assim,

a feira se revela como um espaço híbrido: simultaneamente mercantil e cultural, tradicional e moderno, local e global, funcionando como um elo fundamental na reprodução da agricultura familiar e na resistência às pressões homogeneizadoras do agronegócio.

As feiras, portanto, não podem ser entendidas apenas como resquícios de um passado pré-moderno, mas como espaços dinâmicos, capazes de se reinventar frente às pressões da modernidade. Nora e Zanini (2015) enfatizam que, ao reunir diferentes grupos étnicos, produtos e tradições, as feiras urbanas configuram-se como espaços plurais de resistência e adaptação, onde o rural dialoga com o urbano e ambos se transformam mutuamente. Nesse sentido, elas cumprem seu papel na recriação da identidade camponesa e na valorização da agricultura familiar em contextos urbanos.

Portanto, pode-se afirmar que as feiras são instâncias privilegiadas de reprodução econômica, cultural e social da agricultura familiar. Em sua dinâmica, articulam múltiplas dimensões — abastecimento, cultura, sociabilidade, política e identidade —, tornando-se espaços estratégicos para compreender a resistência e a reinvenção dos agricultores familiares em meio às transformações contemporâneas. Sendo territórios de encontro e de troca, lugares em que o campo e a cidade se conectam de forma concreta e simbólica. Representam tanto a possibilidade de comercialização justa e de valorização dos alimentos locais quanto a expressão da pluralidade cultural e da resistência camponesa. Nesse entrecruzamento de dimensões, a feira se consolida como patrimônio social, cultural e político das populações rurais e urbanas, sendo elemento fundamental para pensar o desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil.

As feiras são de extrema importância para a economia e para os produtores, sendo essenciais para a valorização da agricultura familiar e do campesinato. Segundo Ribeiro (2017), a agricultura Familiar apresenta um significativo potencial para o abastecimento, sendo de grande relevância para os hábitos alimentares locais, os quais estão intimamente ligados às identidades locais. Esse vínculo entre produção e consumo reforça a ideia de que as feiras livres e tradicionais não são apenas espaços de comercialização, mas também lugares de resistência cultural, onde a tradição alimentar e o saber agrícola Sistemas Agrícolas Tradicionais são preservados (SAT).

Nesse sentido, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico ao garantir a oferta de alimentos frescos e diversificados, que compõem a base da alimentação tradicional em diversas regiões. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e no desenvolvimento rural sustentável, proporcionando produtos de maior qualidade e incentivando práticas agrícolas tradicionais que respeitam o meio ambiente.

A importância da agricultura familiar também se destaca no contexto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Brasil, que tem por objetivo promover o acesso a crédito e a serviços de assistência técnica para pequenos produtores. De acordo com estudos recentes, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, sendo a principal fornecedora de produtos como feijão, milho e leite, o que evidencia sua relevância tanto no abastecimento de mercados locais quanto na garantia da soberania alimentar (Carneiro et al., 2021).

Além disso, a Feira do Produtor localizada na Zona leste da cidade de Manaus-AM transcende sua função comercial ao se constituir como um espaço de valorização da agricultura familiar, promoção da diversidade alimentar e preservação das tradições culturais. Esse tipo de iniciativa fomenta a criação de circuitos curtos de comercialização, onde produtores e consumidores podem interagir diretamente, promovendo não apenas a economia local, mas também a coesão social e a resiliência das comunidades rurais.

Além de sua importância econômica, a dinâmica espacial da Feira do Produtor também contribui para a criação de um ambiente que fortalece a conexão entre os pequenos produtores e os consumidores. Nesse contexto, é essencial compreender o conceito de espaço, que pode ser entendido não apenas como um lugar físico, mas também como uma construção social onde ocorrem interações e trocas simbólicas, moldando as relações econômicas e culturais dentro da feira.

De acordo com Santos (2008, p. 46) define o espaço como algo “dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana”. Essa concepção ressalta a inter-relação entre os sistemas de objetos sejam eles naturais ou fabricados, e os sistemas de ações que permeiam o cotidiano humano. Esse conjunto indissociável transforma o espaço de maneira contínua, à medida que novos objetos e ações se agregam, alterando tanto a sua forma quanto o seu conteúdo substancial.

A partir dessa perspectiva, a Feira do Produtor, situada na zona leste, é um exemplo claro de como o espaço urbano pode ser dinâmico e em constante transformação. Santos (2004), a dinâmica espacial é resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, onde o espaço é constantemente reorganizado pela atividade humana e pelas transformações tecnológicas. Para Santos, "o espaço não é um dado inerte, mas um conjunto de condições dinâmicas que envolvem tanto a materialidade quanto os fluxos de vida social" (SANTOS, 2004, p. 35). Assim, o espaço se transforma a partir dessas interações, refletindo os processos históricos e as forças sociais que atuam sobre ele.

A feira não apenas reflete a materialidade dos objetos que a compõem como as barracas, produtos agrícolas, infraestruturas, mas também as ações humanas que nela ocorrem, como o comércio, a negociação e as interações sociais. Esses elementos criam um espaço de fluxo constante, onde a dinâmica espacial se reflete no movimento dos produtores, consumidores e nos processos de troca que ali acontecem.

Esse espaço, portanto, caracteriza-se pela transformação constante e pelas contradições inerentes à convivência de práticas tradicionais e modernas, que simultaneamente coexistem e se transformam. Neste cenário, surge a necessidade de explicar a estrutura física da feira, que se apresenta como um sistema organizado, mas flexível, capaz de se adaptar às mudanças na demanda e às novas realidades socioeconômicas da região.

A alocação dos pavilhões foi organizada de acordo com categorias específicas de produtos, tais como carnes, hortaliças, frutas, entre outros. Contudo, o aumento contínuo da demanda por espaço dentro da feira levou à extrapolação dos limites originalmente definidos para esses pavilhões, o que resultou na dispersão de algumas barracas para áreas adjacentes à via de transição, impactando negativamente o fluxo de consumidores. No quadro 2 a estrutura da Feira do Produtor, pode ser analisada a partir de sua divisão geográfica.

Quadro 2 - Distribuição dos espaços da feira

DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS DA FEIRA DO PRODUTOR		
CATEGORIA	TIPO	QUANTIDADE
Alimentação	Restaurante	14
	Lanche	04
	Açougue	06
	Pescado	04
Boxes Centrais	Central Produtor Rural	56
	Extra Laterais	12
	Extra Frente	14
Galpões	Galpão de Banana II	01
	Galpão Melancia	01
	Galpão Frutas e Verduras	18
Frete	Vagas para Fretes	28

Fonte: Elaboração Própria (2024).

A configuração do ambiente da feira também reflete a diversidade de produtos e culturas presentes, com seções específicas dedicadas a diferentes tipos de alimentos. Nesse contexto, observa-se que o setor de alimentação conta com 14 restaurantes, dos quais apenas 10 estão em funcionamento, enquanto os outros 4 estão em reforma. Essa configuração evidencia uma significativa demanda por refeições prontas, sugerindo que um número expressivo de visitantes

frequenta a feira não apenas com a intenção de adquirir produtos, mas também em busca de uma experiência gastronômica.

Outros setores importantes, como o açougue e a área destinada ao pescado, possuem 6 e 4 espaços, respectivamente. Essa organização reflete um equilíbrio na distribuição de produtos cárneos e pescados, facilitando o acesso dos consumidores a ambos os itens em áreas especializadas. A simetria no número de espaços entre esses setores indica uma demanda equivalente por carne e pescado entre os frequentadores da feira.

A estrutura central da feira é composta por 56 boxes no Central Produtor Rural, que abrigam uma variedade de mercadorias, desde hortaliças até produtos artesanais. Além disso, a seção Extra Laterais conta com 12 boxes, dos quais 8 são destinados à comunidade local e 4 aos permissionários, garantindo uma distribuição mais inclusiva e equitativa dos espaços. Já a seção Extra Frente oferece 14 boxes adicionais, acomodando comerciantes durante períodos de maior fluxo, como festividades ou safras específicas.

Além dos setores alimentares, a feira também abriga boxes que oferecem uma diversidade de produtos e serviços que vão além dos alimentos, incluindo eletrônicos e um salão de beleza. Essa oferta de serviços diversificados reflete a adaptação da feira às necessidades contemporâneas dos consumidores, que podem usufruir de uma experiência de compras ampliada, indo além dos produtos alimentícios.

O Anexo Central Produtor Rural na Feira do Produtor da zona leste opera com um sistema rotativo de revezamento dos produtores. A cada 7 dias, os feirantes passam por um processo de ciclo, o que garante a diversidade de produtos e a oportunidade para todos os participantes utilizarem o espaço. Esse revezamento proporciona uma renovação constante da oferta de mercadorias, permitindo que os consumidores encontrem uma ampla variedade de produtos frescos e de qualidade. Além disso, esse modelo de gestão contribui para o fortalecimento da economia local, uma vez que mais produtores têm a chance de expor e comercializar seus itens, promovendo um ambiente mais justo e colaborativo dentro da feira.

O abastecimento da Feira do Produtor é realizado pelos camponeses do “Ciclo”, que costumam comparecer quinzenalmente para comercializar seus produtos. Eles trazem uma variedade de itens provenientes de suas propriedades, como coco, banana, macaxeira, farinha, pupunha, goma e pimenta-de-cheiro. A maior parte dessa produção é oriunda do quilômetro 174, na localidade conhecida como Taboca, pertencente ao município de Presidente Figueiredo. Além disso, há também produtores vindos de outras comunidades, como Canoas, Rio Pardo e Urubi, todas situadas em Presidente Figueiredo, que contribuem regularmente com o abastecimento da feira.

Entre os setores com maior capacidade, destaca-se o Galpão de Frutas e Verduras, com 18 espaços, sugerindo sua destinação para produtos que exigem maior volume de exposição ou para áreas que atendem a um número elevado de consumidores. Na figura 3 mostra o Galpão de Banana II, conhecido também como a área da banana e o Galpão Melancia que possuem, respectivamente, 1 espaço destinado ao comércio desses produtos específicos de grande consumo na região.

Figura 3 - Galpão Banana



Fonte: Autora (2024).

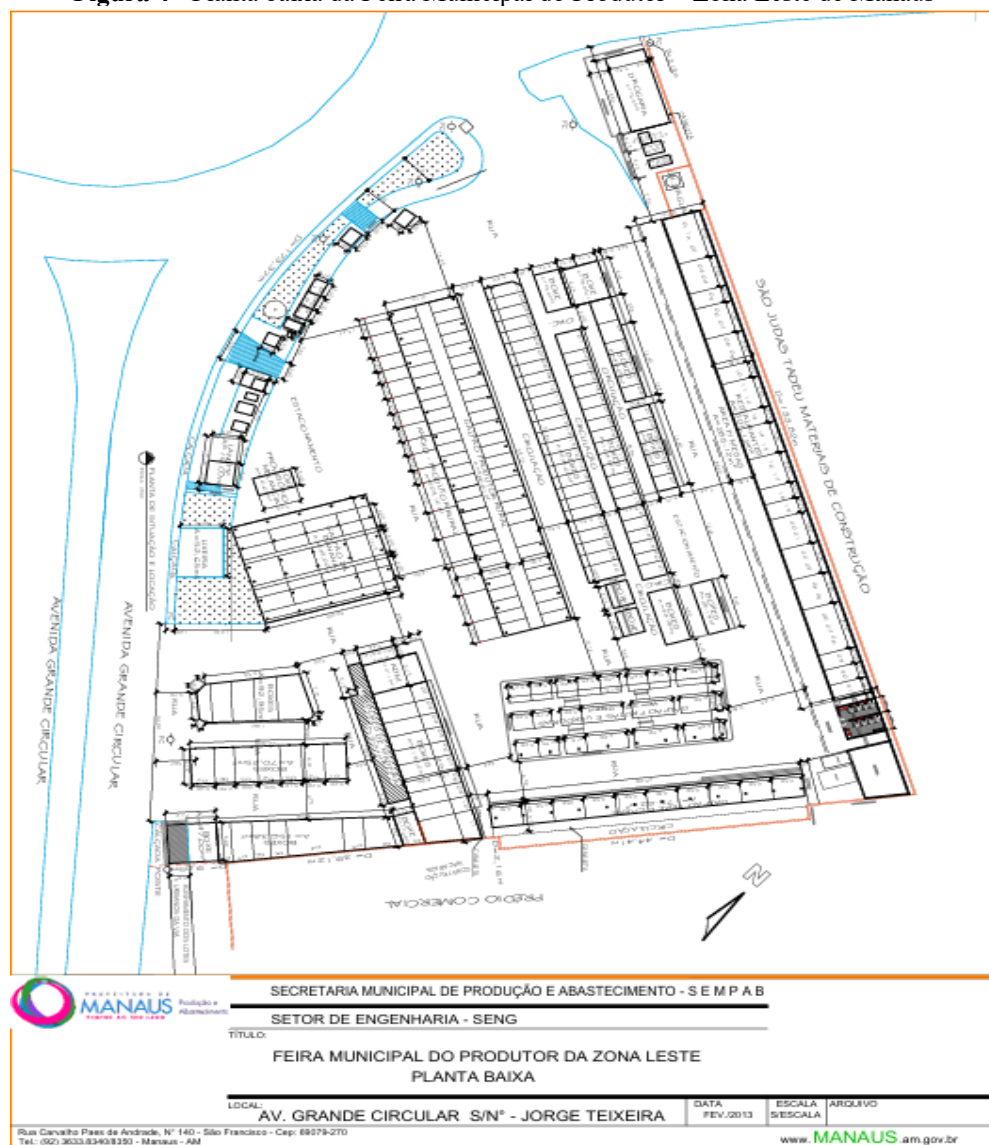
Adicionalmente, a feira disponibiliza 28 vagas para fretes, o que ressalta a preocupação com a logística e a eficiência no transporte dos produtos. Tal organização possibilita que os feirantes reabasteçam suas bancas de maneira ágil e que os consumidores adquiram mercadorias em maior escala, contando com o auxílio de serviços de transporte apropriados.

Com base nas informações detalhadas sobre a estrutura e operação da Feira do Produtor da Zona Leste, é possível inferir uma organização espacial eficiente, conforme ilustrado pela planta baixa anexada. A planta baixa, datada de 2013 e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMIF), proporciona uma visão detalhada da disposição dos galpões e bancas, evidenciando a segmentação dos setores, como o Galpão de Frutas e Verduras e os galpões dedicados a bananas e melancias, que foram estrategicamente planejados para promover a diversificação de produtos.

A implementação de um sistema do ciclo semanal ou quinzenal entre os feirantes aproveita essa divisão espacial, garantindo um uso equitativo e rotativo dos espaços de venda. Assim, todos os produtores têm acesso justo às áreas disponíveis, o que contribui para a manutenção de uma dinâmica equilibrada no uso dos recursos da feira.

A Planta baixa da Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus (Figura 4), oferece uma representação clara e detalhada da dinâmica espacial do local, destacando a distribuição estratégica dos elementos que compõem o ambiente da feira. O projeto apresentado mostra a disposição das bancas de vendas, áreas de circulação e setores de apoio, com foco em otimizar a experiência tanto para os feirantes quanto para os consumidores.

Figura 4 - Planta baixa da Feira Municipal do Produtor – Zona Leste de Manaus

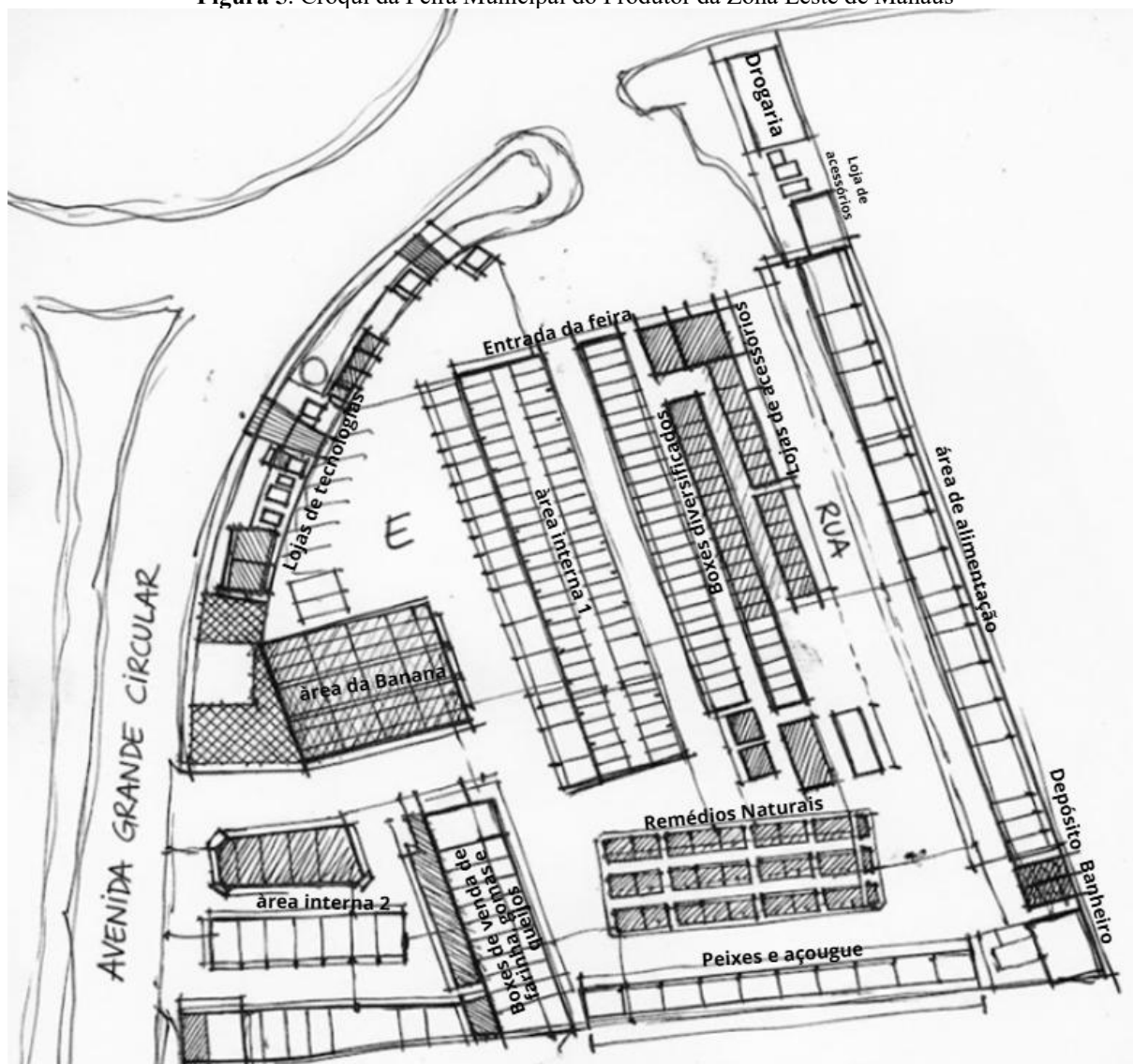


Fonte: SEMIF (2013).

A organização espacial segue uma lógica de eficiência, com as bancas de vendas alinhadas em fileiras regulares e paralelas, criando amplos corredores que facilitam o fluxo contínuo de pessoas. Assim, a disposição linear permite aos consumidores transitarem facilmente entre as seções da feira, promovendo uma circulação fluida e minimizando eventuais congestionamentos.

O croqui da Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus (Figura 5) apresenta uma representação esquemática da organização espacial do equipamento, evidenciando a distribuição dos setores, a disposição das bancas e a articulação dos fluxos internos. Diferentemente da planta baixa, o croqui enfatiza a leitura funcional do espaço, permitindo compreender, de forma mais intuitiva, a dinâmica de uso da feira.

Figura 5. Croqui da Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus



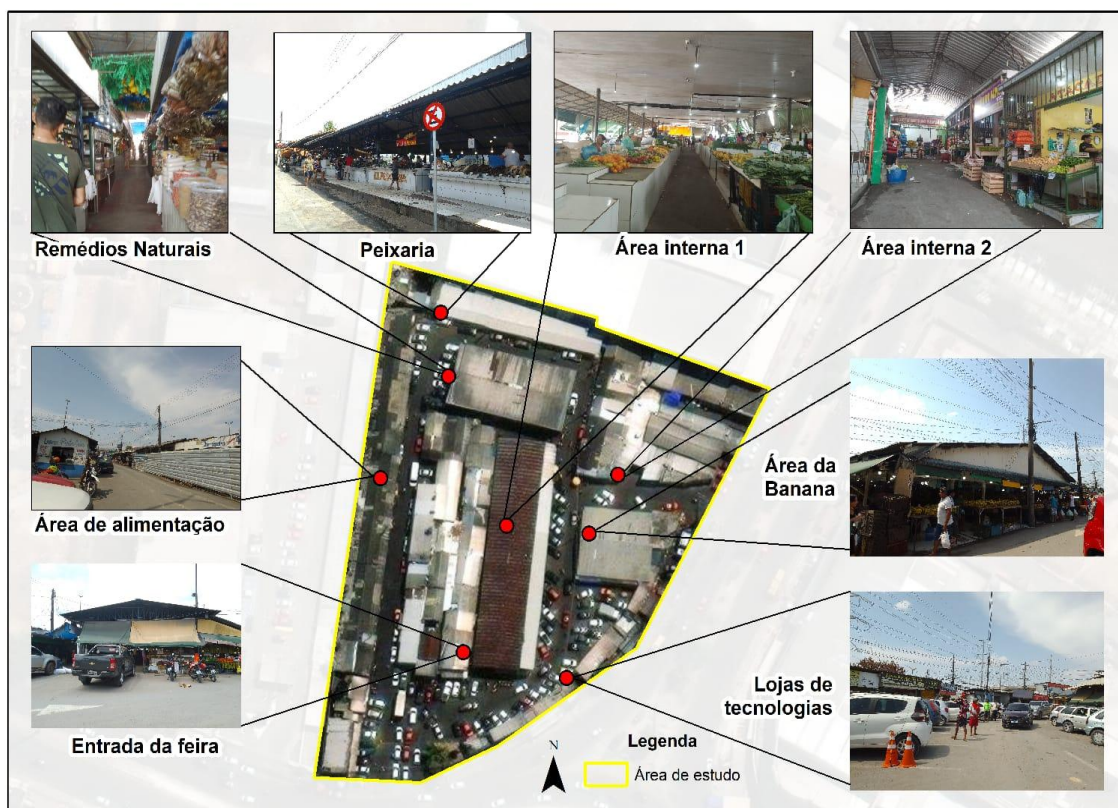
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Observa-se que o empreendimento está implantado ao longo da Avenida Grande Circular, que configura o principal eixo de acesso e conexão com o entorno urbano. A partir dessa via, ocorre a entrada de usuários, estabelecendo uma relação direta entre o espaço público externo e a área interna da feira.

A área central do croqui é ocupada pelas bancas de comercialização, organizadas em fileiras paralelas e regulares., cuja disposição linear cria corredores longitudinais que funcionam como eixos principais de circulação, permitindo o deslocamento contínuo dos consumidores e facilitando o acesso aos pontos de venda., o que contribui para a fluidez do fluxo e para a orientação espacial dos usuários. Além dos corredores entre as bancas, o croqui evidencia a existência de uma via interna, indicada como “rua”, que estrutura a circulação no sentido longitudinal.

Para proporcionar uma melhor compreensão das diferentes áreas da feira, na figura 6 que detalham cada setor, incluindo as bancas de vendas, áreas de circulação e os espaços de apoio. Isso auxiliará na visualização da organização espacial e no entendimento da disposição funcional do local.

Figura 6 - Mapa Organizacional da Feira do Produtor.



Fonte: Autora (2024).

A delimitação da área de estudo, destacada por uma linha amarela, proporciona uma visão sistemática da distribuição dos segmentos dentro do espaço, permitindo uma compreensão mais aprofundada da organização do mercado. Segundo Silva (2020), “a disposição espacial em feiras livres reflete tanto a organização do comércio quanto às dinâmicas sociais que ali se estabelecem” (p. 120).

Conforme os dados apresentados pela Prefeitura Municipal de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc), a feira conta com um total de 205 permissionários cadastrados, distribuídos em 27 atividades comerciais. Estas atividades são organizadas em 06 setores, que visam proporcionar uma ampla variedade de produtos e serviços aos consumidores. A presença da agricultura familiar no contexto das feiras populares reforça a importância da produção local e sustentável. Segundo Silva (2022), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil, sendo um dos principais pilares de abastecimento das feiras. Além disso, de acordo com Oliveira e Costa (2020), o fortalecimento das cadeias produtivas locais por meio das feiras fomenta a economia solidária e contribui para a valorização dos pequenos produtores.

Como destaca Freire (2020), “os camponeses mantêm vivas as técnicas agrícolas sustentáveis que respeitam o meio ambiente e garantem a diversidade de produtos” (p. 45). Esse modelo de organização não só promove a sustentabilidade econômica, como também fortalece os laços sociais e culturais da comunidade, alinhando-se às dinâmicas de produção e consumo responsável.

Os Setores de Remédios Naturais exemplificam a relevância dos produtos medicinais e compostos naturais. Este tipo de mercado, além de ser uma manifestação cultural, “atende a uma demanda crescente por produtos naturais e alternativos, especialmente em áreas urbanas” (Ferreira, 2019, p. 19). Isso ressalta a função da feira não apenas como ponto de comércio, mas também como um espaço de preservação de saberes tradicionais.

A Peixaria (Figura 7), por sua vez, representa um setor vital para a economia local, sendo a venda de peixes frescos uma atividade fundamental. A comercialização de produtos perecíveis, como os peixes, exige um planejamento adequado, que “otimize o fluxo de clientes e assegure a qualidade dos produtos” (Mendes, 2018, p. 88), refletindo a importância da organização espacial para a funcionalidade da feira.

Figura 7 - Peixaria e Açougue

Fonte: Autora (2024).

As áreas designadas como Área Interna 1 e Área Interna 2 são dedicadas à venda de produtos agrícolas, como frutas e verduras, o que evidencia a feira como um ponto central para o escoamento da produção rural. De acordo com Oliveira (2021), “os mercados públicos são essenciais para promover o encontro entre os produtores locais e o consumidor urbano, garantindo o abastecimento de produtos frescos” (p. 46). Dessa forma, a disposição das bancas reflete a integração entre o campo e a cidade. (Figuras 8, 9 e 10).

Figura 8 - Área Interna 1 (feira produtor).

Fonte: Autora (2024).

Figura 9 - Área Interna 1 (feira produtor).



Fonte: Autora (2024).

Figura 10 - Área externa 02. (feira produtor)



Fonte: Autora (2024).

A Área de Alimentação destaca-se como um espaço de convivência social, destinado ao consumo de alimentos preparados. Esse setor cumpre uma função social dentro da feira, uma vez que “os espaços de alimentação em mercados públicos servem como pontos de encontro e interação entre os visitantes” (Almeida & Souza, 2020, p. 40). Isso reforça a ideia de que a feira não é apenas um local de compra, mas também um espaço de socialização e partilha de experiências. (Figura 11).

Figura 11 - Área de Alimentação

Fonte: Autora (2024).

A especialização de setores, como a Área da Banana, indica uma segmentação de produtos, proporcionando aos consumidores maior facilidade na identificação e aquisição dos itens de interesse. Conforme Andrade (2022), “a divisão de setores por tipo de produto é uma estratégia eficiente para aumentar a organização e facilitar a experiência de compra” (p. 62).

Por fim, o setor de Lojas de Tecnologias demonstra uma diversificação dos produtos oferecidos na feira, abrangendo não só o comércio de alimentos e produtos naturais, mas também de mercadorias tecnológicas, o que “reflete a adaptação dos mercados tradicionais às novas demandas do consumidor contemporâneo” (Pereira, 2023, p. 15). A Entrada da Feira, identificada no mapa, constitui o ponto principal de acesso, sendo um marco inicial para o percurso dos visitantes, denotando a funcionalidade e acessibilidade do espaço.

Essa disposição, como observada na figura 3, exemplifica a complexidade e a multifuncionalidade da Feira do Produtor, que se adapta às necessidades da comunidade local e responde às dinâmicas socioeconômicas da região (Lima, 2023, p. 110). Assim, a organização espacial e a variedade de setores demonstram a importância desse mercado tanto para a economia quanto para a cultura da cidade.

CAPÍTULO II

PRODUÇÃO FAMILIAR NA FEIRA DO PRODUTOR: CONEXÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE

A agricultura familiar representa uma das formas mais resistentes e complexas de organização do trabalho agrícola no Brasil. Longe de se restringir a pequenas propriedades de subsistência, trata-se de um setor social que articula produção econômica, reprodução social e preservação cultural. Wanderley (2009) afirma que o campesinato, historicamente, não deve ser visto como resíduo do passado, mas como resultado das próprias contradições do capitalismo, que gera espaços para a permanência e reinvenção da agricultura familiar.

A agricultura familiar é frequentemente evidenciada nas feiras locais, onde pequenos produtores têm a oportunidade de comercializar diretamente seus produtos. Conforme Wanderley (2004), o produtor familiar é entendido pelas relações internas de uma família, onde a participação em várias atividades é fundamental para manter a renda e a estrutura familiar.

No Brasil, a modernização agrícola do século XX, guiada pela grande propriedade e pelo agronegócio, marginalizou os pequenos produtores, que foram sistematicamente excluídos dos benefícios das políticas públicas. Entretanto, essa mesma modernização não extinguiu a agricultura familiar; ao contrário, a diversificou (Wanderley, 2009; 2014). Como demonstra Wanderley (2014), a resistência camponesa foi fundamental para ocupar espaços precários e criar comunidades duradouras, reafirmando sua condição de ator social.

A agricultura familiar distingue-se por características específicas: a direção da produção é exercida pela família; a mão de obra é majoritariamente familiar; e a propriedade da terra é limitada a pequenos módulos, conforme estabelecido no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964)² e na Lei nº 11.326/2006³ (Brasil, 1964; 2006). Tinoco (2008) lembra que, diferentemente do

² A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, estabelece os princípios e diretrizes para disciplinar os direitos e obrigações relativos aos imóveis rurais, tendo como objetivos centrais a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola. Nesse sentido, o Estatuto da Terra introduziu instrumentos legais para limitar a concentração fundiária, estimular a produtividade, promover a justa distribuição de terras e assegurar condições dignas de vida no campo. Além de seu caráter normativo, essa lei representou uma tentativa de conciliar interesses entre os setores conservadores ligados ao latifúndio e as demandas sociais por democratização do acesso à terra, tornando-se referência obrigatória para compreender as políticas rurais e a agricultura familiar no país (Brasil, 1964).

³ A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil. Essa lei define o conceito de agricultor familiar e empreendedor familiar rural, considerando como tal aqueles que atendem aos seguintes critérios: Utilizam predominantemente mão de obra da própria família; A propriedade deve ser gerida pela própria família; possuem área de terra de até quatro módulos fiscais (a medida do módulo fiscal varia conforme o município); A maior parte da renda familiar deve ser proveniente de atividades ligadas à própria propriedade (Brasil, 2006).

modelo patronal, no qual há separação entre gestão e trabalho, a agricultura familiar integra ambos, conciliando objetivos econômicos e necessidades familiares.

O campesinato e a agricultura familiar, embora não sejam conceitos idênticos, apresentam sobreposições. Wanderley (2014) aponta que o campesinato, enquanto forma social de produção, envolve um modo de vida e uma cultura, enquanto a agricultura familiar, especialmente após os anos 1990, consolidou-se como categoria política reconhecida pelo Estado, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Logo, esse reconhecimento representou uma mudança significativa, pois conforme Pierri e Valente (2010), a partir dos anos 2000 a agricultura familiar passou a ser integrada em políticas de desenvolvimento territorial, com foco em crédito, assistência técnica, agroindustrialização e segurança alimentar. Feiras livres e circuitos curtos de comercialização tornaram-se canais estratégicos para fortalecer a autonomia dos agricultores, além de espaços de socialização e resgate cultural.

Os produtores são vistos como sujeitos sociais ativos que não apenas preservam, mas também moldam a história, desempenhando um papel importante tanto no passado quanto no presente devido a esse envolvimento diversificado. Além disso, sua capacidade de se adaptar e resistir aos desafios econômicos e sociais enfatiza seu papel no desenvolvimento rural e na preservação das tradições culturais. Para Bittencourt e Bianchini (1996) apud Tinoco (2008) conceitua o agricultor familiar como:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (Bittencourt e Bianchini, 1996, apud Tinoco, 2008).

É notória que a história do campesinato é marcada por lutas e resistência, mas também por uma rica herança de conhecimentos transmitidos. Esse patrimônio cultural e social reflete-se nas práticas agrícolas, nas relações comunitárias e na preservação de saberes tradicionais. De acordo com Pierri et al (2010), a colaboração estreita com os principais movimentos de trabalhadores rurais tem sido característica da política de agricultura familiar implementada desde 2003, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o cargo.

O Censo Agropecuário de 2006 reforçou a importância do setor: mais de 84% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil eram de agricultura familiar, ainda que ocupassem apenas

24,3% da área total (Pierri; Valente, 2010). Sendo assim, os dados, à época, evidenciaram não somente a concentração fundiária, mas também a relevância do segmento para a produção de alimentos básicos destinados ao mercado interno. Para Serafim Júnior et al. (2019), a agricultura familiar é central para a segurança alimentar, respondendo pela maior parte do feijão, mandioca, leite e outros produtos que chegam à mesa dos brasileiros.

A renda das famílias agricultoras, contudo, não é homogênea, pois ainda de acordo com Serafim Júnior et al. (2019) mostram que fatores como tamanho da propriedade, diversificação produtiva, acesso a crédito e inserção em mercados influenciam diretamente os resultados econômicos. Assim, a agricultura familiar apresenta forte heterogeneidade, indo desde unidades em situação de precariedade até aquelas com características empresariais, voltadas à produção de commodities como milho e soja.

Apesar da mercantilização crescente, Wanderley (2009) destaca que a agricultura familiar mantém uma tensão entre autonomia e subordinação. De um lado, busca ampliar sua inserção nos mercados; de outro, preserva práticas de autossuficiência, solidariedade comunitária e pluriatividade, o que, diretamente revela sua capacidade de adaptação a contextos históricos, sociais e ambientais distintos, reforçando seu papel na reprodução social e cultural do meio rural.

Tinoco (2008) salienta que, além da função econômica, a agricultura familiar possui relevância social e ambiental. É responsável pela manutenção de práticas tradicionais, pela preservação de recursos naturais e pela ocupação de territórios onde a presença do agronegócio é limitada. Ademais, têm a diversidade produtiva como característica intrínseca, o que reduz riscos e contribui para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

Wanderley (2014) lembra que a agricultura familiar foi, muitas vezes, nomeada pelo Estado como “produtor de baixa renda”, mas os movimentos reivindicaram sua valorização como protagonista do desenvolvimento rural. Os movimentos sociais rurais tiveram papel fundamental na consolidação da agricultura familiar como categoria política. Com a redemocratização, lutas pela terra e pelo reconhecimento da agricultura camponesa ganharam visibilidade, culminando em políticas públicas específicas.

Pierri e Valente (2010) argumentam que tais iniciativas são fundamentais para superar os gargalos da comercialização e garantir autonomia frente aos mercados dominados por grandes cadeias, já que, a agricultura familiar também contribui para dinamizar economias locais. Feiras, agroindústrias familiares e circuitos de proximidade criam empregos, fortalecem redes comunitárias e estimulam a circulação de renda nos territórios rurais.

A agricultura familiar constitui um campo fundamental de análise para compreender o desenvolvimento rural brasileiro, sendo reconhecida tanto por sua relevância econômica quanto por sua função social, cultural e ambiental. Diferentes autores a conceituam sob múltiplas perspectivas, ressaltando sua resiliência diante do avanço do agronegócio e sua capacidade de se reinventar frente às contradições do capitalismo. O debate acadêmico aponta que a agricultura familiar não deve ser vista como resquício do passado, mas como uma forma de organização social estratégica para a produção de alimentos, a segurança alimentar e a valorização das identidades rurais. Vide o Quadro 3.

Quadro 3 - Concepção e características da agricultura familiar

AUTOR	CONCEPÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Wanderley (2004; 2009; 2014)	Resultado das contradições do capitalismo; modo de vida; categoria política.	- Direção, gestão e trabalho pela família - Resistência e reinvenção - Integração produção e reprodução social - Reconhecimento político (PRONAF).
Tinoco (2008)	Integração entre gestão e trabalho; diferente do modelo patronal.	- Mão de obra majoritariamente familiar - Pequena escala - Diversidade produtiva - Atende necessidades econômicas e sociais da família.
Pierri & Valente (2010)	Segmento estratégico do desenvolvimento territorial.	- Fortalecido por políticas públicas - Feiras e circuitos curtos - Dinamiza economias locais - Reproduz cultura e sociabilidade rural.
Pierri et al. (2010)	Ator coletivo ativo; resultado de lutas sociais e políticas públicas.	- Articulação em feiras e cooperativas - Circuitos alternativos de comercialização - Busca autonomia frente ao mercado - Sustentabilidade territorial.
Serafim Júnior et al. (2019)	Pilar da segurança alimentar; setor heterogêneo.	- Produz alimentos básicos (feijão, mandioca, leite etc.) - Unidades de subsistência e empresariais - Influência de crédito, diversificação e mercado - Elemento central do desenvolvimento rural.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Logo, conforme o Quadro 3, a agricultura familiar é apresentada pelos autores como uma forma de organização produtiva e social que vai muito além da simples produção agrícola. Para Wanderley (2004; 2009; 2014), trata-se de um modo de vida e de uma categoria política, resultante das contradições do capitalismo e fortalecida por políticas públicas como o PRONAF. Tinoco (2008) diferencia a agricultura familiar do modelo patronal, destacando a integração entre gestão e trabalho e a predominância da mão de obra familiar. Já Pierri e Valente (2010) compreendem o segmento como estratégico para o desenvolvimento territorial, enquanto Pierri et al. (2010) reforçam seu papel de ator coletivo ativo, articulado a lutas sociais e a circuitos de comercialização alternativos. Por sua vez, Serafim Júnior et al. (2019) ressaltam sua importância para a segurança alimentar, enfatizando a heterogeneidade interna do setor.

Além disso, se sintetiza essas concepções e evidencia as principais características atribuídas por cada autor. Wanderley (2004; 2009; 2014) associa a agricultura familiar à resistência e à reinvenção diante das transformações históricas, enquanto Tinoco (2008) destaca elementos práticos, como a pequena escala, a diversidade produtiva e a predominância da mão de obra familiar. Pierri e Valente (2010) sublinham a relevância das políticas públicas e das feiras como canais de fortalecimento, e Pierri et al. (2010) enfatizam a organização coletiva e a busca por autonomia. Já Serafim Júnior et al. (2019) complementam a análise ao relacionar a agricultura familiar à produção de alimentos básicos e à diversidade socioeconômica de suas unidades.

Na produção agrícola familiar (unidade camponesa), vê-se que o trabalho é familiar em busca de um objetivo: a busca de mercadorias que os agricultores não produzem ou que deixaram de produzir, visando apenas atender às necessidades básicas da família. A fórmula em que se baseiam é a M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), visto que produzem mercadoria para obter dinheiro e, assim, adquirir mercadorias que não produzem, sendo que uma de suas características é a diversidade de cultivos. Pode-se afirmar que, a partir disso, na produção agrícola familiar a renda da terra é componente fundamental e primordial para produção familiar. A terra se torna um bem natural, visto que não pressupõe trabalho acumulado sob esse aspecto, esse fato a difere da produção agrícola capitalista. Com isso, observa-se o porquê dessa contradição que vem de dentro do modo de produção capitalista (Nascimento, 2014, p. 24).

Logo, a agricultura familiar deve ser compreendida como um setor multifuncional, que articula dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Mais do que um modelo produtivo, representa um modo de vida e de resistência. Como ressaltam Wanderley (2009; 2014), Pierri e Valente (2010), Serafim Jr. et al. (2019) e Tinoco (2008), trata-se de um ator estratégico para a segurança alimentar, a equidade social e a sustentabilidade, cuja valorização é essencial para o futuro do campo e para o desenvolvimento brasileiro.

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar foram ampliadas e distribuídas significativamente como resultado desse novo modelo. Essas políticas incluem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola, crédito, garantia de preços e iniciativas que visam agregar valor, geração de renda e agroindustrialização.

No último Censo Agropecuário de 2017, foram identificados 3.897.408 estabelecimentos que atenderam aos critérios da Lei n. 11.3261 de 2006 e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo Censo Agropecuário 2017. (IBGE, 2017) As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, especialmente desde 2003, desempenharam um papel crucial na valorização e apoio a

esses trabalhadores, evidenciando a importância do setor para a economia e a sociedade brasileira.

O último Censo Agropecuário de 2017 reforça essa relevância, destacando a predominância da agricultura familiar no cenário agropecuário do país. Portanto, o fortalecimento dessas políticas é fundamental para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento rural no Brasil. Como embasamento na categoria de espaço o teórico utilizado será Lefebvre (1991) que argumenta que o espaço é produzido socialmente, e as feiras exemplificam isso ao serem moldadas pelas práticas culturais, econômicas e sociais dos participantes.

A agricultura familiar desempenha um papel central no abastecimento de alimentos frescos e na valorização da cultura local, especialmente em espaços de comercialização como a Feira do Produtor. Esses ambientes não apenas promovem o intercâmbio de bens, mas também fortalecem os laços entre os produtores rurais e os consumidores urbanos. É nesse cenário que as práticas agrícolas tradicionais encontram a modernidade, criando uma dinâmica única de troca de saberes.

2.1 CAMPESINATO, PRODUÇÃO FAMILIAR E AS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO AGRÁRIO E URBANO

A discussão sobre o campesinato e a agricultura familiar na Amazônia brasileira adquire particularidades que extrapolam os paradigmas nacionais. A região é marcada por uma vasta diversidade sociocultural e geocológica, apresentando formas de produção e reprodução camponesa profundamente enraizadas nos modos de vida tradicionais, mas tensionadas por políticas de ocupação territorial, desmatamento e avanço do agronegócio. Os agricultores familiares amazônicos não apenas produzem alimentos, mas atuam como guardiões de saberes e práticas sustentáveis, fundamentais para o equilíbrio ambiental e social da região. Nesse contexto, a produção familiar assume um papel estratégico não apenas na economia regional, mas também na preservação de conhecimentos tradicionais que são transmitidos entre gerações e que garantem a continuidade de práticas adaptadas às condições específicas do bioma amazônico.

Autores como Teodor Shanin (1980a, 2005b) e Alexander Chayanov; Carvalho (2014a, 2014b) oferecem importantes ferramentas teóricas para compreender o campesinato amazônico. Shanin propõe uma visão plural do campesinato, que resiste e se reinventa nas margens do capitalismo, enquanto Chayanov desenvolve uma teoria econômica que valoriza a lógica familiar e não capitalista da produção. No contexto amazônico, essa racionalidade se

expressa na multifuncionalidade da unidade produtiva, que combina agricultura, extrativismo, pesca e práticas culturais. Kautsky (1980), embora crítico da permanência camponesa no capitalismo, fornece uma base útil para entender a subordinação contraditória que muitos agricultores familiares amazônicos vivenciam em relação ao mercado. Assim, observa-se que o campesinato não deve ser compreendido como uma forma residual ou ultrapassada, mas como uma categoria dinâmica, capaz de se adaptar às transformações econômicas e sociais sem perder suas especificidades.

Além disso, a agricultura familiar na Amazônia apresenta uma forte relação com o território, sendo estruturada por vínculos simbólicos, culturais e produtivos que ultrapassam a lógica estritamente mercantil. A terra, nesse sentido, não é apenas um meio de produção, mas também um elemento de identidade e pertencimento para as famílias camponesas. Essa relação territorial contribui para a manutenção de práticas sustentáveis e para a construção de estratégias de resistência frente às pressões externas, como a expansão do agronegócio e a mercantilização dos recursos naturais. Dessa forma, o campesinato amazônico revela-se como um ator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e socialmente inclusivas.

Compreender o campesinato amazônico, entretanto, requer reconhecer suas interações com o espaço urbano, uma vez que as feiras, mercados e centros de abastecimento configuram pontos de contato entre o rural e o urbano. O conceito de espaço urbano, nesse sentido, torna-se essencial para entender as dinâmicas que aproximam esses dois mundos. De acordo com Corrêa (1995), o espaço urbano deve ser concebido como a justaposição e articulação de diferentes usos da terra, residenciais, industriais, comerciais, de lazer, entre outros, que coexistem em um campo de forças marcado por contradições sociais. Assim, a cidade não é apenas um cenário físico, mas produto e condição da sociedade, sendo continuamente produzida e transformada pelas relações sociais que nela se desenvolvem.

Corrêa (1995) argumenta que o espaço urbano reflete e condiciona a organização social, sendo resultado da ação de múltiplos agentes, Estado, indústrias, promotores imobiliários, proprietários fundiários e populações excluídas, que produzem e transformam continuamente sua morfologia. Essa perspectiva aproxima-se do contexto amazônico, em que o urbano se expande sobre territórios rurais, criando zonas de transição em que se manifestam formas híbridas de ocupação e de uso do solo. Lefebvre (1991), por sua vez, compreende o espaço urbano como uma produção social carregada de significados, no qual coexistem a vida coletiva e a reprodução capitalista, expressando tensões entre o “direito à cidade” e a mercantilização do espaço. Nesse sentido, o urbano deixa de ser apenas um espaço físico para se tornar também

um espaço político e social, onde se manifestam conflitos e disputas por acesso e uso do território.

Santos (2006, 2008) amplia essa discussão ao enfatizar que o espaço urbano é uma instância social dialética, simultaneamente produto e condição da ação humana. No caso brasileiro, evidencia-se a coexistência de formas modernas e arcaicas, revelando um espaço urbano híbrido e desigual, onde a expansão das periferias e a revalorização de áreas centrais refletem a lógica do capitalismo dependente. Essa leitura dialoga diretamente com o contexto amazônico, em que as feiras do produtor e os circuitos de comercialização camponeses representam a interface entre o campo e a cidade, materializando uma relação de interdependência econômica e cultural. Assim, as feiras configuram-se como espaços privilegiados para a análise dessas interações, uma vez que concentram fluxos de produtos, pessoas e saberes provenientes de diferentes territórios.

As concepções de Corrêa (1995), Lefebvre (1991) e Santos (2006, 2008) permitem compreender o espaço urbano como território de contradições e interações, no qual o campesinato também se insere como agente ativo. A agricultura familiar, ao abastecer os mercados urbanos, reafirma o vínculo entre o espaço agrário e o urbano, demonstrando que a cidade depende estruturalmente da produção rural para sua reprodução cotidiana. Nesse sentido, as feiras livres desempenham papel fundamental ao viabilizar a circulação de produtos e ao promover a integração entre diferentes agentes sociais, fortalecendo economias locais e regionais.

Adicionalmente, é importante destacar que essa relação entre campo e cidade não se dá de forma homogênea, sendo marcada por desigualdades e assimetrias de poder. Os agricultores familiares frequentemente enfrentam dificuldades de inserção nos mercados formais, recorrendo às feiras como alternativa para comercialização de seus produtos. Assim, as feiras tornam-se espaços de resistência econômica e social, onde se constroem estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias camponesas. Ao mesmo tempo, esses espaços também evidenciam as tensões entre a lógica do mercado e as formas tradicionais de produção, revelando a complexidade das relações socioespaciais na Amazônia.

Desta forma, são os conceitos e características do espaço urbano segundo os principais autores mencionados, conforme 4:

Quadro 4 - Conceitos e características do espaço urbano

AUTOR	CONCEPÇÃO DE ESPAÇO URBANO	CARACTERÍSTICAS/ENFOQUES PRINCIPAIS
-------	----------------------------	-------------------------------------

Corrêa (1995)	O espaço urbano é a justaposição e articulação de diferentes usos do solo (residencial, industrial, comercial, lazer etc.), constituindo um campo de forças sociais.	- Fragmentado e articulado - Produto e condicionante da sociedade - Produzido por múltiplos agentes (Estado, promotores imobiliários, indústrias, proprietários fundiários e populações excluídas) - Campo de lutas e contradições sociais - Espaço de segregação socioespacial pela ação dos agentes.
Santos (2006)	O espaço urbano é marcado pela diversidade socioespacial, comparável à biodiversidade, reunindo diferentes conteúdos técnicos e socioeconômicos.	- Diversidade de capitais, trabalhos e formas de organização - Ecologias sociotécnicas formadas historicamente - Cidades como locais de concentração de diferentes atividades e níveis técnicos - Riqueza urbana está na pluralidade de usos e funções.
Lefebvre (1991)	O espaço urbano é uma produção social carregada de significados, espaço da vida coletiva e da reprodução capitalista.	- Espaço social e político - “Direito à cidade” como princípio central - Segregação espacial e mercantilização do solo urbano - Resultado de processos históricos de acumulação do capital - Crítica ao Estado quando atua em favor do capital imobiliário.
Santos (2008)	O espaço urbano resulta da relação dialética entre espaço e sociedade, sendo instância social, produto e condição da ação humana.	- Espaço híbrido: coexistência de formas modernas e arcaicas - Urbanização vinculada ao capitalismo dependente no Brasil - Expansão urbana via periferias e revalorização de áreas centrais - Espaço urbano como campo de especulação e segregação socioespacial - Articulação entre escalas globais e locais.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A leitura do Quadro 4 evidencia que o conceito de espaço urbano não é homogêneo, mas construído a partir de diferentes matrizes teóricas que se complementam e, ao mesmo tempo, tensionam a interpretação da realidade urbana. Observa-se que, enquanto Corrêa (1995) enfatiza a dimensão estrutural e funcional do espaço urbano, destacando a articulação entre usos do solo e a atuação de múltiplos agentes, sua abordagem permite compreender a cidade como um campo dinâmico de forças, no qual interesses distintos se materializam no território. Essa perspectiva é fundamental para analisar a organização interna das feiras, uma vez que elas também refletem essa lógica de articulação e fragmentação espacial.

Por outro lado, a contribuição de Santos (2006) amplia essa análise ao introduzir a noção de diversidade socioespacial, comparando o espaço urbano a uma espécie de “ecossistema social”, marcado pela coexistência de diferentes níveis técnicos, formas de trabalho e agentes econômicos. Essa leitura é particularmente relevante para o contexto das feiras do produtor, pois evidencia que esses espaços concentram múltiplas racionalidades econômicas, desde práticas tradicionais até dinâmicas mais integradas ao mercado, revelando a complexidade e a heterogeneidade do urbano amazônico.

Já Lefebvre (1991) acrescenta uma dimensão crítica ao compreender o espaço urbano como uma produção social carregada de significados, destacando que a cidade é também um espaço de disputas simbólicas e políticas. Sua abordagem permite interpretar as feiras não apenas como locais de comercialização, mas como espaços de vivência coletiva e de exercício do “direito à cidade”, onde diferentes grupos sociais buscam afirmar sua presença e garantir acesso aos recursos urbanos, o que afirma a ideia de que o espaço urbano é permeado por relações de poder e por processos de exclusão e inclusão social.

Por fim, Santos (2008) aprofunda a análise ao enfatizar o caráter dialético do espaço urbano, entendido simultaneamente como produto e condição das ações humanas. Ao destacar a coexistência de formas modernas e arcaicas, o autor oferece uma chave interpretativa essencial para compreender a realidade brasileira e, especialmente, amazônica, onde práticas tradicionais, como as feiras livres, convivem com estruturas modernas de comércio e consumo. Assim, o quadro evidencia que o espaço urbano deve ser analisado de forma integrada e multiescalar, permitindo compreender como as feiras do produtor se inserem nesse contexto como espaços híbridos, que articulam diferentes temporalidades, agentes e lógicas econômicas.

Dessa forma, a articulação entre o espaço agrário e o urbano manifesta-se como uma totalidade contraditória, na qual o campesinato ocupa posição estratégica. A agricultura familiar, ao estabelecer fluxos permanentes de produtos, saberes e relações econômicas com o espaço urbano, contribui para a manutenção da soberania alimentar e para a resistência territorial diante da expansão capitalista. Assim, o estudo do campesinato amazônico e das feiras do produtor revela que o rural e o urbano não são esferas opostas, mas partes complementares de um mesmo processo histórico e social.

2.2 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MODO DE VIDA CAMPONÊS

O modo de vida camponês na Amazônia constitui uma forma particular de organização social, econômica e territorial, profundamente vinculada às condições ecológicas e históricas da região. Diferentemente das grandes formas de produção capitalistas, o campesinato amazônico baseia-se na reprodução familiar, no trabalho direto sobre a terra, na diversidade produtiva e na articulação entre atividades extrativistas, agrícolas, pesqueiras e de criação de animais (Oliveira, 2008).

Segundo a perspectiva de José de Souza Martins (1981), o campesinato não deve ser entendido apenas como uma categoria econômica, mas como um modo de vida que envolve valores, práticas e formas de relação com a natureza, com o trabalho e com o território. Na

Amazônia, essas características são ampliadas pela complexidade ecológica da floresta, que impõe estratégias específicas de manejo dos recursos naturais. Assim, o camponês amazônico combina agricultura itinerante de base familiar (como a roça de toco), coleta de frutos nativos (castanha-do-pará, açaí, bacaba), pesca artesanal e uso múltiplo da floresta, em uma lógica de subsistência e de trocas localizadas (Almeida, 2006).

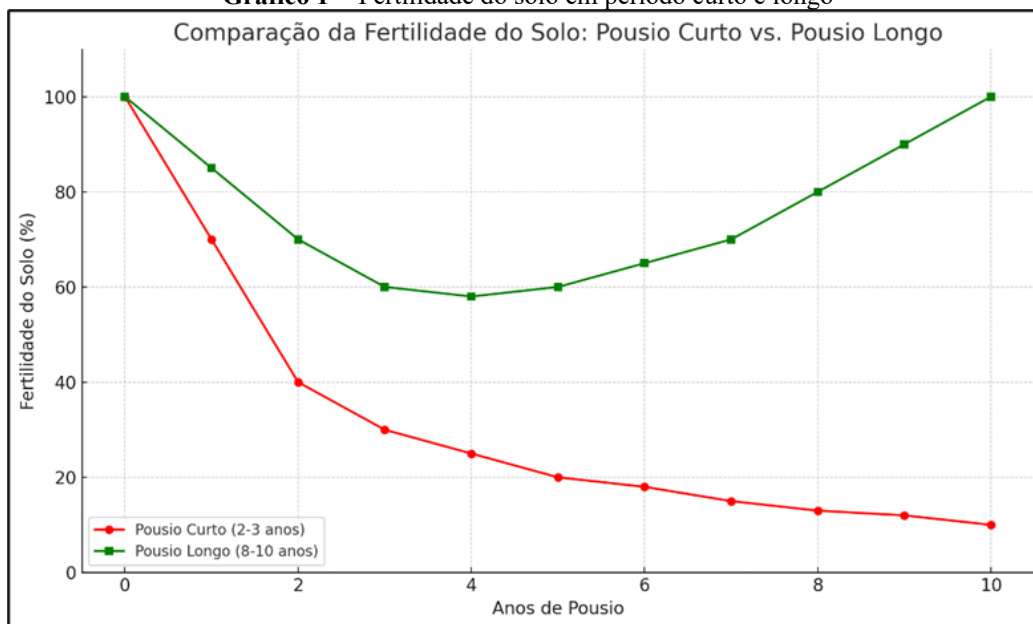
A roça de toco é o sistema de tratamento do solo comum no Amazonas utilizado pelos agricultores familiares. Ela consiste na derrubada, na queimada e no plantio. Esse solo é utilizado para o cultivo num período entre 2 e 3 anos. No entanto, ela deve ter um tempo de pousio que varia entre 5 e 10 anos para que a área utilizada possa se regenerar de forma gradual e natural. No quadro 5, as comparações das vantagens e desvantagens do uso desse sistema de fertilização do solo.

Quadro 5 - Diferenças da utilização do sistema de roça de toco

BENEFÍCIOS	DESVANTAGENS
Aumento temporário do pH: reduz a acidez do solo.	Duração curta: efeito fertilizante dura apenas alguns anos.
Fornecimento de nutrientes: potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e fósforo (P)	perda de matéria orgânica: queima e reduz a biomassa que estrutura o solo.
Maior disponibilidade de nutrientes: melhora a absorção pelas plantas em solos pobres.	Risco de erosão e compactação: solo sem cobertura vegetal fica mais exposto.
Baixo custo inicial: dispensa em somos químicos imediatos	dependência de pousio: exige longos períodos de Descanso para recuperação
Neutralização de toxinas: a queima pode reduzir alguns patógenos presentes no solo.	Emissão de gases: liberação de CO ₂ e outros poluentes durante a queima.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

No Gráfico 1, confere-se as nuances comparativa do período do pousio longo e curto, sendo que em verde está relacionado ao período longo que varia entre 8 a 10 anos e em vermelho de 2 a 3 anos, sendo que este não é aconselhável, pois não possibilita em tempo hábil a recuperação do solo.

Gráfico 1 - Fertilidade do solo em período curto e longo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Sem o tempo ideal para regeneração do solo, essa área torna-se infértil e por consequência pode ocorrer a erosão. Segundo a ciorganicos.com.br, afirma que as alternativas para que o solo se torne sustentável deve-se fazer a rotatividade de culturas, plantação de vegetação que possibilita a reciclagem dos nutrientes do solo (ciorganicos.com.br) e de gases atmosféricos tornando o solo produtivo. Esse processo é de chamadas de adubo verde.

2.3 A TERRITORIALIDADE CAMPONESA AMAZÔNICA É MARCADA POR UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA COM O AMBIENTE

O território não é apenas o espaço físico de produção, mas o lugar de pertencimento, de reprodução social e de ancestralidade. Essa perspectiva é ressaltada por autores como Claude Raffestin (1993), que destaca que o território é um espaço mediado por relações de poder e por significados atribuídos pelas comunidades. No caso amazônico, os camponeses desenvolvem uma territorialidade própria, que se expressa na ocupação descentralizada, nos calendários sazonais e nas práticas coletivas, como o mutirão, o extrativismo comunitário e os festejos religiosos. Na figura 12, modo de plantio do agricultor familiar em terra firme.

Figura 12 - Agricultura familiar (terra firme) – Ramal do Ipiranguinha



Fonte: Autora (2024).

Outro aspecto relevante é a resistência histórica desses grupos frente aos processos de expropriação e avanço do capital na região. Desde o período da colonização até os projetos de modernização impulsionados a partir da década de 1970 — como a construção da Transamazônica, os assentamentos rurais e o avanço do agronegócio —, os camponeses têm buscado formas de manter seus territórios e modos de vida. Isso inclui a organização em associações, cooperativas e movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Camponês Popular (MCP), que reivindicam direitos territoriais e acesso a políticas públicas (Schmitt; Schneider, 2010).

O modo de vida camponês na Amazônia é, portanto, multifuncional e adaptativo. Ele integra o trabalho familiar com a biodiversidade local, articula diferentes fontes de renda e subsistência, e resiste às pressões do mercado e do Estado por meio de estratégias territoriais e socioculturais. Como apontam Carneiro e Souza (2019), a valorização desse modo de vida é essencial para o desenvolvimento territorial sustentável da Amazônia, pois ele promove a conservação ambiental, a segurança alimentar e a diversidade sociocultural da região.

2.4 RELAÇÃO COM A TERRA, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE.

A terra para o camponês amazônico não é apenas um meio de produção, mas uma extensão da vida e da cultura. Conforme Martins (1981), o trabalho sobre a terra camponesa é

regido por uma lógica que envolve pertencimento, ancestralidade e continuidade. A posse e o uso da terra são mediados por relações sociais e simbólicas, e não apenas jurídicas ou mercantis.

Raffestin (1993) conceitua o território como espaço apropriado por relações de poder, mas também por afetos. Na Amazônia, o território camponês é construído a partir da experiência cotidiana e do conhecimento tradicional do ambiente, incluindo práticas como a agricultura itinerante, o extrativismo vegetal e a pesca artesanal (Becker, 2001).

Além disso, a terra é vista como herança coletiva, muitas vezes passada de geração em geração, reforçando o vínculo entre família e o território. Essa territorialidade camponesa tem sido constantemente ameaçada por empreendimentos de infraestrutura, projetos mineradores e conflitos fundiários, exigindo resistência política e organizacional das comunidades (Oliveira, 2008).

A família rural camponesa é a principal unidade de trabalho, produção e reprodução social. Abramovay (1992) aponta que, diferentemente da empresa capitalista, a unidade familiar camponesa combina dimensões econômicas e afetivas. No Amazonas, as atividades produtivas (como o cultivo da mandioca – Figura 13, a produção de farinha, a pesca e o artesanato) são compartilhadas entre os membros da família, com divisão de tarefas conforme idade e gênero.

Figura 13 - Colheita de mandioca em área de agricultura familiar (Presidente Figueiredo/AM)



Fonte: Autora (2025).

Carneiro (1998) destaca o papel central das mulheres na manutenção do tecido social e produtivo das comunidades rurais. Elas atuam tanto no trabalho agrícola como na educação dos filhos, nos cuidados com os idosos e na organização de festas religiosas e rituais comunitários.

A família também exerce função pedagógica: transmite saberes ecológicos, técnicas agrícolas tradicionais e normas de convivência comunitária. Dessa forma, contribui para a reprodução cultural do grupo e a preservação de identidades camponesas específicas.

A comunidade rural amazônica não é apenas um aglomerado de famílias, mas uma rede densa de relações sociais, baseadas na cooperação, na reciprocidade e na fé comum. Haesbaert (2004) afirma que o espaço vivido é também espaço de resistência, onde se constroem estratégias coletivas de enfrentamento às ameaças externas.

As comunidades do interior do Amazonas se organizam por meio de associações, conselhos e cooperativas, muitas vezes em articulação com igrejas ou movimentos sociais. Essas formas de organização permitem a defesa de territórios, o acesso a políticas públicas (como o PRONAF e o PNAE) e o fortalecimento da economia local (Schneider; Cassol, 2013).

As festas religiosas, os mutirões, os conselhos de base e as assembleias comunitárias são práticas fundamentais que reforçam a coesão social e permitem a circulação de informações e decisões coletivas. Esse tecido comunitário é uma das maiores forças do campesinato amazônico, funcionando como elo entre a terra, a produção e a cultura.

2.4.1 Contraste com agronegócio

O campesinato não se define apenas por características produtivas, mas por uma forma de vida que articula produção, cultura, identidade e resistência. Para Martins (1981), o camponês é aquele que vive e trabalha na terra com base na organização familiar, em sistemas diversificados de cultivo e em práticas sociais ligadas à solidariedade comunitária. Na Amazônia, esse modo de vida inclui práticas como o extrativismo vegetal, a agricultura de coivara e a pesca artesanal (Almeida, 2006).

Segundo Schneider et al. (2004), o campesinato tem função multifuncional: além de produzir alimentos, contribui para o equilíbrio ambiental, a fixação da população no campo e a manutenção da diversidade cultural. Essa lógica entra em confronto com a racionalidade do agronegócio, que busca eficiência, lucro e maximização da produtividade a qualquer custo.

O agronegócio é caracterizado por grandes propriedades, uso intensivo de insumos, mecanização e integração com os mercados globais. Conforme Delgado (2012), ele se estrutura

em cadeias produtivas agroindustriais voltadas principalmente à exportação, como no caso da soja, milho e carne bovina.

O avanço do agronegócio na Amazônia tem provocado desmatamento, expulsão de populações tradicionais, grilagem de terras públicas e aumento da violência no campo (Sauer, 2006). Além disso, o modelo concentra renda e poder político, reforçando o histórico de desigualdade fundiária no país.

Essa expansão é facilitada por políticas públicas como crédito agrícola subsidiado, incentivos fiscais e obras de infraestrutura (como rodovias e hidrelétricas), que atendem prioritariamente aos interesses do setor empresarial, em detrimento da agricultura familiar.

A coexistência entre esses dois modelos é marcada por conflitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra, aos recursos naturais e ao reconhecimento institucional. Como aponta Sauer (2006), trata-se de uma disputa entre dois projetos de sociedade: um centrado na reprodução da vida e outro na reprodução do capital.

Na Amazônia, a resistência camponesa tem se manifestado por meio de associações, cooperativas, movimentos sociais e iniciativas de agroecologia. Esses grupos buscam fortalecer a agricultura familiar, proteger os territórios tradicionais e propor alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico (Carneiro; Souza, 2019).

A tensão entre os dois modelos revela que não há neutralidade nas políticas agrárias e ambientais: o Estado frequentemente atua como agente de legitimação do agronegócio, ao passo que marginaliza os camponeses, indígenas e ribeirinhos (Ferreira, 2004).

2.4.2 A ocupação camponesa do espaço agrário

A Amazônia é um território em constante disputa. O espaço agrário é moldado por políticas públicas, interesses econômicos e resistências locais. Abramovay (2000), argumenta que o futuro das regiões rurais depende da valorização das práticas sociais e produtivas dos seus habitantes. Na Amazônia, isso implica reconhecer os direitos territoriais de povos tradicionais, fortalecer sistemas agroextrativistas e combater a grilagem de terras. O espaço agrário amazônico é também espaço simbólico, onde se desenham projetos antagônicos de sociedade: de um lado, o avanço da fronteira agrícola; de outro, os modos de vida camponeses e indígenas.

Nesse sentido, as práticas agrícolas camponesas no Amazonas estão historicamente adaptadas às condições ecológicas da floresta tropical úmida. O uso da agricultura de coivara, por exemplo, é uma técnica ancestral baseada na rotação de áreas e no descanso do solo, permitindo o cultivo com impactos reduzidos e respeitando os ciclos naturais (Cunha, 2009).

Além disso, o extrativismo vegetal, a pesca artesanal e o cultivo de variedades locais (como mandioca, açaí, banana e cacau nativo) fazem parte de um modelo produtivo diversificado e resiliente. Essas práticas não apenas garantem a segurança alimentar das comunidades, mas também preservam a biodiversidade e os saberes tradicionais (Almeida, 2006; Posey, 2000).

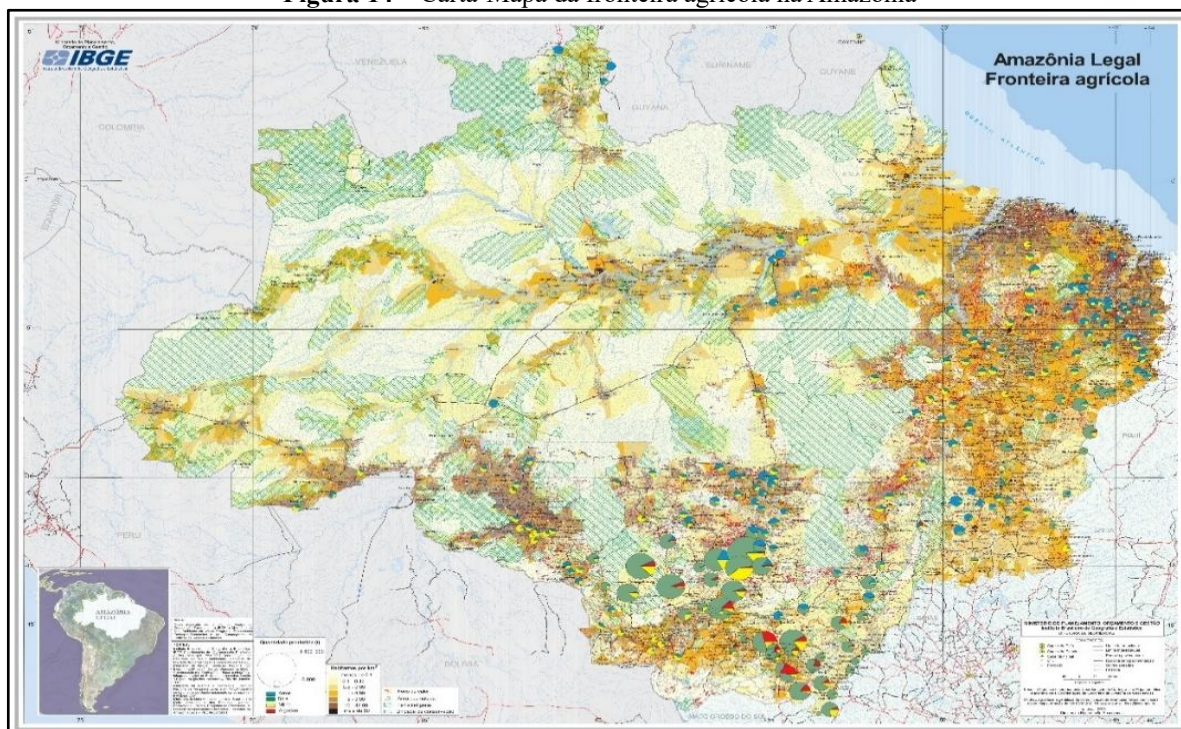
O campesinato amazônico não se organiza de maneira isolada, mas em comunidades que compartilham trabalho, decisões e responsabilidades. Segundo Haesbaert (2004), o espaço agrário construído por essas populações é resultado de uma territorialidade solidária, baseada em vínculos sociais e práticas coletivas como mutirões, roçados comunitários, festas religiosas e assembleias. De modo que, esse modo de vida se diferencia radicalmente da lógica individualista do agronegócio, pois coloca no centro da organização territorial a cooperação e a autogestão. A construção do espaço rural amazônico, portanto, está profundamente ligada à identidade cultural e à história dos grupos locais (Carneiro, 1998).

A partir dos anos 2000, o avanço da fronteira agropecuária em direção ao norte do Brasil intensificou os conflitos fundiários no Amazonas (em qual região?). O crescimento da produção de soja, a criação de gado em larga escala (em que região do Amazonas se produz?) e os empreendimentos madeireiros ou minerários têm ameaçado comunidades indígenas, ribeirinhas e camponesas (Delgado, 2012; Sauer, 2006) (Localizar no mapa essas regiões).

A concentração fundiária é um dos principais vetores desses conflitos. Muitos camponeses vivem em áreas de terras públicas ou em regime de posse, sem títulos legais, o que os torna vulneráveis à grilagem, ao desmatamento e à violência no campo (Ferreira, 2004). Esses conflitos envolvem desde disputas territoriais até ameaças diretas a lideranças comunitárias.

A Figura 14, que representa a fronteira agrícola na Amazônia, evidencia espacialmente o avanço das atividades agropecuárias sobre a floresta, especialmente concentrado na porção sul e sudeste da região amazônica. A área, frequentemente denominada de “arco do desmatamento”, abrange estados como Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará e parte do Maranhão, configurando-se como a principal zona de expansão da fronteira agrícola no Brasil. No mapa, essa dinâmica pode ser identificada pela maior concentração de áreas alteradas, com presença de manchas que indicam desmatamento, uso agrícola e ocupação intensiva do solo.

Figura 14 – Carta-Mapa da fronteira agrícola na Amazônia



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15976-fronteira-agricola-amazonia-legal.html>

A porção sul da Amazônia destaca-se por apresentar maior densidade de intervenções antrópicas, resultado da expansão da pecuária extensiva e, mais recentemente, do cultivo de commodities agrícolas, como a soja. Esse processo está diretamente relacionado à abertura de rodovias, como a BR-163 e a Transamazônica, que facilitaram o acesso a áreas anteriormente isoladas, promovendo a ocupação territorial e a integração dessas regiões ao mercado nacional e internacional. Assim, o mapa demonstra que a fronteira agrícola não avança de forma homogênea, mas segue eixos logísticos e econômicos que orientam a expansão do capital sobre o território.

Além disso, observa-se que essa região sul da Amazônia apresenta um padrão de ocupação marcado pela substituição progressiva da vegetação nativa por áreas de pastagem e lavoura, o que evidencia a intensificação do uso do solo. Esse avanço implica não apenas mudanças ambientais, como o desmatamento e a perda da biodiversidade, mas também transformações sociais, incluindo conflitos fundiários, expulsão de populações tradicionais e reorganização das dinâmicas produtivas locais. Nesse sentido, a figura permite compreender que a fronteira agrícola é, simultaneamente, um fenômeno espacial, econômico e político.

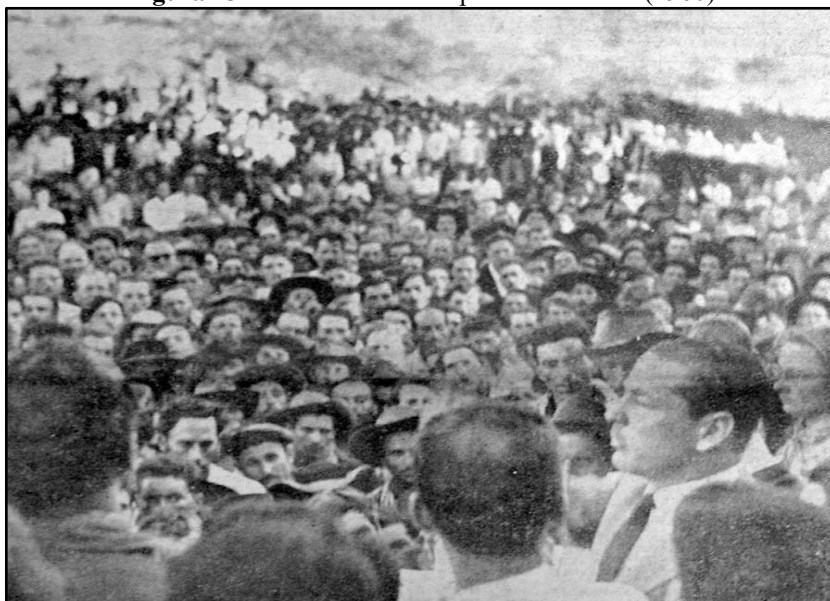
Ao analisar a Figura 14, torna-se evidente que a fronteira agrícola na Amazônia, especialmente em sua porção sul, representa uma zona de transição entre a floresta e o espaço produtivo capitalizado. Trata-se de um território em constante transformação, onde coexistem

áreas preservadas e regiões intensamente exploradas, revelando as contradições entre conservação ambiental e expansão econômica. Dessa forma, o mapa contribui para a compreensão das dinâmicas territoriais da Amazônia, evidenciando como o avanço da agricultura e da pecuária redefine o uso do solo e reconfigura o espaço regional.

Nesse sentido, diante das ameaças, o campesinato tem organizado formas de resistência que envolvem tanto a mobilização política quanto a reafirmação cultural. Movimentos como a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas (FETRAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) atuam na defesa de direitos territoriais, políticas públicas e a valorização da agricultura familiar.

A resistência também se dá por meio da organização de cooperativas, associações e feiras agroecológicas, que conectam os produtores às cidades, promovendo a comercialização direta e o fortalecimento da economia solidária (Schneider; Cassol, 2013). Na figura 15, Manifestação dos agricultores sem-terra em 1960.

Figura 15 - Marco da luta camponesa no Brasil (1960)



Fonte: Schneider e Cassol (2013).

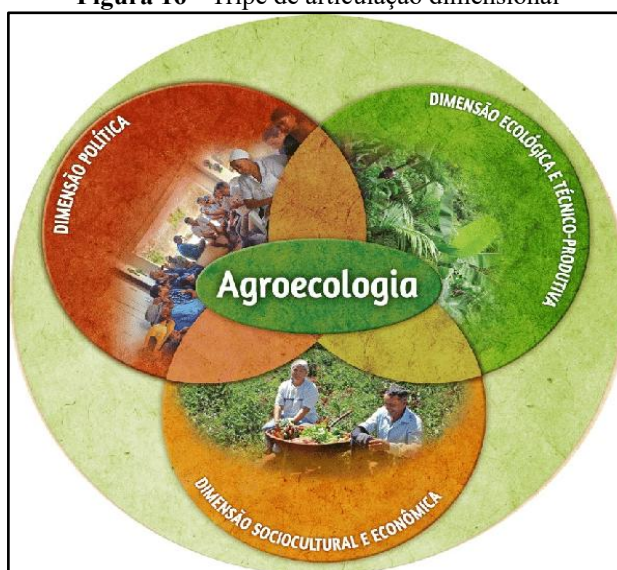
Outro fator, refere-se a agroecologia, que em si, desponta como um caminho viável e sustentável para os povos da floresta e as comunidades rurais amazônicas, configurando-se como uma proposta de desenvolvimento que articula a produção de alimentos, a conservação ambiental e a valorização dos saberes locais. Segundo Altieri (2004), a agroecologia integra os conhecimentos ecológicos e tradicionais com princípios de justiça social, autonomia produtiva e equilíbrio ecológico, constituindo-se em uma ciência, prática e movimento social comprometido com a sustentabilidade. Na qual, a abordagem rompe com o modelo

convencional de agricultura dependente de insumos externos e da lógica de monocultivo, promovendo sistemas diversificados e adaptados às realidades locais.

No contexto amazônico, a agroecologia auxilia na resistência dos agricultores familiares frente à expansão do agronegócio e à pressão sobre os recursos naturais. Ela incentiva o uso de técnicas de manejo que respeitam os ciclos da natureza, como o plantio consorciado, a compostagem, o reaproveitamento da matéria orgânica e o controle biológico de pragas. Além disso, reforça o protagonismo das comunidades rurais na gestão de seus territórios, fortalecendo a soberania alimentar e promovendo a segurança nutricional das famílias. A integração entre práticas agrícolas sustentáveis e conhecimentos empíricos herdados das gerações anteriores reafirma a identidade camponesa e o vínculo cultural com a terra.

A agroecologia, portanto, vai além de uma técnica de cultivo: é um modo de vida que propõe novas formas de relação entre sociedade e natureza. Ela preconiza a autonomia dos agricultores, a redução da dependência de agrotóxicos e o fortalecimento dos mercados locais e solidários, contribuindo para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Na figura 16, o tripé ilustra a intersecção que define a agroecologia como prática ecologicamente sustentável, abrangendo os saberes tradicionais e científicos, e equilibrando a produtividade familiar com a conservação ambiental e a sociabilidade regional. Dessa forma, a agroecologia se consolida como alternativa estratégica para o fortalecimento da agricultura familiar amazônica, promovendo não apenas a sustentabilidade ecológica, mas também a dignidade social e o bem-estar coletivo.

Figura 16 - Tripé de articulação dimensional



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-A-Agroecologia-como-resultado-da-articulacao-entre-as-dimensoes_fig1_322326491

Na Amazônia, experiências agroecológicas têm sido implantadas com êxito por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e também por iniciativas governamentais, demonstrando que é possível conciliar produtividade, conservação ambiental e justiça social. Projetos apoiados por associações de agricultores, cooperativas e instituições de pesquisa têm promovido práticas agroecológicas em diferentes escalas, desde hortas comunitárias até sistemas agroflorestais integrados. Essas experiências reforçam o protagonismo das comunidades locais na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita a biodiversidade e os saberes tradicionais.

Entre as políticas públicas que fortalecem essa perspectiva, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que incentiva a compra direta de produtos da agricultura familiar, priorizando alimentos locais, orgânicos e agroecológicos. Essa política pública contribui para o escoamento da produção, estimula a diversificação agrícola e garante renda às famílias produtoras, ao mesmo tempo em que oferece uma alimentação mais saudável aos estudantes. Assim, a agroecologia consolida-se como um instrumento de soberania alimentar, de preservação ambiental e de reprodução social dos modos de vida tradicionais amazônicos, contrapondo-se ao modelo concentrador e degradante do agronegócio, e reafirmando o papel do campesinato como guardião da floresta e da vida sustentável.

2.5 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO SIMBIOSE ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O ESTADO

O Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar visa promover através de monetização capitados do Estado incentivar a produtividade, a empregabilidade rendável para melhorias de vidas nos produtores agrícolas e não agrícolas (Brasil, 2025).

De acordo com Belik (2000 apud Tonneau et. al 2005):

Até pouco tempo, não havia recursos específicos destinados ao financiamento da agricultura familiar no Brasil. Na realidade, até mesmo o conceito de agricultura familiar era desconhecido. Como Belik (2000) analisa, o agricultor familiar era considerado um miniprodutor, para efeito exclusivo de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Em termos práticos, isso significava que, além de o produtor familiar ter de disputar o crédito com os demais produtores, ele era obrigado a atender às mesmas exigências de empréstimo bancário exigidas do grande produtor (Belik, 2000 apud Tonneau et. al 2005).

Com a implementação do PRONAF o agricultor e agricultora familiar são beneficiados por financiamento agrícola e/ou crédito rural. Com isso Brasil. PRONAF (2025), dizem que para aquisição desse benefício o agricultor familiar precisa regularizar-se ou cadastrar-se na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou no Cadastro de Nacional da Agricultura Familiar (CAF), os benefícios serão liberados através de organizações bancárias pública, privadas ou por cooperativas de linhas de Crédito Rural (Brasil. PRONAF 2025).

Através da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF) divulga os dados sobre as linhas de crédito sob o plano da PRONAF, contribuindo para a transparências das ações impetradas no setor financeiro de apoio aos agricultores familiar. O IBGE com base no censo de 2017 torna público os dados referentes ao setor da agricultura familiar.

No quadro 6, o quantitativo definido por idade e gênero de trabalhadores na agricultura.

Quadro 6 - Quantitativa da mão de obra humano por sexo e idade

IDADE	QUANTITATIVO - FEMININO	QUANTITATIVO – MASCULINO
75 anos e mais	75.991	310.147
65 a 74 anos	136.185	649.444
55 a 64 anos	202.738	983.964
45 a 54	212.857	1.011.631
35 a 44 anos	174.591	729.552
25 a 34 anos	113.797	355.271
Até 24 anos	29.916	70.441

Fonte: IBGE (2017).

A PRONAF foi lançada em 1995 como instituição de fomento (Silva, 1999 apud TONNEAU et. al 2005). Em 1996, torna-se um programa de governo sob o Decreto Presidencial nº 1.946/96 (Brasil 1996 apud Tonneau et. al 2005).

Como resultado dos primeiros passos da PRONAF como órgão governamental demonstrou diferenças entre financiamentos orçamentários entre regiões como explana Tonneau et. al. (2005) que algumas regiões do país como a Região Sul recebeu 60% dos recursos da PRONAF, mesmo com um quantitativo de 21% do público-alvo inferior a Região Nordeste, em que, o público-alvo era de 52% e os incentivos da PRONAF foi apenas de 13,7% (Tonneau et. al 2005, p. 71).

Esse tema não será discutido com ênfase porque não é o que este trabalho acadêmico enfatiza. Mas é relevante citar pata fins de conhecimento.

2.5.1 Os meios de produção na agricultura familiar tradicional e contemporâneo.

No Amazonas para se modernizar o campesinato tem que considerar a geografia territorial, o clima, os ciclos hidrológicos e a sociabilidade humana e ambiental, além da questão da administração públicas constituindo um complexo diversificado e limitado, diferente de outros territórios no Brasil.

A PRONAF desde dos anos de 1996, vem inserindo gradativamente no campesinato na região da Amazônia instrumentos que possibilitam o desenvolvimento produtivo, de certa forma moderada como máquinas compacta, a agroecologia e as Tics como forma de minimizar as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor. No entanto, segundo Nascimento (et. Al 2021), existem dois modelos desenvolvimentista, os com poder aquisitivo e condições econômicas e a articulação comercial com indústrias do agro chamados de os ‘viáveis’ e da outra ponta os produtores sem poder aquisitivo econômico para produção e sem vínculo comercial denominados de ‘inviáveis’ (Nascimento et al., 2021, p. 21).

No que se refere esses sistemas no meio agrícola, Da Silva (1999) diz que:

Hoje, as dimensões do estilo e qualidade de vida ganham importância dentro do ‘status profissional’, e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecida (Da Silva, 1999, p. 2).

Em contraste a inserção do aparato de sistemas operacionais de informações, estão o conhecimento e técnicas tradicionais elencado no que tange o manejo agroflorestral, sendo no plantio na recuperação e preparação do solo que contribuem para a sustentabilidade camponesa e ambiental.

O tempo de trabalho é especialmente importante nesse contexto. Agricultores com maior tempo de atuação, como os que possuem 38 ou 44 anos de experiência, acumulam conhecimentos valiosos sobre o manejo da terra, os ciclos produtivos e as melhores práticas para garantir a sustentabilidade. Essa experiência se traduz em uma organização familiar mais consolidada, que otimiza a divisão do trabalho e a capacidade de superar desafios. Por outro lado, famílias com tempos menores de atuação, como 10 ou 20 anos, ainda podem estar se adaptando às exigências do mercado e às dinâmicas coletivas, sendo necessário maior apoio técnico e estrutural para consolidarem suas práticas.

O tempo de atuação, portanto, não é apenas um indicador de experiência, mas também de resiliência e adaptação. A combinação da experiência acumulada e da organização coletiva dos camponeses permite que a agricultura familiar mantenha sua relevância na segurança

alimentar e no desenvolvimento sustentável. Políticas públicas que valorizem a dinâmica coletiva do trabalho familiar e incentivem a sucessão rural são essenciais para fortalecer esse modelo produtivo, promovendo sua continuidade e eficácia no cenário atual.

A modernização é uma estratégia na organização incluída na coletividade organizacional dos agricultores sindicalizados e associados. Isso contribui para aquisição de subsídio, para aprimoramento de técnicas de produção e recursos para transações comerciais, sem a necessidade de contato direto com o consumidor final (grandes produções) diminuindo o custo e benefício.

Sobre isso, Da Silva (1999), diz que o,

(...) reconhecer que tanto na indústria como na agricultura, essas novas tecnologias já estão alterando profundamente não só as formas de organização do processo de trabalho (...), mas também reduzindo a escala mínima necessária de atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial (Da Silva, 1999, p. 2).

No entanto, a produção agrícola realizada na Amazônia, pauta-se na sociabilidade, no ambiental, no saber tradicional, na responsabilidade e aplicabilidade dos novos meios de produção consciente e preservando a natureza, pois dela tudo se extrai. Diante disso, Schneider (2003) afirma que, “a necessidade de articulação destas em favor de uma conceituação mais ampla do desenvolvimento rural, onde as responsabilidades ambientais, econômicas, sociais e culturais são necessárias e devem estar imputadas nas práticas rurais” (Schneider, 2003, p. 9). O processo produtivo contemporâneo deve sobrepor aos moldes de produção do passado, esses moldes segundo Tonneau (et. al 2005) mesmo que com o resultado favorável da produção agrícola nos anos 70 teve dois fatores que não edificou de forma satisfatória, para os ambientalistas, sendo o fator da crise ecológica e a crise social (Tonneau et. al 2005, p. 69).

Nota-se que a inquietação sobre os novos meios de produção agrícola já decorre desde a sua modernização após o cinquentenário do século XX (anos 70) (Tonneau et. al 2005, p. 69). Justamente pelos meios utilizados para acelerar e modificar esse modo de produção, que de certa forma interfere na saúde humana. Diante dessa crise agroecológica houve uma divisão, que Tonneau (et. al 2005, p. 69) chamou de Política Dual, em que de um lado estaria, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, mantendo a objetividade centralista da competição entre empresas e maximizando e oportunizando o agronegócio. Do lado oposto o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), reformulado para o Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) a simbiose entre o desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária como meio para desenvolver ações para um tripé que contempla o pequeno produtor, o meio e a sociedade como um todo (Tonneau et. al 2005, p. 69).

Ressalta-se que o agricultor familiar utiliza meios de produção diferenciados do agronegócio. Neste contexto, têm-se o cuidado com as queimadas, com a aplicação de agrotóxico e com o meio ambiente. Esses são temas relevantes no centro discursivo-produtivo simplificando de qual forma deve-se utilizar os meios naturais, garantindo para os futuros produtores e produtoras o direito de utilizá-la.

No quadro 7, as nuances dos modos de produção no campesinato (agricultura familiar).

Quadro 7 - Comparativo dos meios de produção tradicional e contemporâneo

ASPECTO	TRADICIONAL	CONTEMPORÂNEO
Terra	Pequenas propriedades herdadas, com baixa titulação fundiária	Acesso ampliado por políticas públicas e regularização fundiária
Trabalho	Mão-de-obra essencialmente familiar	Continua familiar mas com capacitação técnica e inclusão de Jovens e Mulheres
Mecanização	Ferramentas manuais e tração animal	Tratores leves, plantadeiras adaptadas, pulverizadores motorizados
Tecnologia e Inovação	Baixa adoção de tecnologia, técnicas empíricas	Aplicação de tecnologia da informação e comunicação (aplicativos rurais e internet), sensores e agricultura de precisão leve
Sustentabilidade	Práticas tradicionais de manejo, às vezes com desgaste ambiental	Adoção crescente de agroecologia. Integração lavoura pecuária e floresta, compostagem práticas regenerativas
Crédito e financiamento	Acesso restrito ou inexistente	Programas como o PRONAF, Mais Alimentos, com linhas para a modernização
Infraestrutura de produção	Armazéns improvisados, pouco acesso a irrigação e energia	Cisternas, energia solar, biodigestores, unidades de beneficiamento
Assistência técnica	Infrequente quando presente, limitado quando o presencial	Presencial e digital, com apoio de Emater, Emprapa, ifs e apps
Comercialização	Venda local em feiras e atravessadores	Plataformas digitais, feiras virtuais, vendas institucionais (PNAE, PAA)
Organização coletiva	Cooperativas locais ou informais	Redes cooperativas e estruturadas, associações com foco em mercado e inovação

Fonte: Elaboração Própria (2025).

O quadro 9, resume qualitativamente as formas e os meios de produção adaptados aos novos cenários técnico-científico-produtivo com o tradicional, diminuindo e agilizando o tempo e o custo-benefício com a responsabilidade geográfica e ambiental. No entanto, a comercialização dos produtos de alguns produtores, principalmente da agricultura familiar é diretamente ao consumidor final disponibilizada eventualmente em feiras, e outros comercializam para empresas de redes de supermercados de pequeno e grande porte.

Nas figuras 17 e 18 os produtores na atividade de venda direta ao consumidor na feira tradicional.

Figura 17 - Barracas de verduras e hortaliças

Fonte: Autora (2025).

Figura 18 - Barraca de frutas cítricas

Fonte: Autora (2025).

Na Feira do Produtor, localizada na Zona leste da cidade de Manaus-AM, destaca-se um sistema denominado pelos produtores como "ciclo", que exemplifica as conexões entre o campo e a cidade. Esse ciclo proporciona uma compreensão mais ampla de como ocorre a ligação entre o camponês e a sociedade urbana por meio de um canal de comercialização de seus produtos. Trata-se de uma maneira de vivenciar e valorizar a história, as experiências e os modos de produção que integram o campo à cidade, promovendo um elo sustentável e culturalmente rico.

Os agricultores que participam da Feira do Produtor trabalham de forma coletiva, organizando-se para dividir o mesmo espaço de comercialização, seja semanalmente ou em intervalos quinzenais. Esses produtores, em sua maioria, vêm de ramais, como: Ramal do Ipiranga, Km 1 Jorge Teixeira, Ramal do Brasileirinho; Uribui, Canoas, Rio Pardo e Ramal Serra do Sol, (Presidente Figueiredo) Pau Rosa e vicinais (Km 21 da BR-174, Manaus), Comunidade Nossa Senhora Aparecida (Autazes), trazendo não apenas seus produtos, mas também suas histórias, tradições e modos de vida, que enriquecem a dinâmica social e econômica da feira.

As Figuras 19, 20 e 21 retratam o processo de cultivo e preparo das hortaliças realizadas pelos agricultores familiares do Ramal do Ipiranga, evidenciando a organização e o trabalho coletivo que sustentam o abastecimento diário da Feira do Produtor.

Figura 19 – Plantação de alface do Ramal do Ipiranga



Fonte: Autora (2025).

A produção do Ramal do Ipiranga é diversificada, abrangendo culturas como cebolinha, alface e pepino, que são cultivadas em estufas simples e canteiros bem estruturados, adequados às condições de solo arenoso da região. O manejo cuidadoso, aliado à utilização de técnicas como sombreamento e irrigação controlada, assegura o equilíbrio da produção ao longo do ano, mesmo diante das variações climáticas típicas da Amazônia.

Figura 20 - Plantação de pepino do Ramal do Ipiranga



Fonte: Autora (2025).

Além da dimensão produtiva, observa-se que o espaço de cultivo também é um ambiente de convivência familiar e comunitária, onde o trabalho é compartilhado entre os membros da família. A colheita e o preparo das hortaliças, feitos manualmente, demonstram o compromisso dos produtores com a qualidade dos alimentos oferecidos à população urbana, fortalecendo os laços entre o campo e a cidade e reafirmando o papel do campesinato na economia local e na segurança alimentar da região.

Figura 21 - Local de arrumar as verduras.



Fonte: Autora (2025).

O cultivo desenvolvido pelos agricultores do Ramal do Ipiranguinha (Figura 22), localizado no bairro Jorge Teixeira, em Manaus-AM, demonstra a diversidade e a organização produtiva das hortas familiares que abastecem parte da Feira do Produtor. As imagens evidenciam o uso de diferentes técnicas de manejo, como o cultivo em solo protegido, canteiros elevados e sistemas de hidroponia, que garantem maior controle de pragas, melhor aproveitamento da água e regularidade na produção ao longo do ano. De modo que, os métodos reforçam a capacidade adaptativa dos produtores frente às condições climáticas da região amazônica, assegurando o fornecimento contínuo de hortaliças frescas à população urbana.

Figura 22 – Cultivo dos Agricultores do Ramal do Ipiranguinha no Jorge Teixeira



Fonte: Autora (2025).

A produção de coentro no Ramal Serra do Sol (Figura 23), no quilômetro 160 da BR-174, evidencia a importância das pequenas propriedades familiares no abastecimento contínuo da Feira do Produtor. O cultivo, realizado em estufas cobertas, demonstra a adoção de técnicas agrícolas voltadas à proteção das culturas contra intempéries e à manutenção da qualidade do solo. O uso de sistemas simples de irrigação e o manejo manual garantem a sustentabilidade da produção, reduzindo o desperdício de água e otimizando o rendimento das colheitas. Essa prática representa a capacidade de adaptação dos agricultores às condições amazônicas e a valorização do trabalho coletivo na agricultura familiar.

Figura 23 – Plantação de Coentro do Ramal Serra do Sol, quilometro 160, Presidente Figueiredo



Fonte: Autora (2025).

A produção de alface e chicória no Ramal do Brasileirinho (Figura 24 e 25) representa uma das principais atividades hortícolas destinadas ao abastecimento cotidiano da Feira do Produtor. As pequenas propriedades familiares organizam-se de forma intensiva, utilizando

técnicas adaptadas às condições edafoclimáticas locais, como o manejo orgânico, o uso de adubos naturais e a irrigação controlada. A proximidade geográfica com o centro urbano favorece o escoamento rápido, reduzindo perdas e fortalecendo o circuito curto de comercialização, característico da agricultura familiar.

Figura 24 -Plantação de Alface do Ramal do Brasileirinho



Fonte: Autora (2025).

Figura 25 - Plantação de chicória no Ramal do Brasileirinho



Fonte: Autora (2025).

Vale destacar que, a dinâmica de cultivo garante produtos frescos e de alta qualidade, permitindo a reposição constante das bancas na feira e reforçando o vínculo direto entre o espaço de produção e o de comercialização. Além do aspecto econômico, a produção de hortaliças no Ramal do Brasileirinho simboliza a resistência e a autonomia dos pequenos produtores frente à lógica concentradora do agronegócio.

A presença de bancas próprias na feira amplia a visibilidade dos agricultores, assegura maior retorno financeiro e promove o consumo de alimentos locais, frescos e sustentáveis. Esse modelo de produção e venda direta reforça a importância social e ambiental do campesinato urbano-rural, que desempenha papel essencial na segurança alimentar da população e na valorização das práticas agrícolas tradicionais da região metropolitana de Manaus.

A agricultura, nesse contexto, destaca-se por sua singularidade, contrastando com os processos de produção capitalistas. Caracteriza-se por uma relação direta entre o produtor e o consumidor, com menor dependência de intermediários e uma valorização da produção local e sustentável. Esse modelo instiga uma análise mais aprofundada, como a proposta por Marx em *O Capital*, que parte do estudo do processo de produção em seu sentido restrito. Aplicando essa abordagem, é possível investigar os mecanismos de exploração ou resistência presentes na vida camponesa, buscando compreender como se estruturam as relações de trabalho e o impacto das dinâmicas de mercado sobre essa classe. Ao discutir sobre a exploração do camponês, emergem questões importantes sobre a resistência dessa economia, que apesar das dificuldades, sustenta comunidades e preserva modos de produção que resistem à lógica puramente capitalista, evidenciando a riqueza e a complexidade das atividades produtivas e sua interação com a cidade e o consumidor final.

Contudo, o problema é qualitativamente diferente, pois enquanto na produção capitalista o processo de trabalho corresponde a um processo de valorização, ou dito de outra forma, um processo de exploração da mais-valia (sujeição do trabalhador ao capital), o processo de trabalho camponês (aqueles que compõem uma comunidade rural), somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista.

Para relacionar a produção camponesa e a reprodução do capital global podemos seguir dois caminhos: ou partir do capital como um todo para mostrar a economia camponesa como resultado, ou considerar o trabalho camponês como o ponto de partida para se chegar ao capital valorizado como resultado.

A comercialização agrícola se constitui numa das atividades mais complexa dentre aquelas que envolvem o sistema da agricultura, agropecuária, pesca, uma vez que se trata do momento em que a produção assume a condição de mercadoria. Essa condição elucubra a dinâmica que a atividade assume sob o modo de produção capitalista, envolvendo a integração de mercados, por meio de diversos segmentos e setores que se apropriam da produção e impõe metas de quantidade e de qualidade, formando cadeias, redes ou arranjos produtivos.

O comércio de produtos na feira do produtor é dependente dos atores sociais envolvidos nesse processo, dos recursos financeiros disponibilizados para as transações, da existência de uma cadeia produtiva e de informações, com relação às características e aos riscos de oscilação dos preços (Azevedo, 2002). Sendo assim, a negociação agrícola ocorre a partir de relações estabelecidas dentro da cadeia produtiva de cada gênero.

Entre os atores sociais envolvidos destacam-se: Agricultores que trabalham na Terra, com a finalidade de produzir alimentos, Comerciantes, que na forma atacadista, têm por função distribuir as mercadorias para postos de venda, e na forma varejista, comercializar o produto para o consumidor final, O mercado consumidor, que está na ponta do processo de comercialização.

A negociação de produtos agrícolas apresenta características específicas quando da reunião, interação e dispersão de bens e serviços, pois organiza fluxos de atividades relacionadas à agricultura através da produção e da organização espacial para sua comercialização. Esse processo envolve vários atores sociais que compõem a cadeia produtiva dos gêneros agrícolas e integram etapas de transformações da produção. Essa cadeia tende a se estender ou encolher conforme a demanda econômica por determinado produto variando assim, no tempo, no espaço e no número de atores envolvidos para promover a interação produtor-consumidor.

A comercialização agrícola reflete a transferência de mercadoria do produtor ao consumidor final. No aspecto funcionalista, esse processo perpassa a teoria e a prática de comércio, envolvendo “[...] todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo” (Steele, 1971, p.23). Além disso, o ato comerciável compreende atividades que resultam “[...] na transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos – capital e trabalho - que atuam sobre a matéria-prima agrícola” (Barros, 2007, p.01).

A comercialização envolve a transferência de produtos dos locais de produção aos de consumo por meio da utilização de capital e trabalho. Esse processo pode ocorrer em pequenos estabelecimentos, nas feiras na forma da venda a varejo; e em “fixos” (Santos,1994), como as

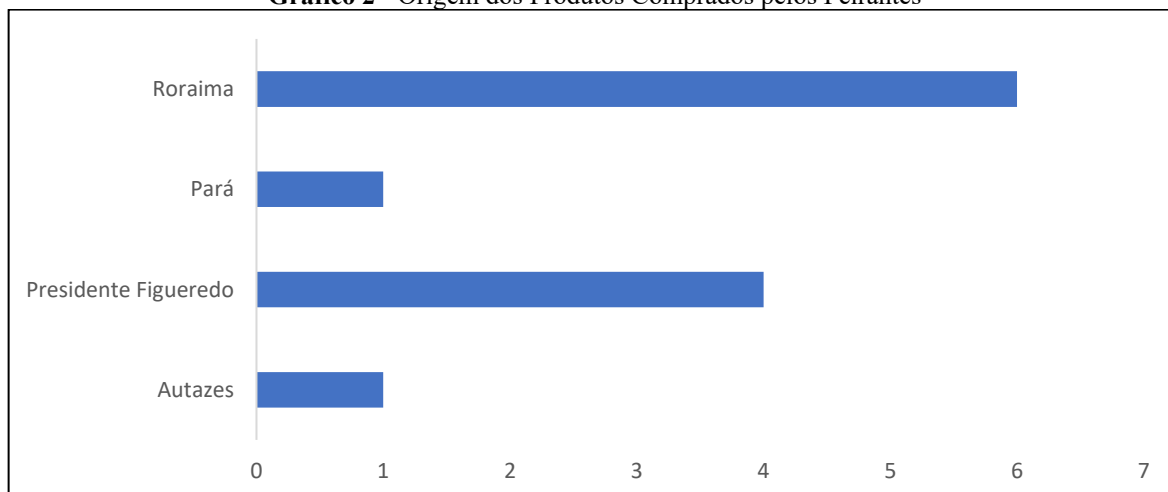
Centrais de Abastecimento (CEASAS) e as Centrais de Compra e de Distribuição, ou ainda, em lojas especializadas, na forma de atacado.

Neste ensejo, o presente trabalho analisa de forma empírico a comercialização de produtos agrícolas pelo agricultor na Feira do Produtor na Zona Leste de Manaus/Am. Esse trabalho resulta do acompanhamento das especificidades existentes na comercialização agrícola em meio a função e as estruturas presentes no âmbito do espaço da feira do Produtor, verificando as políticas públicas e os atores sociais que promovem a agricultura familiar. Além disso, foram aplicados questionários, entrevistas entre os feirantes que trabalham na feira de forma aleatório, como forma de entender a conexão dos feirantes com a origem dos produtos ofertados para os consumidores locais.

Quando as sociedades se globalizam, manifestam tendência contraditória para valorizar a produção local, inclusive alimentos costumeiros, que se tornam marcas identitárias, geográficas e territoriais. Os circuitos planetários de trocas expandidos com a liberalização do comércio dos anos 1990 transformaram mercados locais e particularmente feiras tradicionais em espaços importantes para vendas voltadas para abastecimento adaptado às demandas culturais, associados à soberania alimentar. Muitos dos produtos comercializados em feiras recebem agregação de valor cultural e são referência de qualidade local (Zuin; Zuin, 2008).

Na Feira do Produtor em Manaus é vendido uma variedade de produtos agrícolas que são oriundos de municípios e regiões entre a origem onde são feitas as produções no Gráfico 2, se destaca a origem de compra dos produtos comercializados pelos feirantes na Feira do Produtor, destacando a diversidade de locais de abastecimento que compõem essa cadeia produtiva.

Gráfico 2 - Origem dos Produtos Comprados pelos Feirantes



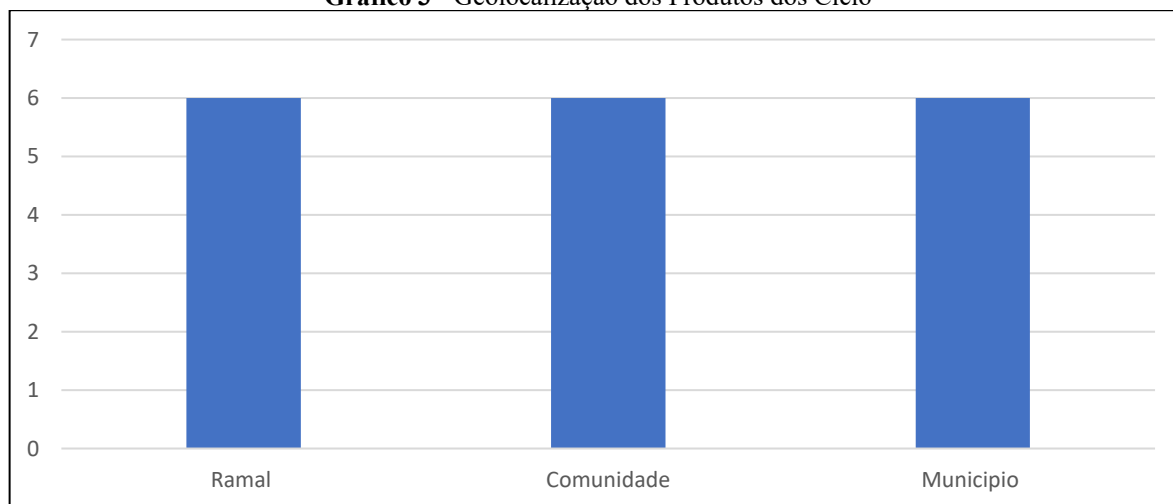
Fonte: Elaboração Própria (2025).

Outros produtos são oriundos de ramais: Ramal do Brasileirinho, Urubi, Pau Rosa, Canoas e os municípios geralmente são: Manaus, Presidente Figueiredo, Autazes e os estados de Roraima e Pará. Também tem alguns produtores que trabalham em boxes maiores e que trabalham com uma variedade de frutas e legumes que vem de outros estados brasileiros como: Roraima, Pará, São Paulo e Ceará.

Esses feirantes sentem a necessidade de comprar esses produtos de outros estados devido o período de entressafra e para os mesmos não ficarem com seus boxes desabastecidos há essa necessidade de recorrer a outros atravessadores e fontes que possam negociar. Os produtos regionais não conseguem abastecer a feira durante todo ano, pois muitos dos produtos agrícolas na nossa região só dão no período de safra.

O Gráfico 3 informa a relação dos agricultores que plantam e colhem seus produtos para serem comercializado na Feira do Produtor da Zona Leste de Manaus/AM.

Gráfico 3 - Geolocalização dos Produtos dos Ciclo



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Para compreender melhor sobre o ciclo semanal ou quinzenal, e o espaço de comercialização na Feira do Produtor foram aplicados, questionários com os camponeses no período de um mês para entender melhor o lugar de origem de seus produtos.

A maioria dos produtores reside em municípios próximos e trabalha em ramais e comunidades rurais. No campo foi possível observar que os produtores plantam e colhem seus próprios produtos, utilizando a força do trabalho familiar como base para suas atividades. Essa dinâmica de colaboração entre membros da família é essencial, pois permite que se apoiem mutuamente nas tarefas agrícolas e na superação de desafios.

No entanto, os produtores destacaram a falta de incentivos financeiros ou apoio técnico de órgãos ou instituições que poderiam contribuir para o aprimoramento de suas plantações.

Apesar das dificuldades, eles enfrentam diariamente a luta para proteger suas lavouras contra pragas e garantir uma boa colheita, visando aumentar sua renda.

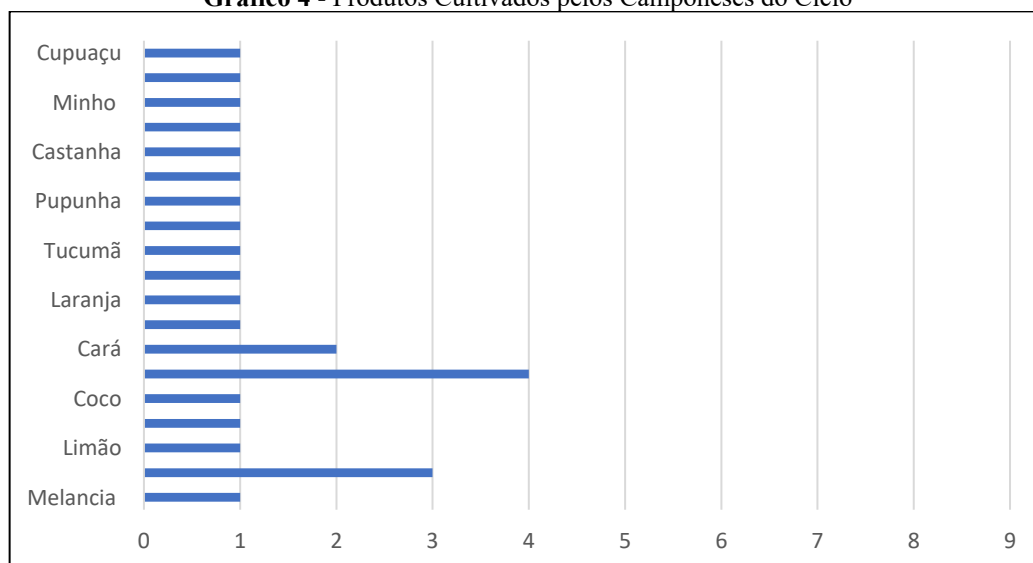
Numa visita na feira do produtor foi possível observar, que em 2024 a plantação de banana sofreu um grande prejuízo devido à estiagem prolongada, que comprometeu a qualidade dos frutos, impossibilitando a comercialização. “Foi um prejuízo muito grande, mas não podemos brigar com a natureza”, afirmou uma produtora numa conversa informal, evidenciando a resistência e a adaptação necessárias para lidar com os imprevistos do clima.

Diante do exposto os produtores vem a feira semanalmente ou quinzenalmente, esses produtores e produtoras tem um espaço na feira reservado para colocarem seus produtos e quando tem produtos em grande quantidade eles vendem a maior parte para os feirantes de boxe fixo e quando há necessidade de armazenarem eles alugam um galpão que tem na feira, ficam durante esse período vendendo e quando retornam para seus lares já tem outros camponeses que ficam trabalhando da mesma forma e assim acontece esse processo de transição do trabalho que os mesmos caracterizam de “ciclo” e que todos outros feirante de banca e boxes fixo já conhecem.

Com intuito de conhecer melhor os produtos cultivados pelos camponeses, houve a necessidade de aplicar, questionários para compreensão em relação dos produtos cultivados pelos produtores do Ciclo aqueles que só vem na Feira semanalmente ou a cada quinze dias.

O Gráfico 4 é relevante para compreensão dos produtos cultivados pelos camponeses do Ciclo. Os produtos cultivados pelos camponeses são produtos regionais e que todos são encontrados geralmente nas feiras da cidade de Manaus/AM de forma variada.

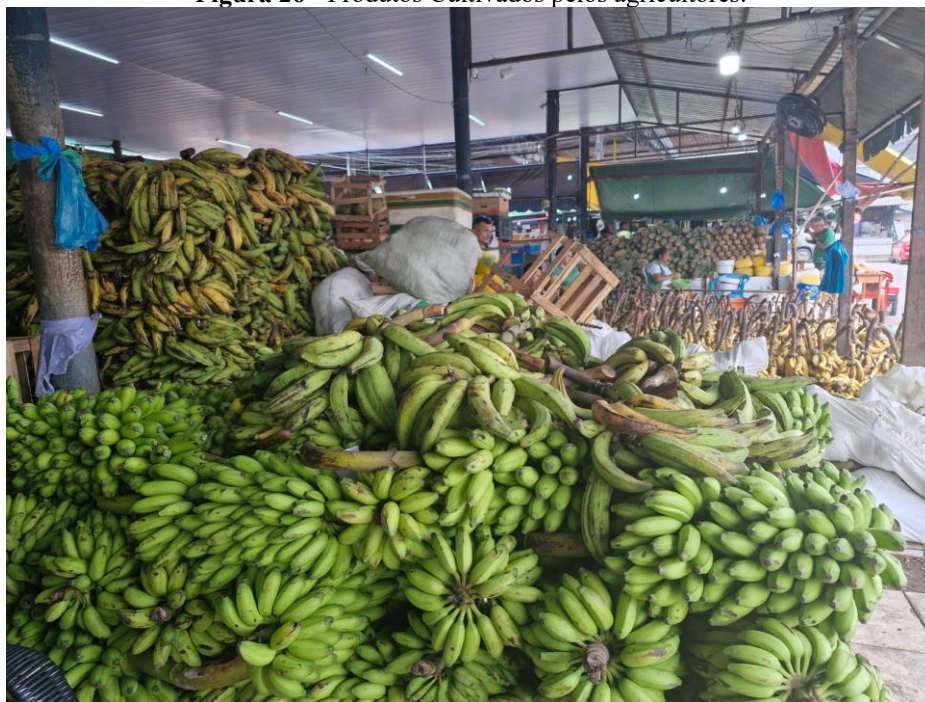
Gráfico 4 - Produtos Cultivados pelos Camponeses do Ciclo



Fonte: Elaboração Própria (2024).

A comercialização de produtos pelos camponeses está diretamente relacionada ao período de safra, ou seja, a disponibilidade dos itens depende das épocas específicas de colheita, o que torna inviável a oferta de alguns produtos durante todo o ano. “Em geral, esses produtos são encontrados no período da safra, por isso há necessidade de ter um plantio grande. Nós plantamos de acordo com o período de cada produto. A macaxeira, por exemplo, só estará pronta para colheita a cada seis meses”, explicou um produtor. Na figura 26 ilustra uma típica banca de feira da região, onde produtos como bananas são exibidos em grande quantidade, evidenciando o período de safra. Essa visualização complementa o conteúdo textual ao demonstrar como a sazonalidade dos cultivos impacta a oferta dos produtos locais.

Figura 26 - Produtos Cultivados pelos agricultores.



Fonte: Autora (2025).

A banana, frequentemente cultivada por camponeses, é um exemplo de produto que, em sua época de colheita, está amplamente disponível nas feiras, reforçando a relação entre o ciclo agrícola e a dinâmica de comercialização regional.

Quando os produtos da região estão em falta, os camponeses recorrem a fontes alternativas para não ficarem sem mercadorias e, conseqüentemente, sem renda. Muitos compram de atravessadores para abastecer suas bancas, garantindo a continuidade da comercialização, já que sua única fonte de sustento é oriunda das vendas. “Se não tem venda, não tem dinheiro para o sustento da família”, ressaltaram.

Os produtores que participam do ciclo buscam constantemente estratégias para melhorar suas vendas, especialmente quando enfrentam períodos de escassez. Nessas ocasiões, recorrem aos atravessadores que abastecem a feira, principalmente às terças e quartas-feiras, dias dedicados ao reabastecimento (Figura 27). Essa prática, embora necessária, reflete os desafios enfrentados por pequenos agricultores na tentativa de manter a estabilidade financeira e atender à demanda do mercado local. A feira funciona todos os dias da semana, no entanto os dias de mais movimentado é no final de semana, na segunda e terça feira geralmente o movimento é menor, pois somente na quarta-feira que começa a ser abastecida novamente com produtos frescos.

Figura 27 - Caminhão que veio de Presidente Figueiredo para abastecer a Feira (comunidade Taboca)



Fonte: Autora (2025).

A dinâmica de abastecimento da feira evidencia a interdependência entre os produtores rurais e o comércio urbano, configurando um circuito econômico que movimenta diferentes territórios. O transporte da produção, muitas vezes realizado em caminhonetes ou veículos de pequeno porte (Figura 28), demonstra o esforço coletivo das comunidades agrícolas para garantir a continuidade do fornecimento.

Figura 28 – Transporte de hortaliças de comunidades rurais de Presidente Figueiredo para abastecimento da Feira do Produtor



Fonte: Autora (2025).

A logística, embora marcada por limitações de infraestrutura e custo, revela a capacidade de organização e resistência do campesinato frente às adversidades. Assim, a feira torna-se um espaço de escoamento da produção e de valorização da agricultura familiar, fortalecendo a economia local e promovendo a integração entre o campo e a cidade.

2.5.2 Práticas e Desafios da Agricultura Familiar

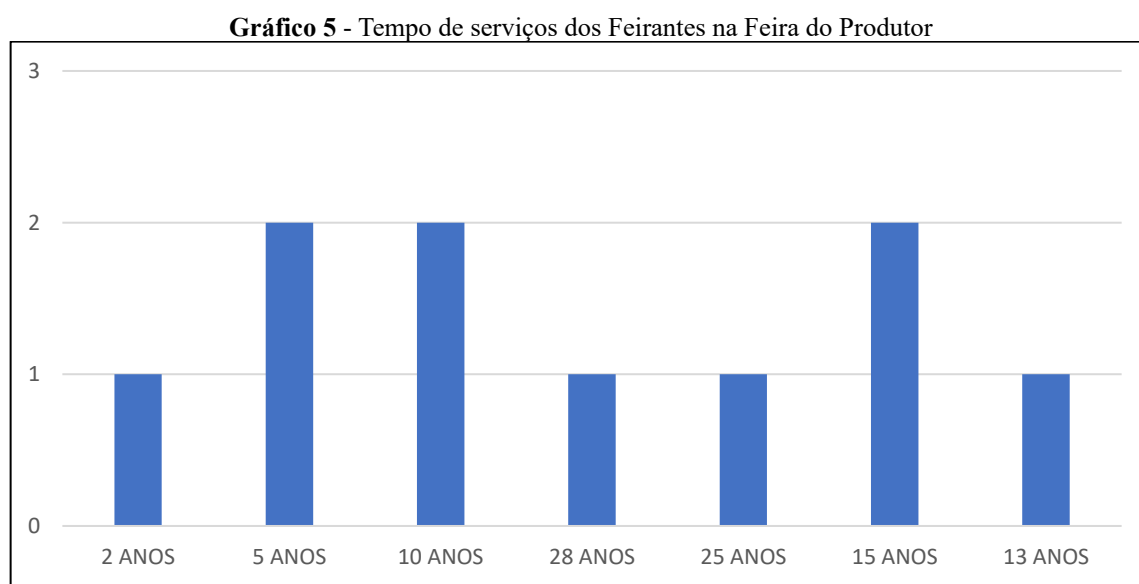
Apesar de algumas mudanças na agricultura familiar os agricultores enfrentam uma série de desafios que afetam sua capacidade de prosperar e contribuir para a segurança alimentar. É essencial compreender esses desafios para encontrar soluções eficazes. Alguns dos principais desafios enfrentados são: Acesso limitado à terra; Mudanças climáticas; Dificuldades no acesso a mercados e tecnologias; Riscos financeiros.

A agricultura familiar, pela produção e pela comercialização em feira tradicional, tem se mostrado eficiente na geração de renda e na elevação da qualidade de vida no campo. Dessa forma, possuem a capacidade de ampliar a soberania alimentar da região e do país, tendo em vista que com a agricultura familiar e o estímulo das feiras é possível de se ter quantidade, qualidade e diversidade de alimentos.

Devido a capacidade de envolver, dinamizar e gerar renda, as feiras tradicionais tem como perspectiva constituir-se como uma das principais alternativas de comercialização de produtos agrícolas na cidade de Manaus. O fato de terem um espaço de comercialização próprio assegura certa autonomia aos agricultores familiares já que não dependem dos supermercados para comercializarem a sua produção.

Assim, o incentivo à agricultura familiar e às feiras tradicionais se mostra uma importante alternativa ao desenvolvimento. Dentro de seus limites e de suas potencialidades, verifica-se que as feiras tradicionais da agricultura familiar de Manaus, são necessárias e fundamentais para a viabilização de inúmeras famílias em suas unidades produtivas.

Elas possibilitam desenvolvimento com qualidade de vida e se consolidam como uma ação de extrema importância para os consumidores urbanos que terão a oportunidade de adquirirem alimentos saudáveis e diversificados. O Gráfico 5 traz informações relevantes o tempo que os feirantes estão trabalhando na feira do produtor.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A maioria dos feirantes possui um longo vínculo com a Feira do Produtor, alguns desde o período em que ocorreu a transferência da Feira do Vivaldo Lima para o novo local no ano de 1995. Essa mudança foi motivada, em grande parte, pela limitação de infraestrutura no espaço anterior, que se tornara pequeno para comportar a crescente demanda dos feirantes e consumidores.

Embora a realocação visasse oferecer melhores condições e um espaço mais organizado, muitos agricultores participaram desse deslocamento sem escolha, devido à necessidade de transferência para uma área mais ampla, porém mais distante do centro da cidade.

No entanto, essa transição trouxe desafios significativos. A localização distante e as novas condições fizeram com que alguns feirantes enfrentassem dificuldades de adaptação. Como resultado, muitos acabaram optando por retornar a áreas disponíveis em outros locais da cidade, buscando alternativas que melhor atendessem às suas necessidades. Conforme relatado por uma feirante que trabalha há 28 anos na feira.

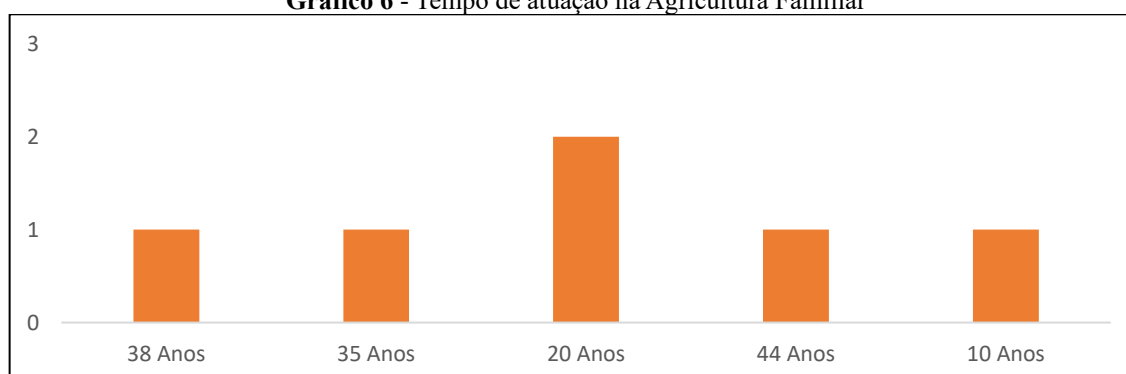
Quando cheguei na feira era só um lugar sem nada, sem muita perspectiva de mudança, mas em conversa com meus três filhos, decidimos apostar nesse lugar e que tudo ia dar certo. Hoje continuo aqui, trabalhando com eles e contando essa história (Feirante A, 2024).

Para os feirantes esse local representa muito, pois a maioria chegou junto com seus pais ou avós, hoje alguns já falecidos e os mesmos continuam trabalhando para o sustento de seus familiares, destaca-se também que esse é o seu único meio de sobrevivência, por isso estão satisfeitos com espaço que tem para trabalhar “mesmo sendo pequeno nos esforçamos para mantê-lo sempre limpo e organizados” (feirante b, 2024). E assim deixar sempre o consumidor satisfeito.

Outra feirante, que está na feira há apenas dois anos, relatou que antes trabalhava em uma feira livre, onde enfrentava grandes dificuldades logísticas, especialmente no que diz respeito ao transporte dos seus produtos. Após negociar o box com outra pessoa, ela passou a trabalhar em um espaço alugado, mas conseguiu se adaptar à nova realidade. Apesar das dificuldades, consegue garantir o sustento de sua família e arcar com as despesas mensais.

O gráfico 6 faz uma ressalva sobre o tempo de atuação na agricultura familiar evidenciando a distribuição de tempo de atuação na agricultura familiar, variando entre 10 e 44 anos, com maior concentração na faixa de 20 anos., de acordo com o levantamento na feira do produtor rural.

Gráfico 6 - Tempo de atuação na Agricultura Familiar



Fonte: Elaboração própria (2025).

Esses dados ressaltam a relevância do tempo de trabalho como um fator determinante para o desenvolvimento de habilidades, resiliência e adaptação dos agricultores às demandas do setor. O tempo de atuação reflete não apenas a experiência acumulada, mas também a capacidade das famílias de consolidarem práticas produtivas e estratégias coletivas de trabalho, fundamentais para sua sobrevivência e continuidade na atividade.

Na agricultura familiar, os camponeses geralmente se organizam em grupos familiares, nos quais cada membro exerce funções específicas de acordo com as demandas da família. Enquanto alguns permanecem no sítio cuidando da produção agrícola, outros, como esposas e filhos, se dedicam à comercialização dos produtos nas feiras (Figura 29). Essa divisão de tarefas, somada à proximidade dos sítios em relação aos municípios, permite uma dinâmica eficiente que alia a produção e comercialização, garantindo a subsistência da família e a inserção no mercado local.

Figura 29 -Camponeses que vem das comunidades



Fonte: Elaboração própria (2025).

Além disso, observa-se que a comercialização dos produtos na feira representa não apenas uma estratégia econômica, mas também um espaço de sociabilidade e fortalecimento

comunitário entre os agricultores familiares. No ambiente das feiras, os produtores trocam experiências, compartilham saberes tradicionais e reforçam laços de solidariedade que sustentam o modo de vida camponês. Essa prática reafirma a identidade do campesinato, valorizando o trabalho manual, a diversidade agrícola e o vínculo direto entre quem produz e quem consome, o que contribui para a preservação da cultura rural e para a segurança alimentar local.

2.6 PERSPECTIVA GEOGRÁFICA SOBRE AS DINÂMICAS COMERCIAIS NA FEIRA TRADICIONAL

A feira tradicional constitui-se uma das formas de trocas mais antigas do mundo. Mas o que pode ser chamado de feira? A ideia principal está em ser a um espaço de trocas, uma atividade, segundo Braudel (1996, p. 15), de “mão na mão, olhos nos olhos, a troca imediata: o que se vende, vende-se sem demora, o que se compra, leva-se logo e paga-se no mesmo instante (...)”. O estudo desse espaço é muito amplo e esse autor deixa claro: “Se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece...” (Braudel, 1996, p. 14-15).

As feiras possuem duas funções: a econômica e social; uma economia de grande porte, bastante importante para o desenvolvimento do capitalismo nas regiões onde se instalam, pois é no seu interior e em suas redondezas que é tecida uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais (Braudel, 1996). As ideias de Vargas (2001, p. 96) vêm ao encontro das de Braudel; as feiras foram mais além do que apenas do fornecer mercadorias para consumidores. “Agiram também como locais de distração e divertimento, proporcionando atrações como as tão famosas, quanto antigas, brigas de galo” (Vargas, 2001, p. 96).

Frequentada em dias fixos, a feira é um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (Braudel, 1996, p. 16).

A feira livre ou tradicional é um lugar do simbolismo, uma vez que os objetos sem uso assinalam para outras lógicas simbólicas. A feira vai além da razão econômica, devido ao fato de ser lugar de trocas de sentidos e significados para os bens. Os produtos podem ser adquiridos

por um baixo preço, pela vontade de se colecionar gênero de produtos ou pelo simples fato de se barganhar um produto, segundo Euler Siqueira (Museu Mineiro, 2009). Adentrando, uma feira, diante de uma profusão de intenções, é como se esta fosse relevar as suas formas e os seus sentidos, “seu lado lúdico, seu encantamento e desencantamento, seu lado profano, sua lógica e seu caos, sua antiguidade e sua modernidade” (Menezes, 2005, p. 40).

A importância das feiras na Idade Média abunda por todos os países, um fenômeno internacional independente das condições da sociedade europeia. Seu apogeu acontece em face do comércio errante. Sua decadência se dá quando os mercadores se tornam sedentários (Pirenne, 1968). “O objetivo dos mercados locais consiste em prover a alimentação cotidiana da população que vive no lugar onde se realizam.” (Pirenne, 1968, p. 105). Por causa disso, os mercados são semanais e seu raio de atração é pequeno.

As feiras são, ao contrário, lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. São centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer a eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e de produtos. (Pirenne, 1968, p. 106).

É preciso lembrar que cada feira está aberta ao comércio e não há concorrência com o mercado local, apenas uma diferença de tamanho. A palavra feira é oriunda do latim *feria*, que significa festa, encontro de mercadores, que muitas vezes vem de longe, levam semanas para chegar ao local do encontro. “O século XII viu surgir ciclos de feiras regionais e inter-regionais que formavam uma espécie de mercado contínuo, exceto no período de mau tempo.” (Vargas, 2001, p. 146). Algumas feiras, mercados importantíssimos, eram especializadas em determinados artigos.

A feira livre resiste ao tempo e ao modelo econômico pelo simples fato de ser popular. “Resiste porque dela não tiram proveito político, e nela o povo envolvido é digno e batalhador.” (Silva, 2006, p. 28). A população de baixa renda encontra nas feiras livres uma forma de adquirir produtos de boa procedência a custos mais baixos.

Partindo do pressuposto de que a feira livre é um espaço da vida cotidiana, desde a década de 1960, quando o automóvel circula pelas ruas, a feira livre viu a sua sobrevivência ameaçada e outras formas de apropriação coletiva das vias públicas. O automóvel promove o surgimento do varejo a condenar a feira livre. “Mas a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos de a ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana” (Mascarenhas; Dolzani, 2008, p. 83), além dos espaços de sociabilidade. Dessa forma, as feiras

livres resistem na paisagem urbana contemporânea; de um lado, os que precisam sobreviver materialmente e, por outro, aqueles que zelam pelo aspecto sociocultural.

É importante a questão da modernidade para o esclarecimento de como as feiras livres se enquadram no meio urbano na atualidade. Conforme Bergman (apud Mascarenhas; Dolzani, 2008) a modernidade significa mudança, efemeridade. O futuro predomina ao passado. Nada é estático, tudo é na intenção de mudar. Assim, para o autor há uma tendência em tornar-se inutilizável tudo o que destoa, o que pertence ao passado é um atraso. “A modernidade se impõe como atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana” (Mascarenhas; Dolzani, 2008, p. 79).

Para Forman (2009) as feiras livres existem no país desde o tempo da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem; em muitas cidades do interior, elas são a única forma de comercialização da maioria da população; também atuam como centros de educação, cultura e entretenimento.

Frequentar à feira do produtor é como penetrar numa mistura de sentidos, como se os passos fossem revelando as suas formas e sentidos, seu lado lúdico, sua lógica e o seu caos, sua antiguidade e sua modernidade. “A feira tradicional consegue imprimir no ideário urbano o verdadeiro sentido do termo ‘modernidade’” (Menezes, 2005, p. 39- 40).

A verdadeira modernidade, que não se realizou ainda, passa por uma autêntica expulsão do mito, por um autêntico despertar, e não por um despertar sonhado, como aconteceu com a pseudo-modernidade. Esse despertar verdadeiro não significa rejeitar pura e simplesmente o sonho, e sim transformar em práxis os momentos utópicos contidos no sonho da modernidade. (Rouanet apud Menezes, 2005, p. 40).

Quando um indivíduo vai à feira do produtor, encontra-se num paradoxo temporal, permeado por signos que se perderam ao longo de décadas. Ao mesmo tempo, o ambiente lhe traz lembranças da cidade antiga, e o remete a um olhar que flerta com a modernidade, no sentido que, para a sua sobrevivência, deve se adaptar ao novo, representado pela cidade moderna. “A feira do produtor se reveste de todas as significações urbanas, se apropria do saber da cidade, do seu perto, e do seu longe, do seu presente e do seu passado, assume sua condição de encontro- desencontro com a modernidade.” (Menezes, 2005, p. 43).

2.7 CONSUMO NA FEIRA DO PRODUTOR: TENDÊNCIAS E IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL

À medida que se expandiu a industrialização no Brasil, cresceu a importância dos centros urbanos e, na mesma proporção, a relevância do abastecimento alimentar da população urbanizada. As grandes migrações dos anos 1930/1970 multiplicaram a população das cidades, transformadas em metrópoles habitadas por migrantes recentes que não mais produziam seus próprios alimentos. O sistema agroalimentar foi reconfigurado para atender à grande demanda urbana por abastecimento (Martine, 1994; Carmo, 1996; Wilkinson, 2008).

De acordo com Carmo (1996), a demanda por abastecimento alimentar do país levou à rápida passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial. O complexo rural era composto por unidades de produção e processamento de alimentos de caráter autárquico, localizado, vinculado aos padrões da grande fazenda tradicional; já o complexo agroindustrial integrava grandes cadeias capitalizadas de produção, processamento e distribuição de alimentos.

O sistema agroalimentar foi reestruturado para atender à demanda crescente por alimentos, em resposta às crises de abastecimento; mas também para viabilizar a reprodução do capital em grande escala. Esse modelo de integração agroindustrial exigiu mudança nos recursos tecnológicos usados nos sistemas de produção e distribuição, grandes unidades produtivas e subordinação da agricultura à indústria (Carmo, 1996).

A expressão dessa transformação no campo foi a “revolução verde”, o processo de modernização da agricultura ocorrido no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo aparente foi combater a fome no mundo, principalmente no mundo subdesenvolvido, porém este modelo não foi capaz de resolver a problemática da fome diante da desigualdade no fomento e incentivos que atingisse um número de maior de setores produtivos, inclusive da agricultura familiar.

Todavia, as dificuldades de operacionalização do sistema de comercialização sempre foi um dos principais desafios do setor agrícola. O Estado passa a assumir um papel fundamental na criação de políticas públicas destinadas à modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, as políticas governamentais para o setor agrícola do período pós-1965 tornaram-se instrumentos da “modernização conservadora da agricultura”, principalmente em virtude da derrota do movimento de reforma agrária, pois essa mudança acarretou sérios problemas de desigualdades sociais, sobretudo do setor primário, pois apenas uma parcela de produtores teve acesso ao crédito que possibilitasse avanços expressivos na produção e comercialização,

principalmente para a exportação, enquanto pequenos produtores (84) perderam terras para o governo e para o latifundiário da monocultura (Delgado, 2002, p. 218; Szmrecsányi; Ramos, 2002).

Resultado dessa transformação no sistema de produção e abastecimento foi a concentração da produção e da renda num grupo reduzido de produtores rurais que teve acesso a financiamento da produção, apoio em pesquisa e comercialização para assegurar sua presença no mercado. Foram inúmeros os desafios para a agricultura familiar diante da modernização da produção, das cadeias produtivas, da nova necessidade de produção em escala e das transformações tecnológicas.

A produção em escala tendeu a marginalizar a agricultura familiar dos mercados, e um novo conjunto de exigências foi imposto em razão dos padrões sanitários, comerciais e de distribuição. Os sistemas de logística e o uso da informática reorganizaram a distribuição de supermercados e o varejo, reestruturaram os setores de hortícolas e frutas, as Centrais de Abastecimento e as redes de alimentação (Carmo, 1996; Wilkinson, 2008; Delgado, 2002; Szmrecsányi; Ramos, 2002).

Isso criou grandes diferenças entre as rendas geradas no sistema agroalimentar. Agricultores familiares foram marginalizados pelos programas criados para o campo, perderam terras e mercados. Cresceram a pobreza e a insegurança alimentar no meio rural, foi necessário criar novas políticas públicas para apoiar a produção, o acesso ao crédito e à comercialização para a produção em menor escala (Chonchol, 2005).

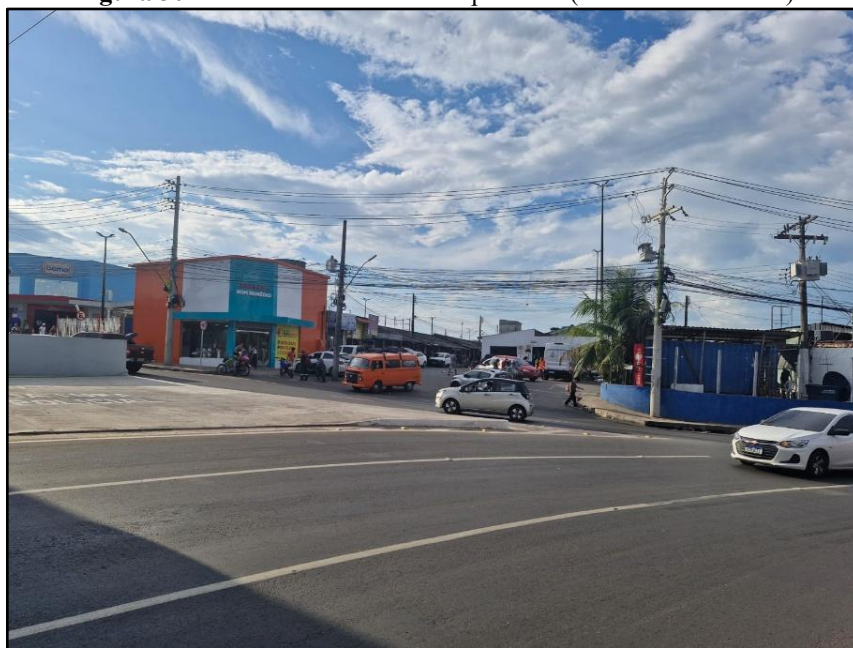
A hegemonia do sistema agroindustrial de abastecimento, com grandes escalas de produção e um padrão “fordista” de alimentação abriu espaços para contestações, que se materializaram na busca de novos formatos de produção e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. É isso que vem definindo novas abordagens que procuram fortalecer e valorizar circuitos curtos de comercialização, de abrangência local ou territorial.

Assim, foram abertos caminhos também para questionamentos sobre as estruturas de poder que regem o sistema agroalimentar brasileiro, reforçando a necessidade de se buscar uma proporcionalidade harmoniosa entre setores privados, governos, instituições multilaterais e territórios. Dessa forma, a construção social de mercados, os arranjos institucionais e as políticas públicas de incentivo para novas formas de produção e consumo se tornaram fundamentais para que o abastecimento urbano (Carmo, 1996; Wilkinson, 2008).

2.7.1 Participação Comunitária: O papel dos Consumidores na Dinâmica da feira.

A participação comunitária é muito importante no papel da feira, pois a feira é um importante canal de comercialização de produtos, principalmente de agricultores familiares. Esse contato direto do produtor com o consumidor final, proporciona uma maior credibilidade e segurança para aqueles que consomem esses produtos. Na figura 30, a entrada da Feira do Produtor.

Figura 30 - Área de acesso a feira do produtor (ZL de Manaus-AM)



Fonte: Autora (2025).

Para Santos et al. (2014) a escolha do canal de distribuição para a venda dos produtos, pelos agricultores familiares, passa a ser, um dos principais elementos da estratégia de comercialização. Para o autor, as feiras tradicionais têm ganhado destaque para a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, em relação ao varejo tradicional, por apresentar uma relação mais direta com o consumidor e uma melhor rentabilidade dos produtos comercializados nesse canal.

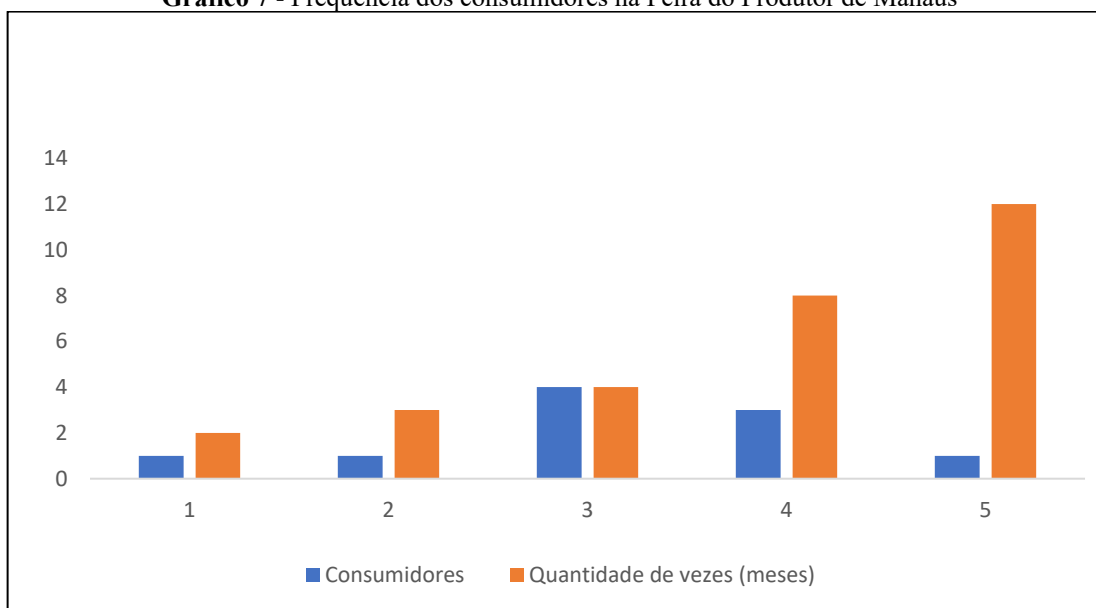
Desde que o homem deixou de ser nômade passando a dominar a técnica de plantio e assim fixando – se sobre a terra, tem a necessidade de trocar o excedente da sua produção por outros produtos. As primeiras referências que se tem sobre as feiras estão relacionadas às festividades religiosas. A própria origem da palavra Latina FERIA, dando origem à palavra portuguesa feira, que significa dia santo, feriado.

Na Europa durante a idade média principalmente com o advento das cruzadas as feiras tiveram uma grande importância no processo de desenvolvimento das cidades e do comércio, pois atendia as necessidades dos comerciantes e dos viajantes contribuindo com o chamado renascimento comercial do século XVIII. Os camponeses que não conseguiam vender a sua produção excedente trocavam por outros produtos, essas trocas comerciais possibilitaram uma padronização dos meios de trocas, exercendo um importante papel para a implantação do dinheiro e para a manutenção, consolidação e desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, consolidou-se como uma forma de costume implantada pelos portugueses desde época colonial, existiam as chamadas quitandas ou feiras africanas que eram um comércio em locais estabelecidos que funcionavam ao ar livre aonde as vendedoras negras negociavam os produtos cultivados na lavoura, da pesca e de mercadorias feitas em casa. Os frequentadores advindos das mais variadas localidades da cidade se deslocam até a feira na busca de produtos sempre frescos e saudáveis com o preço mais acessíveis, já que não há intermediário no processo de comercialização, fazendo com que o consumidor reconheça a importância de sua realização, valorizando assim os produtos oriundos da agricultura familiar, fortalecendo e incentivando o pequeno produtor familiar a investir na diversificação de suas atividades rurais e contribuindo para a consolidação de políticas públicas voltada ao pequeno agricultor familiar.

A feira do Agricultor Zona leste da cidade de Manaus/Am, é um importante intermediário no quais pequenos agricultores familiares utilizam como uma alternativa de geração de renda com a venda de seus produtos, garantindo um recuso econômico satisfatório para a cidade como para as famílias de produtores, mas também beneficiando e proporcionando a população local que busca cada vez mais uma qualidade de vida por meio de uma alimentação saudável associada ao custo-benefício.

Ao analisar a frequência com que os consumidores adquirem produtos na Feira, verifica-se que essa variável apresenta maior complexidade de interpretação, uma vez que o consumo é influenciado por diversos fatores, como o número de pessoas que residem no domicílio, a renda familiar e outros aspectos determinantes para a definição da periodicidade das compras. Para essa análise, foram entrevistados 10 consumidores de forma aleatória, conforme sua disponibilidade para responder ao questionário, como apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Frequência dos consumidores na Feira do Produtor de Manaus

Fonte: Elaboração Própria (2025).

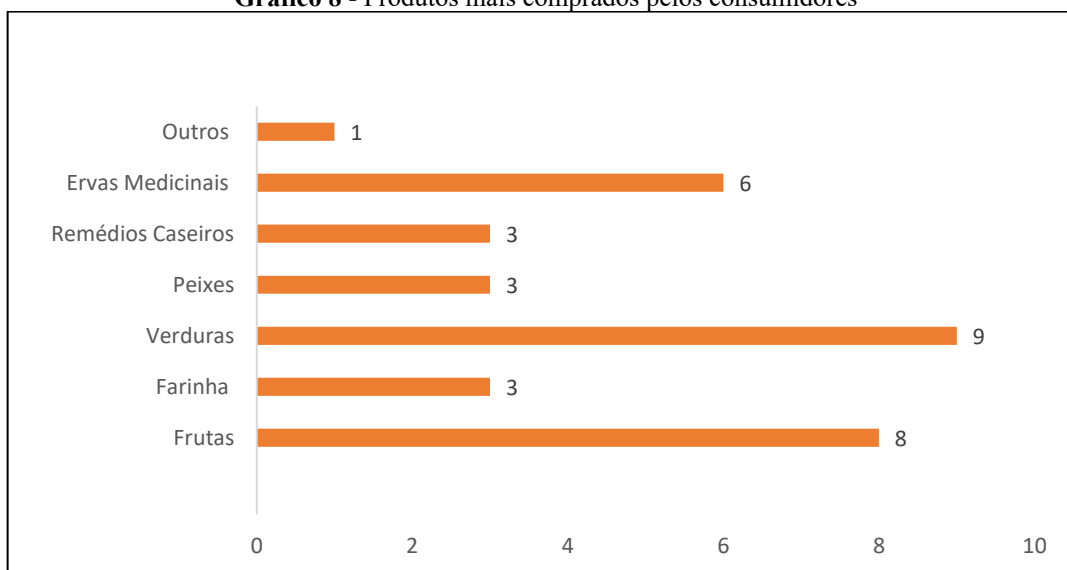
Conforme o gráfico 07, a grande maioria dos consumidores afirmou realizar compras semanalmente na Feira do Produtor. Entre os entrevistados, muitos relataram adquirir algum tipo de produto na feira toda semana. Outros indicaram que compram produtos a cada duas semanas, enquanto uma minoria mencionou realizar compras a cada três semanas.

Esses dados revelam uma correlação entre a frequência de consumo na feira e a preferência dos consumidores por esse tipo de estabelecimento. A regularidade das compras indica que os consumidores valorizam a qualidade e a naturalidade dos produtos disponíveis na feira, fatores que frequentemente a destacam em relação a outros pontos de venda. Essa preferência reforça a importância da feira como um espaço essencial para o abastecimento de alimentos frescos e de boa procedência.

A busca por uma alimentação mais saudável que envolvam alimentos de qualidade com preços mais acessíveis tem levado as pessoas a procurarem por esse tipo de comércio, o que acaba valorizando a agricultura familiar.

Alguns consumidores vão a feira uma vez no mês para comprar dos atravessadores produtos em grande quantidade para revenda, esses produtos são: banana que eles compram de caixa, macaxeira que é vendido de saca, coco e milho que também é vendido de saca. Um consumidor relatou que “Quando negociamos com os atravessadores o preço fica acessível para revenda e dar para tirar um lucro destacou o consumidor”.

O gráfico 8 refere-se os produtos mais comprados pelos consumidores na feira do produtor, onde se analisa as respostas dos consumidores entrevistados.

Gráfico 8 - Produtos mais comprados pelos consumidores

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Segundo o gráfico 8, os consumidores apontaram as verduras como os produtos mais adquiridos na feira, destacando o preço acessível, a boa qualidade e a procedência regional. Por serem cultivadas e colhidas pelos próprios camponeses, as verduras geralmente são isentas de agrotóxicos, oferecendo um alimento mais saudável e seguro. Outro item bastante procurado pelos consumidores são as frutas. Muitos relataram que os preços praticados nos supermercados são elevados, enquanto na feira, ao comprar em grandes quantidades, os custos são significativamente menores, tornando-a uma opção mais econômica.

As ervas medicinais também são bastante consumidas pelos consumidores, muito relatam que utilizam as ervas para fazer remédios caseiro e que na feira sempre encontram o que estão precisando para suas receitas, outros destacaram que comprem mel, andiroba, copaíba, cascas de pau para chá, mastruz, jambu. “Tudo que precisamos para uma receita caseira encontramos aqui”, afirmou uma consumidora.

Nas figuras 31 e 32 barracas com remédios naturais muito procurado para doenças corriqueiras como para tratamento de vermes, insônia, febre até as mais complexas como pressão alta, queda de cabelo entre outras.

Figura 31 - Área de remédio naturais e fitoterápico



Fonte: Autora (2025).

Figura 32 - Barracas de ervas medicinais



Fonte: Autora (2025).

Alguns consumidores ainda compram peixe na feira, mesmo destacando que não concordam com a venda do pescado, pois os peixeiros não pesam o peixe, eles classificam conforme o tamanho como é o caso da espécie tambaqui, já os outros tipos de pescado já têm um valor, mas acessível, todas as bancas vendem o peixe em preços iguais.

Muito consumidores também compram farinha na feira, pois há uma variedade de farinha que é vendido a litro que é uma forma antiga de se medir o produto, outros tipos de

farinha já vem embalada, tem farinha que é regional, a farinha “ovinha” que vem de ramal e comunidade e tem outras que vem de outros estados. Na figura 33, barraca de vários tipos de farinha.

Figura 33 - Barraca da Farinha

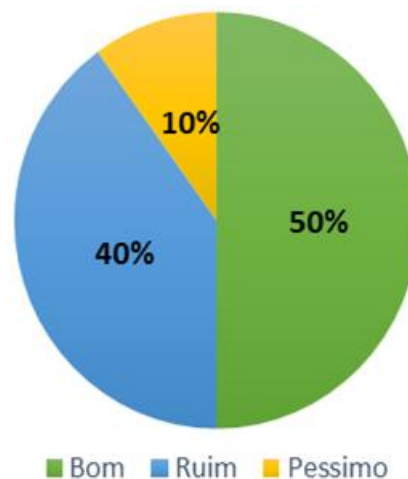


Fonte: Autora (2025).

A infraestrutura de um ambiente comercial, como a Feira do Produtor, desempenha um papel crucial na experiência dos consumidores, influenciando diretamente sua satisfação e frequência de visitas.

O gráfico 9 aborda a percepção dos consumidores sobre a infraestrutura da feira, com base em um questionário aplicado a 10 entrevistados. Essa avaliação busca compreender como a estrutura do espaço impacta o conforto e a funcionalidade para compradores e feirantes.

Gráfico 9 - Infraestrutura da Feira na Visão dos Consumidores



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Os resultados apontam que, embora 50% dos respondentes avaliem a infraestrutura como boa, refletindo uma visão favorável sobre o espaço, outros 40% consideram o ambiente ruim, indicando a necessidade de reformas em setores essenciais, como telhado, piso e áreas adequadas para exposição e armazenamento de produtos. Além disso, 10% dos entrevistados avaliaram o espaço como péssimo, enfatizando a falta de melhorias estruturais básicas. Essa análise destaca a importância de intervenções que garantam um ambiente mais organizado e funcional, promovendo um impacto positivo tanto para consumidores quanto para feirantes.

De acordo com os consumidores entrevistados, diversos aspectos foram apontados como essenciais para tornar o espaço da feira mais agradável e funcional. Entre os pontos destacados estão a organização, acessibilidade, limpeza, melhorias no estacionamento, instalação de lixeiras identificadas, reforço na segurança e uma melhor disposição dos stands. Esses fatores são considerados fundamentais para proporcionar uma experiência positiva tanto para os feirantes quanto para os frequentadores. Uma consumidora reforçou a importância de garantir acessibilidade para todos, declarando:

A feira é um lugar frequentado diariamente pelas pessoas e, por isso, precisa oferecer acessibilidade a todos que utilizam esse ambiente. Os corredores centrais da feira são muito estreitos, na visão dos consumidores, e portadores de necessidades especiais não conseguem trafegar por esses espaços, que não são adequados para cadeirantes. É necessário aumentar o espaçamento entre os boxes, pois, estando muito próximos, surgem dificuldades de acessibilidade.” (Consumidora A, 2024).

A ausência de uma estrutura adequada e a falta de saneamento básico são problemas que demandam intervenções imediatas no ambiente da feira. Esses fatores impactam diretamente a qualidade de vida tanto dos trabalhadores quanto dos consumidores que frequentam o local regularmente e na conservação dos produtos ali comercializados. Segundo um dos entrevistados a "falta de saneamento básico e infraestrutura" é uma das principais carências identificadas (Consumidor D, 2024).

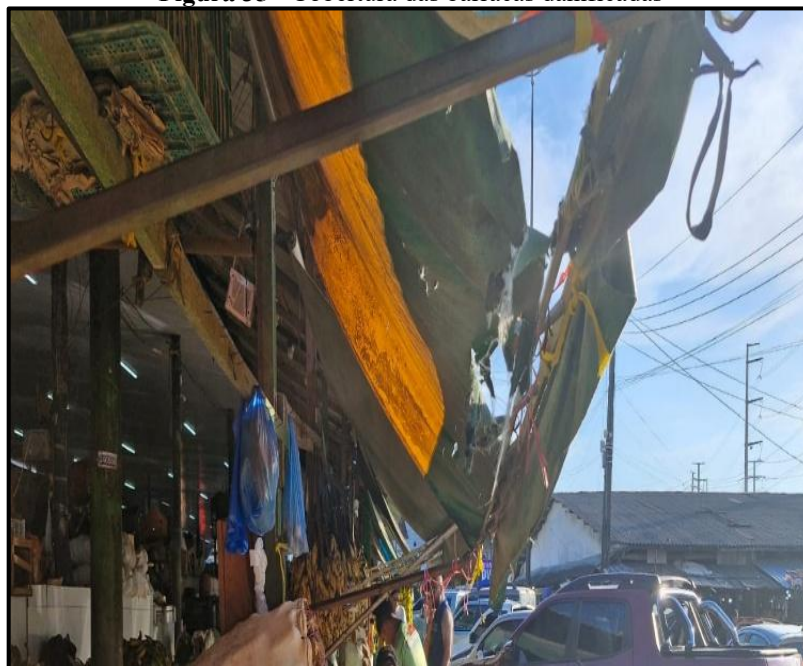
A infraestrutura da feira é precária esgoto a céu aberto existe a coleta de lixo, mais para uma feira é insuficiente e a população não colabora jogando descartáveis no local inadequado como se observa nas figuras 34 e 35, precariedade estrutural da feira.

Figura 34 - Esgoto à céu aberto



Fonte: Autora (2025).

Figura 35 - Cobertura das barracas danificadas



Fonte: Autora (2025).

Além disso, há relatos de desorganização no estacionamento, o que dificulta o acesso dos consumidores. Muitos relataram que enfrentam dificuldades para encontrar vagas e, quando conseguem, precisam lidar com cobranças indevidas realizadas por indivíduos que ocupam e exploram economicamente os espaços públicos. De acordo com um entrevistado, "falta

organização em relação a estacionamento e à limpeza" (Consumidor I, 2024). Esses indivíduos, geralmente desempregados, utilizam essa prática como uma forma de obter renda informal, destacando uma problemática social mais ampla.

Outro ponto levantado pelos participantes da pesquisa refere-se à gestão e à organização da feira. Foi sugerida a criação de uma associação devidamente registrada em cartório, que tenha como objetivo central promover melhorias no local. Um entrevistado ressaltou: "A feira deveria ter uma associação com registro no cartório, com um presidente responsável por todas as benfeitorias, além de mais zeladores de limpeza e agentes de vigilância 24 horas" (Consumidor J, 2024).

Por fim, foram apresentadas propostas de melhorias voltadas para a atratividade e acessibilidade do ambiente. Uma das sugestões foi a realização de uma reforma estrutural, visando tornar o espaço mais acolhedor e agradável para todos os usuários. Outra proposta destacou a importância de adaptações que garantam acessibilidade às Pessoas Com Deficiências (PCDs), promovendo a inclusão de todos os grupos sociais no espaço da feira.

Esses apontamentos evidenciam a necessidade de intervenções estratégicas e integradas, com foco na infraestrutura, na organização e na acessibilidade, a fim de promover um ambiente mais funcional, inclusivo e atrativo para a comunidade e para os feirantes que por sua vez são afetadas diretamente devido a infraestrutura inadequada.

2.8 A LOGÍSTICA E A REMUNERAÇÃO DOS PERMISSONÁRIOS NA FEIRA DO PRODUTOR DA ZONA LESTE.

Observou-se durante a realização dos questionários que a organização logística desempenha um papel essencial na dinâmica das feiras. Em uma análise específica sobre o transporte de produtos até as áreas de comercialização, constatou-se que 50% dos feirantes entrevistados possuem transporte próprio. Isso representa um fator estratégico para a autonomia dos produtores, permitindo maior eficiência no escoamento da produção e redução da dependência de terceiros. Essa capacidade de organização reflete diretamente na sustentabilidade das feiras e no fortalecimento da agricultura familiar, demonstrando a importância de políticas públicas voltadas para infraestrutura e apoio logístico.

A outra porcentagem dos agricultores não possuem transporte e afirmam que pagam frete para trazer sua produção até a feira. E que além dos problemas interno da feira, existem outras barreiras na rotina diária, o de não possuir condução própria para transportar as suas mercadorias. Como relatou um feirante "Tenho que chegar mais cedo para negociar um carro,

por volta das 5 horas. Quando consigo o transporte em dia, eu chego 6 horas”. Muitos dos feirantes já negociam ali mesmo com quem tem carro próprio para facilitar a logística do trabalho.

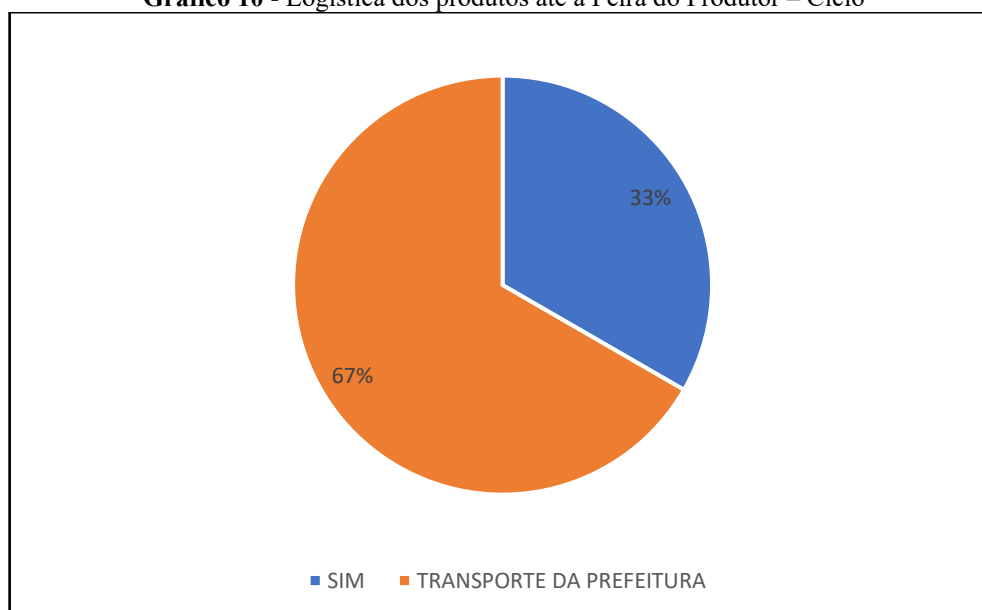
Geralmente esses feirantes são aqueles que trabalham em box fixo e que compram seus produtos de atravessadores, que estão em outras localidades e não dispõem de entrega, quando os produtos vêm de ramal ou comunidade, geralmente já são entregues no seu local de trabalho.

A circulação da produção dos pequenos agricultores é o principal entrave na produção familiar. Neste sentido, quando os feirantes foram indagados sobre o meio de transporte em que deslocam suas mercadorias da comunidade, ramal e municípios até a feira percebeu-se que grande parte dos feirantes é diretamente afetada por este problema.

Alguns agricultores que moram e trabalham em ramal destacaram que houve a necessidade de comprar carro usado para o transporte de seus produtos, pois os ramais ficam distantes de 1h a 2h horas para chegarem até a estrada, isso muitas das vezes afetava seu condicionamento físico, com a aquisição desse meio de transporte houve uma melhoria em escoar sua produção e os mesmos relataram que muitas das vezes dividem com quem vem trazer seus produtos as despesas.

O gráfico 10 contextualiza a logística da chegada dos produtos do ciclo até a feira do produtor zona leste da cidade de Manaus/Am. Os camponeses que participam do ciclo são aqueles que vêm de comunidade e ramal para vender durante uma semana ou quinzenalmente. Os mesmos não possuem box, bancas próprias, os produtores dividem esses espaços com outros produtores que tem a necessidade de irem vender seus produtos.

Gráfico 10 - Logística dos produtos até a Feira do Produtor – Ciclo



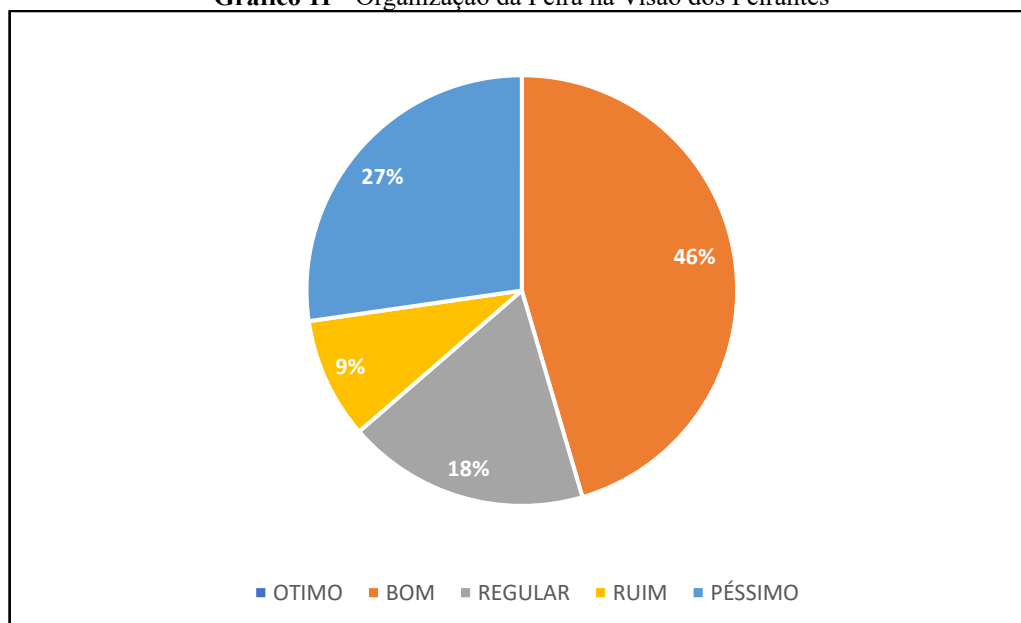
Fonte: Elaboração Própria (2024).

Em geral, os agricultores entrevistados expuseram toda a sua dificuldade semanal relacionada ao transporte. Os camponeses relataram que “em períodos chuvosos os mesmos tem dificuldade em trazer seus produtos para as vendas e que também a venda diminui bastante, pois como utilizam caminhões abertos e cobertos com lonas para cobrir os produtos algumas das vezes os produtos molham e ficam inchados. O carro utilizado para transportar os alimentos é cedido pela prefeitura para o transporte da produção agrícola. No entanto, quando o veículo não é disponibilizado devido à falta de combustível ou problemas técnicos, torna-se difícil para os agricultores trazerem seus produtos para a comercialização, resultando, consequentemente, na perda da renda semanal.

“A prefeitura do Município de Presidente Figueiredo sempre ajuda com os transportes dos agricultores, mas ultimamente por questões políticas está deixando a desejar” relatou um dos feirantes entrevistados. Outro fator que deixa a desejar aos agricultores é a organização da feira, que conforme o gráfico abaixo ilustra a organização da feira sob a perspectiva de seus produtores, que foram questionados e responderam com base em sua convivência no local de trabalho. Segundo um dos feirantes entrevistados, a falta de estrutura na feira é apontada como um dos principais pontos negativos. Esse problema está relacionado também à administração, que, apesar dos recursos pagos semanalmente pelos feirantes, não consegue organizar adequadamente o espaço, especialmente no que diz respeito à limpeza e à manutenção geral.

No gráfico 11, a visão dos feirantes referente a organização espacial e territorial da feira.

Gráfico 11 - Organização da Feira na Visão dos Feirantes



Fonte: Elaboração Própria (2024).

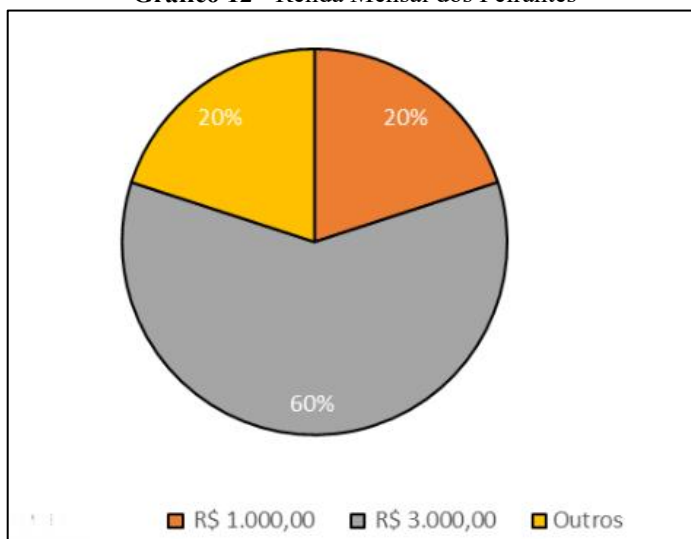
De acordo com o feirante B, que anteriormente trabalhava em outra feira com menor lucratividade, a feira atual oferece melhores condições para garantir uma renda mensal suficiente para atender às necessidades de sua família. Ele destaca que, mesmo com o impacto causado pela construção do viaduto Rei Pelé, consegue manter sua atividade produtiva e obter ganhos satisfatórios. Essa resiliência demonstra como a feira, apesar de seus desafios estruturais, se consolida como uma importante fonte de sustento para os trabalhadores.

O feirante C compartilha uma visão semelhante sobre a relevância da feira como local de trabalho, considerando-a um ótimo ambiente para exercer sua atividade. No entanto, ele enfrenta desafios diferentes relacionados à dependência de produtos oriundos de outros estados, como melancia, batata e cebola, que chegam do Pará e de São Paulo. Essa dependência logística pode impactar tanto a regularidade da oferta quanto a lucratividade, evidenciando a fragilidade das cadeias de abastecimento para alguns feirantes.

A experiência dos feirantes B e C converge em um ponto central: a feira é essencial para a subsistência e o bem-estar de suas famílias, mas há desafios estruturais e logísticos que dificultam a maximização dos resultados. Enquanto o feirante B ressalta o impacto positivo na renda, mesmo diante de limitações físicas como o viaduto, o feirante C traz à tona a importância de uma logística eficiente para atender à demanda dos clientes. Ambos apontam para a necessidade de melhorias na infraestrutura e na administração da feira, que poderiam reduzir as dificuldades enfrentadas e potencializar os benefícios que ela já proporciona.

Outro ponto importante é a remuneração do agricultor familiar, neste caso, se a feira por meio da comercialização supri as necessidades humanas de seus permissionários. Com base no relato dos feirantes quando questionados sobre seus ganhos, a maioria afirmou que a renda obtida é satisfatória e que não há motivos para reclamação. Esse dado destaca o impacto positivo da organização do trabalho coletivo no âmbito da agricultura familiar.

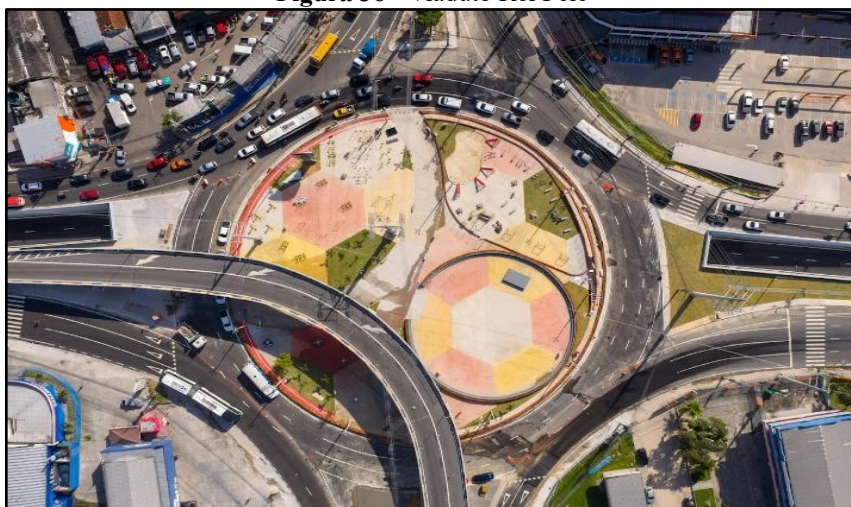
À proximidade dos sítios com os municípios e a divisão de tarefas dentro das famílias, onde parte dos membros trabalha no sítio enquanto outros comercializam os produtos nas feiras, contribui para uma dinâmica produtiva eficiente. Mas, que houve uma queda nas vendas devido a obra do Viaduto Rei Pelé² que estava sendo construído a quase um ano e meio. Sabemos que tudo passa e que logo esse acesso que foi fechado vai ser aberto e nós vamos continuar a vender normalmente. No gráfico 12, a renda base mensal dos permissionários e feirante fixos da Feira do Produtos na zona leste (Manaus).

Gráfico 12 - Renda Mensal dos Feirantes

Fonte: Elaboração própria (2024).

As feiras tradicionais desempenham um papel fundamental na geração de renda para produtores e vendedores, especialmente no contexto das unidades familiares camponesas. Elas se consolidam como a principal fonte de sustento para muitas famílias rurais, contribuindo diretamente para a manutenção da atividade agrícola. Conforme apontado por Godoy (2005), as feiras permitem que os feirantes brasileiros obtenham renda monetária, mesmo diante de desafios como estoques reduzidos, custos elevados de transporte e a ausência de estruturas sofisticadas de marketing, frequentemente acessíveis apenas às grandes redes varejistas.⁴

Nas figuras 36, 37, 38, 39, 40 e 41 às áreas do complexo viário Rei Pelé.

Figura 36 - Viaduto Rei Pelé

Fonte: Fernando Mateus (2025).

²A inauguração oficial do complexo viário Rei Pelé na rotatória do produtor, na zona leste da capital (Amazonas) foi inaugurado no dia 26 de junho de 2025.

Figura 37 - Complexo Esportivo Rei Pelé



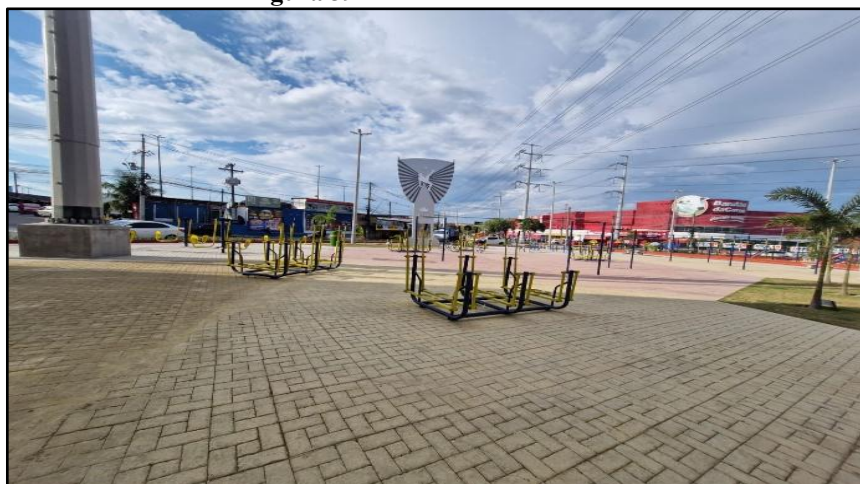
Fonte: Autora (2025).

Figura 38 - Protótipo da taça do mundo



Fonte: Anderson Mateus (2025)

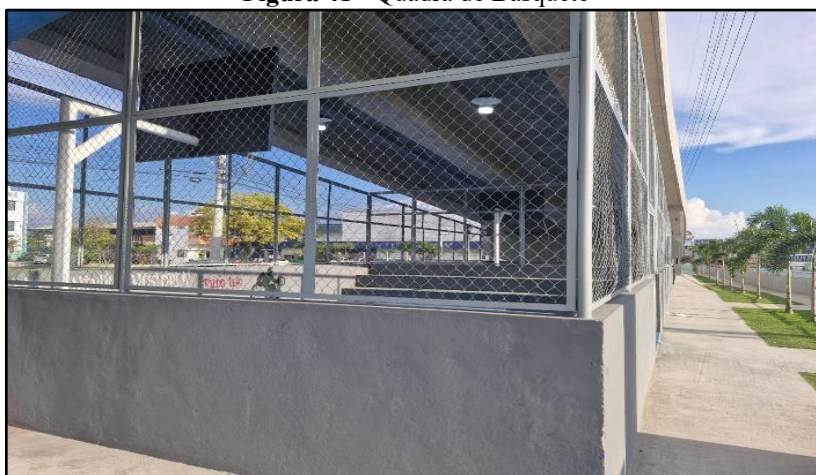
Figura 39 - Área de atividade física



Fonte: Autora (2025).

Figura 40 - Área de entretenimento

Fonte: Autora (2025).

Figura 41 - Quadra de Basquete

Fonte: Autora (2025).

O complexo viário Rei Pelé é o mais novo espaço de entretenimento, localizado próximo à Feira do Produtor na Zona Leste de Manaus Amazonas. Sua estrutura é composta de várias áreas para atividades físicas, alimentar e cultural. Com a inauguração dessa obra o fluxo de veículos é mais rápido e o número de pessoas aumentou de quem utiliza esse espaço para fins de socialização, desporto e lazer, e ainda aproveita para conhecer a feira e sua diversificada comercialização diária, possibilitando um possível aumento nas vendas dos produtos agrícolas entre outros.

Diante do que foi exposto no decorrer do primeiro e segundo capítulo é visível a responsabilidade da feira do produtor para a comercialização, economia e sustentabilidade no que tange a vida dos seus permissionários e feirantes fixos e todo o seu entorno, sendo oportunizado pela obra do complexo viário do viaduto Rei Pelé.

CAPÍTULO III

A FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR: MUDANÇAS E RESISTÊNCIAS

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO RECENTES

A Feira do Produtor, enquanto espaço de troca e negociação de produtos entre as pessoas, possui uma longa trajetória histórica, desde a antiguidade até os dias atuais. Essas trocas, em geral, ocorrem dentro de um determinado período de tempo e em um espaço geográfico específico.

Atualmente, a Feira do Produtor passa por um processo de transformação administrativa. A gestão foi recentemente transferida para dois administradores, responsáveis por organizar e gerenciar as atividades cotidianas junto aos feirantes. Contudo, os administradores relataram dificuldades significativas, principalmente no relacionamento com os permissionários, que, em sua maioria, não são agricultores, e com os agricultores rurais.

Uma das principais questões apontadas é o descumprimento de obrigações previamente discutidas em reuniões. Embora a feira disponha de um espaço amplo, há uma necessidade urgente de fiscalização, organização e limpeza. Para atender a essas demandas, é cobrada uma taxa semanal de R\$ 50,00 por banca ou box. Conforme explicado pelos administradores, essa taxa é destinada a cobrir despesas relacionadas à limpeza e a pequenos reparos na infraestrutura.

De acordo com os administradores, a responsabilidade pela remuneração dos funcionários públicos, bem como pela realização de melhorias ou ampliações no espaço da feira, recai sobre a prefeitura. No momento, a feira encontra-se em obras, com melhorias sendo realizadas em áreas que atendem aos restaurantes e aos banheiros, anteriormente considerados inadequados para uso. Além disso, está em construção uma sala destinada à administração da feira. Segundo o site Manaus. Am. gov. (2024), as obras iniciaram em novembro de 2024 e segue em ritmo avançado, onde será reformada toda a estrutura do telhado, a rede elétrica e os banheiros que possibilitará acessibilidade aos PCDs. Nas figuras 42, 43, 44 e 45, o andamento da obra e o atual frigorífico.

Figura 42 - Reforma



Fonte: Gildo Smith/SEMACC (2024)

Figura 43 - Tratamento urbano da feira

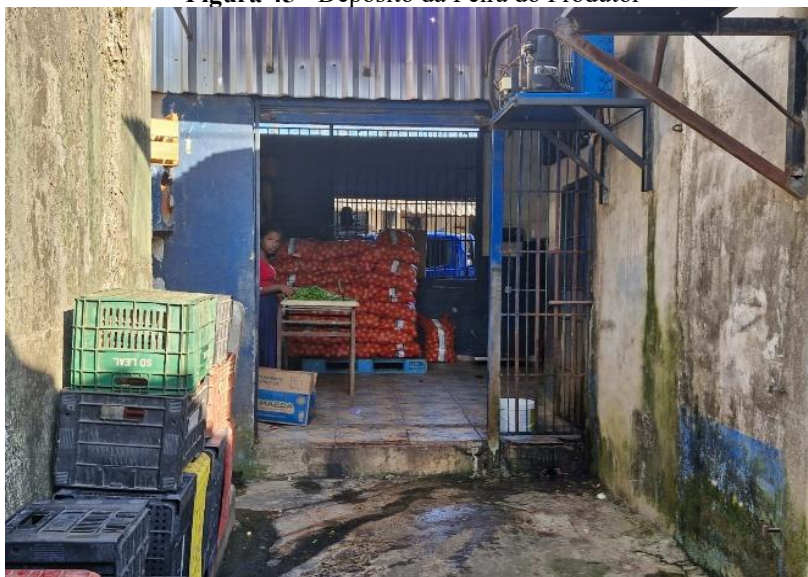


Fonte: Autora (2024).

Figura 44 - Frigorífico da Feira do Produtor



Fonte: Autora (2024).

Figura 45 - Depósito da Feira do Produtor

Fonte: Autora (2024).

Segundo os administradores, essas mudanças têm como objetivo principal aprimorar o ambiente para feirantes e consumidores. Com a melhoria da infraestrutura e da organização, espera-se aumentar a visibilidade do espaço e, conseqüentemente, favorecer as vendas e negociações dos produtos ofertados pelos produtores rurais.

Em uma contextualização histórica, a agricultura familiar tem sido responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos, contribuindo decisivamente com o abastecimento urbano através da diversificação de suas atividades e/ou do beneficiamento dos alimentos e matérias-primas.

Todavia, a “globalização do setor agroalimentar” introduziu profundas modificações na agricultura, sobretudo no âmbito dos países periféricos, que passaram, a partir de então, a dedicar-se fundamentalmente aos monocultivos de exportação, as chamadas ‘commodities’, destinadas aos países centrais. No plano interno, tal opção representou a exclusão de amplas camadas da agricultura familiar (Michellon, 2007).

Diante disso, Flexor (2006) destaca que, “a globalização do sistema agroalimentar é um processo que provoca uma reestruturação da organização agroindustrial criando um novo e desafiador ambiente competitivo para as empresas e os agricultores dos países em desenvolvimento” (Flexor, 2006, p. 65).

Um importante canal de comercialização interna destes produtos da agricultura familiar são as feiras tradicionais e feiras-livres, um dos motivos de se tornarem foco de discussão. Segundo Silva (2024) diz que, feira livre em termos gerais são um espaço público, aberto ou

fechado onde as pessoas compram e vendem produtos de origem da manufatura, da agropecuária, de artesanatos e alimentos diversos.

Estas, por sua vez, se tornam um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e frutarias, em função da maior diversidade, do produto ser mais *in natura*, da dinâmica peculiar de negociação do preço e o atendimento personalizado, possibilitando manter-se uma relação bastante próxima com o produtor feirante.

Essas dinâmicas associativas a aquisições de produtos em boas condições, saudáveis e uma produção sem a utilização de agrotóxicos, associada aos preços acessíveis e ao atendimento humanizado, onde a maioria das pessoas se conhece, gera um sentimento de pertencimento ao ambiente que se frequenta aos finais de semana ou em dias alternados da semana. Possivelmente, estejam aí as chaves que permitem explicar a persistência das feiras tradicionais e feiras-livres em relação às modernas superfícies de varejo.

As feiras possuem uma função transcendental, muito além das questões econômicas. Representam, em última instância, o lugar sagrado, onde se cumpre a ritualização da separação do mundo urbano do mundo rural (Barcellos, 2003). Segundo Aguillar (2004) trata-se de um espaço público que assume diferentes formas de sociabilidade para tornar-se um local de espetáculo da vida urbana.

As feiras tradicionais e as feiras-livres funcionam durante a semana aos domingos e feriados, oferecendo hortigranjeiros, doces, carnes e derivados, artesanato, especiarias, produtos regionais e uma infinidade de outros produtos que revelam a riqueza da cultura regional. Embora não seja a totalidade, mas grande parte dos feirantes são os “feirantes-produtores”, ou seja, aquele que produz parte ou a totalidade da mercadoria comercializada. Geralmente são produtores familiares de frutas, verduras e legumes.

Como já abordado por muitos autores, os avanços nos meios de transporte e de comunicação e a melhoria da qualidade de vida das populações provocaram mudanças fundamentais em relação ao comércio local. A materialização do processo de globalização, instituindo uma economia global, permitiu o acesso a produtos agrícolas antes inacessíveis. A sazonalidade que relacionava produto, local e tempo deixou de ser realidade, estando à venda, hoje, qualquer tipo de frutas e legumes, seja qual a época do ano ou o local onde nos encontramos.

A consequência principal desse processo foi a distância que se estabeleceu entre o mercado e os produtores locais. As limitações de competitividade e afirmação ao nível de preços de mercado levaram muitas famílias produtoras ao abandono da atividade rural e, consequentemente, das terras agrícolas.

Neste cenário surge a necessidade de estimular os produtores, empreendedores e prestadores de serviços para novas formas de oferta, desenvolvendo ações dirigidas à promoção dos produtos locais, conferindo visibilidade ao território e às pessoas que nele trabalham e habitam. Uma das alternativas passa pela criação e utilização de instrumentos e métodos que permitam testar novas formas de comercialização de proximidade, que auxiliem os pequenos produtores a escoar os seus produtos agrícolas diretamente aos consumidores, decorrendo desta transação um benefício para ambos os intervenientes (Bandeira et al., 2009).

Adicionada a esses aspectos, ainda há uma desvalorização da atividade agrícola da produção familiar em relação as atividades desenvolvidas em espaços urbanos como a indústria, o comércio e a prestação de serviços, consideradas essenciais para a geração de trabalho e renda. Muitos pequenos produtores têm uma história familiar vinculada à agricultura e produção, sem conseguir ou desejar se desvincular delas. Diante de um novo cenário no qual os consumidores urbanos passaram a procurar bens e serviços rurais, buscando locais e produtos de qualidade, espaços de lazer e recreio e atividades turísticas, estabeleceu-se a oportunidade para encontrar dinâmicas e oportunidades de negócio que impulsionam a interação entre o rural e o urbano.

A comercialização dos produtos agroalimentares, efetuada por venda direta do produtor ao consumidor, é uma dessas dinâmicas que associa uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores. Tal processo perpassa o conceito de circuito curto agroalimentar.

No contexto da lógica progressista (Giménez; Shattuck, 2011) a comercialização de produtos agroalimentares é distinta, porque tem bens comercializáveis cuja origem é local e identificada por produtor. O produtor/feirante intervém diretamente na produção e, frequentemente, também na transformação e comercialização dos produtos. Ao consumidor são apresentadas informações sobre a origem do produto, o seu modo de produção e as respectivas qualidades específicas. Todos esses aspectos desencadeiam um fluxo de comunicação entre produtores e consumidores, permitindo criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais dos restantes.

Trata-se de formas de comercialização por proximidade, que não são novos. Entretanto, assumiram novas e diversas dimensões que conjugam múltiplas motivações por parte de consumidores e produtores a possibilidade de comprar produtos locais diretamente ao produtor é, para muitos consumidores, a forma mais satisfatória de garantir a qualidade, rastreabilidade e autenticidade aos produtos e uma maneira de apoiar a economia local. As preocupações pelas questões ambientais têm levado, igualmente, a um interesse crescente por métodos alternativos de comercialização dos alimentos .

Os produtores, que não possam ou não pretendam aceder às exigências estabelecidas pelas cadeias de distribuição, optam por comercializar os seus produtos através de circuitos curtos. A aposta não é apenas escoar e remunerar melhor os produtos ou valorizar a qualidade e a singularidade de alguns deles, mas, frequentemente, conseguir obter o reconhecimento social da sua atividade.

Ao olhar para os produtores rurais o que se constata é uma série de benefícios tais como: o escoamento regular dos bens produzidos, o aumento do rendimento dos produtores, o pagamento imediato e justo dos produtos, desencadeando, ainda, a possibilidade de diversificação das atividades da exploração. Na ótica dos consumidores é uma relação benéfica, porque oferece o consumo de produtos diversos, frescos e com qualidade garantida pelo contato direto com os produtores.

3.2 IMPACTO DAS POLÍTICA PÚBLICAS NAS FEIRAS MUNICIPAIS: AVANÇOS E DESAFIOS

O sistema produtivo dominante na agricultura brasileira é baseado no uso de técnicas predatórias e insustentáveis. Os agricultores familiares, ainda que em sua maioria reproduzam esse modelo produtivo convencional, têm apresentado diversas experiências significativas de produção agroecológica, que representam, em si, embriões de um novo modelo produtivo. Contudo, o desenvolvimento de tecnologias ecologicamente corretas, por si só, não resolverá o problema do desenvolvimento sustentável.

Destacamos que os agricultores familiares camponeses precisam constituir sistemas produtivos com estruturas e tecnologias produtivas adequadas, avançando para formas cooperativadas de agroindustrialização e comercialização, e com acompanhamento técnico qualificado. Neste contexto, o estabelecimento de políticas públicas apropriadas é a condição fundamental, estabelecendo-se como ferramenta de suporte e de estímulo para iniciativas diferenciadas, com capacidade de resistir ao propósito do modelo convencional capitalista de desenvolvimento.

Buscam-se sistemas produtivos mais simplificados, organizados de forma mais complexa, estabelecidos com menor dependência, com menor grau de exploração, firmados em diferentes estratégias de reprodução, e que possibilitem a viabilização econômica e social das famílias do campo. Para dispor de sistemas produtivos eficientes, tanto no aspecto produtivo e ambiental, deve-se estar embasado em processos agroecológicos. Para Bartra (2015), a luta

camponesa é a da busca contínua e conjunta por autonomia nos meios de produção, superando a subordinação e combatendo a proletarização.

Bartra (2015) ainda frisou que o único procedimento capaz de colocar o trabalho camponês a serviço de uma taxa de acumulação mais elevada e uma quota superior à cota de lucro é a instrumentalização das funções de intermediação com este setor através do capitalismo de Estado, instituindo políticas públicas de suporte que impeçam a exploração imediata dos capitalistas sobre os camponeses. O próprio Estado mantém uma política sistemática para aumentar a produtividade, mas mantém os meios de produção apenas formalmente sob controle dos camponeses. Ou seja, aumenta-se com isso a taxa de exploração que será apropriada pelos capitalistas em seus multi setores, consumo e comercialização, da forma tradicional, fortalecendo esse ciclo.

Os créditos e mesmo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), acabam por contribuir neste processo, visto que estão focados apenas na natureza produtivista. Assim, os controles político, econômico e administrativo não ficam com os camponeses. Segundo Delgado (2012), esse processo puxado fortemente pela mão do Estado e dos interesses do grande capital, acabou gerando a exclusão dos pequenos produtores não associados ao capital financeiro. Os grandes capitais reivindicam uma renda fundiária equivalente a renda financeira obtida nos capitais investidos em outras atividades.

Para este caso torna se prioritário o investimento na produção para a exportação, visto a necessidade de que o retorno do capital pague a renda fundiária compatível. Sendo assim, compromete-se a produção de alimentos para o consumo interno, podendo comprometer o abastecimento alimentar da população de baixa renda.

De acordo com Gonzáles de Molina (2009), fazem-se necessários elementos que busquem a integração da Agroecologia com aspectos políticos institucionais, que fomentem e orientem a participação das instituições governamentais. Sublinha ainda que a função do Estado, em seus diversos níveis, é desempenhar papel vital para a ampliação de experiências agroecológicas, para aumentar o nível de sustentabilidade, para organizar os que se desafiam na construção da Agroecologia.

Gonzáles de Molina (2009) compreendeu que a criação de condições econômicas, fiscais e de mercado favoráveis ao desenvolvimento sustentável, resultam em fator vital para a sobrevivência e regeneração de experiências em Agroecologia, como é o caso da feira do produtor. Essa é uma das ações que as instituições políticas podem e devem dar suporte. É dever do Estado estabelecer regulação de mercado, a fim de garantir uma renda suficiente aos agricultores conforme a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 do disposto geral, para linha de

crédito em segmentos distintos § 3º lei nº 12.058, de 2009, das cooperativas e associações § 4º da lei nº 12.058, de 2009 (Planalto, 2006).

Nos últimos anos, ocorreu a criação de políticas e programas governamentais voltados ao desenvolvimento rural. Estes por sua vez foram demandados pelos movimentos sociais do campo, pelas organizações populares, pelos próprios agricultores familiares, tendo em vista a necessidade de agregarem melhores condições de vida e de desenvolvimento para as famílias. Pontua-se aqui duas ações governamentais que têm colaborado na dinâmica de desenvolvimento local da experiência das feiras livres e que tem possibilitado a criação de novas iniciativas importantes.

No ano de 2003, o governo federal instituiu a lei N°10.696. Nela consta o Art. 19 que trata da criação do Programa de Aquisição de Alimento (PAA). Dentre seus objetivos destacam-se a geração de renda e a sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, o acesso a alimentação diversificada. O programa valoriza a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos, o resgate e a preservação da biodiversidade.

Já em 2009, o governo federal instituiu a lei 11.947 de criação do Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE), que trata da aquisição de alimentos diretos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Posteriormente, publicou a resolução CD/FNDE N°038, de 16 de julho de 2009, regulamentando os procedimentos para a execução técnica e administrativa. Essa ação foi uma demanda dos movimentos sociais e das organizações não governamentais do campo. A lei 11.947 ajudou a reforçar o apoio ao desenvolvimento sustentável e agroecológico, visto que tem como prioridade a aquisição de produtos agroecológicos e/ou orgânicos da comunidade de agricultores locais, priorizando os assentamentos rurais, as comunidades indígenas e os quilombolas.

Além dos avanços proporcionados por programas e legislações voltadas à agricultura familiar, é fundamental destacar, sob uma perspectiva crítica, que o setor agrícola brasileiro ainda é profundamente marcado por desigualdades estruturais e por uma orientação política que privilegia o agronegócio em detrimento dos pequenos produtores. Embora o Estado atue como indutor de políticas públicas, observa-se, na prática, uma atuação contraditória, na qual coexistem incentivos à agricultura familiar e, simultaneamente, a manutenção de um modelo produtivo concentrador, voltado à exportação de commodities. Nesse sentido, evidencia-se uma certa omissão do poder público no que se refere à garantia de condições efetivas de permanência e fortalecimento dos agricultores familiares nos mercados locais, como as feiras municipais,

que frequentemente carecem de infraestrutura adequada, assistência técnica contínua e políticas de comercialização mais justas.

Ademais, essa omissão também se manifesta na fragilidade das políticas de apoio à comercialização direta, o que impacta diretamente o cotidiano dos agricultores e feirantes. Muitos produtores enfrentam dificuldades logísticas, ausência de incentivos à organização coletiva e dependência de atravessadores, o que reduz sua margem de lucro e limita sua autonomia econômica. A atuação estatal, muitas vezes, restringe-se à formulação de programas, sem a devida efetivação e acompanhamento no território, o que compromete a consolidação de iniciativas sustentáveis e enfraquece as dinâmicas locais de abastecimento alimentar. Dessa forma, as feiras livres, embora reconhecidas como espaços estratégicos, acabam sendo mantidas muito mais pelo esforço dos próprios trabalhadores do que por uma política pública estruturada e contínua.

No que se refere à dimensão social, destaca-se que as feiras municipais são importantes espaços de sociabilidade, tanto entre os produtores rurais quanto entre feirantes e consumidores. As relações estabelecidas nesses ambientes vão além da lógica mercantil, envolvendo trocas de saberes, solidariedade e construção de vínculos comunitários. Entre os agricultores, observa-se a formação de redes de cooperação baseadas na confiança, na ajuda mútua e no compartilhamento de experiências produtivas, o que contribui para a resistência frente às adversidades impostas pelo mercado e pelas limitações institucionais. A sociabilidade também se estende aos feirantes, que estabelecem relações cotidianas com os consumidores, fortalecendo uma economia baseada na proximidade e na reciprocidade.

Logo, é importante ressaltar que essas relações sociais desempenham papel fundamental na manutenção e continuidade das feiras do produtor, configurando-se como um dos principais elementos de sustentação desse espaço. A interação entre produtores, feirantes e consumidores cria um ambiente que favorece não apenas a circulação de mercadorias, mas também a construção de identidades coletivas e o fortalecimento do tecido social local. Nesse contexto, mesmo diante das limitações impostas pela ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes, as feiras persistem como espaços de resistência e de reprodução social, evidenciando a capacidade organizativa dos sujeitos envolvidos e a importância dessas práticas para a dinâmica socioeconômica regional.

3.3 RESISTÊNCIA CULTURAL E ECONÔMICA: MANTENDO A TRADIÇÕES EM MEIO A MUDANÇA

As feiras tradicionais urbanas permanecem no espaço das cidades brasileiras como expressão do segmento econômico, mas também como um campo social complexo, expressão de tradição, cultura, permanência e resistência. Segundo dados do Departamento de Feiras, Mercados, (SEMACC), e Secretaria de Produção Rural (SEPROR, 2024) da cidade de Manaus, conta com aproximadamente 07 feiras tradicionais e 03 mercados, distribuídos pelos bairros da cidade.

De acordo com a SEMASCC, sendo o órgão que organiza, licencia e fiscaliza tanto o comércio informal quanto as feiras em Manaus, estão sendo revitalizadas 23 feiras em Manaus e ainda, segundo Wanderson Costa o titulara da SEMASCC (apud Portal do Marcos Santos, 2025) afirma que. Figura 40, revitalização de feira.

Não pode podemos simplesmente retirar os trabalhadores dos boxes e realocá-los em outro espaço. Eles dependem das vendas diárias para garantir sua renda. Por isso, temos todo um planejamento para que as obras aconteçam sem prejudicar o funcionamento das feiras. Nosso empenho é entregar esses espaços revitalizados ainda no primeiro semestre.

Na figura 46, a revitalização da Feira livre do Nova Cidade:

Figura 46 - Revitalização da Feira livre do Nova Cidade



Fonte: Gildo Smith/SEMASCC

Esse quantitativo expressa a força, a importância e a resistência das feiras no espaço urbano frente aos avanços de novas formas de consumo e de compras ditadas pelo ambiente virtual e também pela concorrência das grandes redes de comércio atacadista, representada pelos chamados atacadões, grandes redes que nos últimos anos vem se espalhando pela Região de Manaus. Para demonstrar a importância e a permanência das feiras aqui, delimitamos a chamada Feira do Produtor, como referência de análise.

Como esta feira permanece e resiste? Responder esta pergunta inicialmente parece fácil, quase um movimento automático, mas na verdade não é, porque ao fazê-lo corre-se o risco de cair no senso comum e responder apressadamente, que é pela diversidade de produtos, pelos preços acessíveis, ou outra resposta supostamente simples. A resposta passa necessariamente pela força de sua trajetória histórica e pela sua singularidade.

A Feira do Produtor zona leste da cidade de Manaus possui 28 anos de existência, possui aproximadamente 250 trabalhadores distribuídos em 06 setores, injeta na economia Manauara uma economia expressiva segundo os dados da pesquisa.

Estima-se que a contribuição conjunta de todas as atividades da Feira do Produtor Zona leste da Cidade de Manaus/Am, injeta na economia Manauara diariamente cerca de 474 mil, segunda as informações administrativas da Feira. Em relação principalmente as suas atividades que melhoram a cada ano.

A feira oferece uma diversidade de produtos regionais, nacionais, importados e industrializados, comercializados nos setores que estruturam a feira, além de possuir uma área de pescado e carne. Marcada pela interface de elementos da cultura e do espaço-tempo urbano, rural encontrado na feira do Produtor. Sua diversidade de produtos, tamanho e abrangência lhe rende o nome de maior feira da Zona leste de Manaus/Am, constitui-se num importante centro de abastecimento da capital, além dos consumidores, exercer um forte impulso atrativo, em busca de produtos importantes para o consumo diário, olhar para um espaço socialmente produzido que convida para vivenciar experiências ricas.

Portanto estar na feira do Produtor pode ser comparado ao movimento de abrir uma janela e olhar por ela, não para um objeto estático, meramente utilitário, um ícone midiático, mas nas trocas, nas interações sociais, no contato com o conhecimento produzido, nos costumes, na sua singularidade e na simbologia única de seus produtos, recursos e agentes, reunidos numa tradição que transformou uma feira ao longo de sua trajetória de 28 anos em um espaço que vai muito além de relações comerciais.

Em relação aos agentes, a principal categoria são os feirantes, e em toda a feira do produtor há uma gama de trabalhadores distribuídos nas atividades e serviços oferecidos, na pesquisa, foram identificados na análise dos documentos pesquisados e nas observações já realizadas, os seguintes trabalhadores: permissionários, não-permissionários ou informais, vendedores ambulantes, carregadores, açougueiros, peixeiros, ajudantes, fiscais, flanelinhas, no espaço da Feira são um total de 205 permissionários cadastrados, distribuídos em 27 atividades comerciais. Estas atividades são organizadas em 06 setores, que visam proporcionar uma ampla variedade de produtos e serviços aos consumidores.

Por parte da Feira do produtor se observa trabalhadores, equipamentos e recursos utilizados, os equipamentos oficiais, como bancas, box, loja de aparelhos eletrônicos e diversificados, restaurantes, peixaria, açougue, galpão de armazenamento.

Na visita se observou que as lonas estendidas no chão são designados para os camponeses do Ciclo semanal ou quinzenal a lona serve para expor seus produtos, além de equipamentos feitos de madeira como mesas, caixotes improvisados, placas que indicam os valores de seus produtos, essa disposição segue a lógica da feirar de vender, do aproximar as mercadorias do consumidor, assim a organização, a disposição e apresentação dos produtos, atende a funcionalidade da feria e dos seus próprios sentidos.

Como tradição a princípio a sua função econômica parece dominar a percepção sobre as feiras, pois como exemplo do segmento econômico, exerce sua função de centro de abastecimento comercial e ao fazê-lo contribui para a manutenção de espaços de comércio tradicionais, possibilitando inclusive a permanência de padrões produtivos caracterizados pela coexistência de práticas sociais, culturais tradicionais e contemporâneas sustentadas por estratégias que se renovam dinamizadas pelos seus trabalhadores, em especial os feirantes.

Todavia, uma imersão no universo das feiras, e logo está visão se amplia, pois as feiras se constituem como lugares de encontros, de trocas, como expressão de patrimônio material e imaterial, cuja experiência produz sociabilidades ao forjar interações entre os trabalhadores consumidores, visitantes e turistas (Castro; Silva, 2013; Silva, 2018; Silva, 2016, Lima, 2008).

Enquanto patrimônio cultural é um campo social fértil para sociabilidades. Figueiredo (2020) fundamentado em Simmel (1983) corrobora na compreensão sobre o que são sociabilidades, conforme trecho a seguir: “a sociabilidade é um conceito há muito utilizado nas ciências sociais e ela é a razão de diversas práticas humanas que têm como objetivo a arte do encontro” e as feiras são essencialmente lugares de encontros, de movimentos para comprar, mas também para visitar, para experienciar a cultura local, expressa no artesanato, na gastronomia, nos sabores típicos, na contemplação do patrimônio arquitetônico, e nesse

momento, inserem-se como atrativo turístico, ampliando a percepção da feira. Figueiredo (2020) ainda reforça afirmando que “a sociabilidade é um dos conceitos-chave do turismo, pois diz respeito ao contato, ao encontro com outros lugares, outras culturas e outras pessoas” (Figueiredo, 2020, p. 13).

A resistência se dá por meio do enfrentamento da lógica urbano Centrada que dita novas formas de consumo e de compras. A feira do produtor como as demais feiras espalhadas pelo Brasil, enfrentam a constituição de um cenário desfavorável à sua permanência que vem sendo desenhado dentre outras causas pelas novas modalidades de consumo e compras e pelos novos espaços de compras, como supermercados, hipermercados, rede de atacadões.

Passados mais de uma década, na atualidade, na predominância das compras pela internet é difícil negar o espaço ocupado por essas redes de compras, igual fenômeno se observa com o avanço das grandes redes atacadistas na Região Metropolitana de Manaus/Am, que passam a disputar público também com as feiras e os mercados dos bairros, ainda assim, decorridos dos vinte oito anos da feira do Produtor resiste, permanecer no imaginário como um canal da Zona leste da cidade de Manaus, continua a cumprir seu papel de importante centro de abastecimento, de produtos de mercadorias como na sua origem.

Mas, se atualiza, enfrentando a concorrência desses novos espaços e redes de consumo, se apropria das novas estratégias do mercado, mas mantém seu diferencial através das trocas simbólicas, dos elementos da tradição e da cultura, e assim, seus enfrentamentos são definidores de sua força e centralidade, expressas também através de seus agentes que estão em processo de mobilização e organização criando e ocupando espaços de representação.

Mesmo com a obra de Construção do Viaduto Rei Pelé, que começou a ser construído desde Julho de 2023, até o presente momento, os feirantes destacaram que houve um impacto muito grande na feira devido o acesso que se tornou difícil para os consumidores muitas das passagens que davam acesso a feira foram desviados, mas mesmo assim eles continuam firme e persistem em colocar a mesma quantidade de produtos que é vendido todos os dias.

Tenho muita fé que tudo isso vai passar e que logo vamos estar com essa rotatórias prontas e voltar novamente a vender em grande escala (Feirante B, 2024).

Para complementar esta análise, a Figura a seguir ilustra os impactos visuais causados pela obra. A imagem destaca os bloqueios de acesso, a complexidade logística enfrentada pelos feirantes e as dificuldades que afastam os consumidores. Essa representação busca evidenciar, de forma clara, como as mudanças estruturais temporárias comprometem a dinâmica comercial

e geram desafios econômicos e sociais para a região. Na figura 46, as obras do viaduto Rei Pelé que dificulta o fluxo de pedestre e veículos aos arredores da Feira do Produtos.

Figura 47 - Transtornos causados pela construção do Viaduto Rei Pelé na Feira da Zona Leste



Fonte: Autora (2024).

Para alguns feirantes a construção do viaduto trouxe algumas melhorias para a feira como a pavimentação que fazia anos que não era feita, a construção das caixas de gorduras que estavam todos impróprios para uso foram refeitas, sinalização no estacionamento, organização das vagas e demolição dos banheiros e partes dos restaurantes que estavam em situação precárias, todos estão sendo refeitos pela prefeitura.

Nesse contexto, esta pesquisa objetiva refletir sobre a feira tradicional urbana, tomando como referência de pesquisa empírica a Feira do Produtor Zona Leste de Manaus/Am. apresentando sua origem e sua importância como um símbolo de permanência e resistência, que valoriza a participação e a história de vida de seus trabalhadores. Esta dissertação apresenta dados secundários já tratados obtidos junto aos órgãos oficiais da Prefeitura Municipal de Manaus, especificamente a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Comércio Informal (SEMACC) e a Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), além de levantamento documental e bibliográfico realizado no período de julho de 2023 a julho de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito compreender a dinâmica espacial da Feira Municipal do Produtor, situada na Zona Leste de Manaus/AM, a partir de sua funcionalidade e de seus processos de comercialização. O percurso investigativo evidenciou que a feira é mais do que um espaço destinado ao abastecimento urbano: trata-se de um território de sociabilidade, de resistência e de mediação entre o campo e a cidade. Ao longo da pesquisa, constatou-se que a Feira do Produtor constitui um ponto nodal de articulação de fluxos, em que convergem produtores familiares, atravessadores, gestores e consumidores urbanos, reafirmando sua relevância para a economia local e para a reprodução social de comunidades rurais.

No que se refere ao primeiro objetivo específico — identificar a dinâmica espacial da Feira do Produtor da Zona Leste de Manaus/Am, destacando sua importância para o campesinato e agricultura familiar, sob a ótica dos paradigmas da questão agrária —, os resultados apontaram que a localização da feira em uma área densamente povoada da Zona Leste, próxima a eixos viários estruturantes, confere-lhe acessibilidade privilegiada. Logo, sua inserção espacial não apenas facilita o escoamento da produção agrícola e a chegada de consumidores, mas também reforça o papel da feira como centralidade urbana secundária, integrando bairros populares distantes do centro histórico da cidade. Assim, o espaço da feira se configura como um elo entre o tecido urbano expandido e os circuitos produtivos que abastecem Manaus, revelando a importância da dimensão espacial para a compreensão de sua funcionalidade.

A organização interna da feira também se mostrou fundamental para entender sua dinâmica. A disposição das barracas, a categorização dos produtos e a presença de áreas específicas para gêneros alimentícios diversos configuram uma lógica espacial própria, voltada para otimizar a circulação de pessoas e mercadorias. Essa lógica, ao mesmo tempo espontânea e regulada, evidencia a construção de uma ordem particular, que dá sentido ao que Milton Santos (2008) chama de espaço banal, ou seja, o espaço vivido e apropriado cotidianamente por múltiplos atores. Assim, a feira é tanto expressão de um ordenamento urbano planejado quanto de práticas sociais informais que se sobrepõem e conferem vitalidade ao lugar.

Quanto ao segundo objetivo específico — descrever a funcionalidade e a comercialização dos produtos, sua origem e a relação o modo capitalista de produção —, verificou-se que a feira é sustentada majoritariamente pela agricultura familiar, responsável pelo fornecimento de alimentos frescos como frutas, verduras, hortaliças e produtos tradicionais. No qual, os alimentos circulam em circuitos curtos de comercialização, muitas

vezes oriundos de áreas periurbanas ou de municípios vizinhos, reafirmando a centralidade da agricultura familiar para o abastecimento urbano. No entanto, observou-se também a presença de atravessadores e de comerciantes que compram em atacados ou centrais de abastecimento, revelando a coexistência de diferentes lógicas econômicas dentro do mesmo espaço.

Deste modo, a pluralidade de agentes econômicos aponta para uma contradição: de um lado, a feira cumpre a função de canalizar diretamente a produção familiar até o consumidor final; de outro, a presença de atravessadores reflete a mercantilização e a inserção desse espaço na lógica competitiva do mercado. A comercialização na feira, portanto, não se restringe à venda direta do produtor, mas abrange uma complexa rede de intermediações que evidencia a tensão entre autonomia e subordinação da agricultura familiar frente ao sistema agroalimentar mais amplo. Ainda assim, a feira continua sendo reconhecida como espaço estratégico para a valorização da produção familiar, uma vez que garante renda e visibilidade a segmentos sociais frequentemente marginalizados pelas dinâmicas do agronegócio.

No que se refere ao terceiro objetivo específico — analisar a dinâmica comercial dos produtos alimentícios revendidos na Feira do Produtor até o consumidor final, considerando as etapas dos circuitos produtivos de produção, circulação e consumo. —, ficou claro que a feira desempenha seu papel na mediação entre diferentes etapas do circuito produtivo. Os alimentos circulam em um processo que articula produção, distribuição e consumo, permitindo ao pesquisador observar os fluxos da economia urbana regional. Assim, podemos (re)afirmar sobre o espaço como produto social, visto que a feira é continuamente moldada pelas práticas econômicas, culturais e políticas dos atores que dela participam.

Continuamente, outro adendo que emergiu dos resultados diz respeito à dimensão social e cultural da feira. Mais do que um espaço de compra e venda, ela se constitui em lugar de encontro, de trocas simbólicas e de reafirmação identitária. Os feirantes não apenas comercializam produtos, mas compartilham saberes, histórias e práticas que remontam ao campesinato amazônico, reforçando vínculos comunitários e tradições culturais. Assim, a feira se apresenta como um espaço híbrido, simultaneamente mercantil e cultural, onde o econômico não se dissocia do social, e onde a prática cotidiana resiste às pressões homogeneizadoras do mercado global.

É importante destacar também que a pesquisa revelou desafios estruturais que comprometem a plena funcionalidade da feira, como deficiências de infraestrutura, problemas sanitários e ausência de políticas públicas específicas de apoio. Questões essas que, limitam o potencial de valorização da agricultura familiar e fragilizam a sustentabilidade econômica dos feirantes. Nesse sentido, a análise geográfica da feira evidencia a necessidade de um

planejamento urbano mais inclusivo, capaz de reconhecer e fortalecer esses espaços tradicionais como parte integrante do sistema de abastecimento e da dinâmica socioeconômica da cidade.

Diante dessas considerações, conclui-se que a Feira Municipal do Produtor é um espaço urbano de grande relevância, pois materializa, em escala local, as contradições e potencialidades do desenvolvimento regional. Ela articula dimensões econômicas, sociais e culturais, funcionando como um microcosmo da cidade de Manaus, onde se encontram o campo e o urbano, o formal e o informal, a tradição e a modernidade. Nesse sentido, a feira deve ser entendida como um território de resistência e de possibilidade, que não apenas abastece a população, mas também expressa lutas, identidades e projetos de futuro.

Destarte, este estudo reafirma a importância de considerar as feiras como objeto legítimo de análise geográfica. Elas são laboratórios privilegiados para compreender as dinâmicas espaciais contemporâneas, ao evidenciarem como o espaço urbano é constantemente produzido, apropriado e ressignificado pelos agentes sociais. A Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus, ao articular funcionalidade, comercialização e sociabilidade, mostra-se um espaço vital não apenas para a economia local, mas para a construção de uma cidade mais justa, plural e integrada.

Nesse sentido, é oportuno registrar uma expressão recorrente entre agricultores e frequentadores das feiras tradicionais: *“Feira é cultura, é um lugar de convívio diário que poderia ter um olhar melhor!”*. Tal afirmação sintetiza a percepção coletiva acerca da feira enquanto espaço de sociabilidade e identidade cultural, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de maior reconhecimento e valorização desse ambiente, seja por parte do poder público, seja pela sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 27–55, 2000.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: a sustentabilidade como vetor da estratégia de desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 29, p. 43–60, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **A reforma agrária brasileira hoje**. Tradução . Folha de São Paulo, São Paulo, 1992. , p. B-2. Acesso em: 22 jul. 2025.
- AGUILAR, A. Feira livre: **O consumo cultural na prática**. Diário Popular, Pelotas, 28 mar. 2004, p.7.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: proposições para uma política de ordenamento territorial. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 185–204, 2006.
- ALMEIDA, J.; SOUZA, F. A feira como espaço de interação social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, v. 15, n. 2, p. 34-47, 2020.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.
- ANDRADE, L. A segmentação de produtos em mercados públicos. **Revista de Gestão de Mercados**, v. 10, n. 3, p. 56-70, 2022.
- BARCELLOS, D. **As feiras livres: Cotidiano de uma feira popular num bairro de classe média**. Disponível em: Acesso em 20 jun. 2008.
- BARTRA, A. **Economia política do Campesinato**. São Paulo. Mimeo. 2015.
- BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias estratégicas**, v. 12, n. 1, pág. 135-59, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 2 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 2 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>

BROMLEY, R.J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento; uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, jul. /set. 1980.

BROMLEY, R.J.; SYMANSKI, R.; GOOD, C.M. Análise racional dos mercados periódicos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 42(1), p. 183-94, jan./mar., 1980.

CALLAI, H.C. Aprendendo a ler o mundo: A Geografia dos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n.66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso 15 de abril de 2021.

CALVALCANTI, Lana de Souza. Ensino de Geografia e Diversidade: Construção de conhecimentos Geográficos Escolares e atribuição de Significados Pelos Diversos Sujeitos do Processo de Ensino. In: CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 66-78.

CARLOS, Ana Fanni A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARNEIRO, M. J. Família e trabalho no rural brasileiro: permanências e mudanças. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 13, p. 9-25, 1998.

CARNEIRO, M. J.; SOUZA, M. L. T. de. Campesinato e resistência: o rural como lugar de múltiplas existências. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 743–769, 2019.

CARNEIRO, M.; SILVA, L; PEREIRA, F. Agricultura familiar e segurança alimentar no Brasil: uma análise contemporânea. **Revista de Estudos Rurais**, v.7, n. 2, p. 34-48, 2021.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo, 2014.

CASTRO, Edna, SILVA, Iraneide Souza. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém-Pará. **Novos Cardenos NAEA**. v. 16 n.1. p 109-126. ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536. Belém, 2013.

CHAYANOV. Alexandre. **Chayanov e o Campesinato**. Editora Expressão Popular. p. 304. 2014.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos avançados**, v. 19, p. 33-48, 2005.

CONCEIÇÃO, S. **Amazônia em ontogenia: o Caso da Região Metropolitana de Manaus**. 2016.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios, n. 174).

CRUZ, Maria Sirlene da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; PERONDI, Miguel Ângelo; ARAUJO, Alexandro Moura; MALTEZ, Marcos Antonio Pereira da Fonseca. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista**

de Economia e Sociologia Rural, v. 60, spe, e245926, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926>

CUNHA, M. C. da (Org.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, José Francisco Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DOURADO, J. A. L. Feiras livres e reprodução camponesa: Interfaces da relação campo cidade. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012**, UberlândiaMG. Anais [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica, 2012. p. 1-11.

FARIA, L. Capitalismo, espaço e tempo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, nº1., p.261-283, 1999.

FERREIRA, I. C. Territórios em disputa na Amazônia: populações tradicionais, poder e desenvolvimento. **Revista NERA**, v. 1, n. 5, p. 11–27, 2004.

FERREIRA, I. da C. A disputa por territórios e a emergência de novas territorialidades: o agronegócio. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 31–50, 2004.

FERREIRA, M. Produtos naturais e suas funções sociais em mercados urbanos. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 13-25, 2019.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. **Paper do NAEA**, v. 1, n. 3, Edição/Série 473 (Dossiê Crise e Pandemia), 2020.

FLEXOR, Georges. A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. **Revista Economia Ensaio**, v. 21, n. 1, 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Agricultura familiar na América Latina: conceitualização, importância e desafios**. Santiago: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3788o/i3788o.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FREIRE, J. A **Agroecologia e o Camponato: Práticas Sustentáveis na Agricultura Familiar**. São Paulo: Editora Rural, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização**. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

GODOY, W. I.; DOS ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 364, fev. 2007.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. “Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política”. En Sérgio Sauer y Moisés V. Balestro (Orgs.), *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica* (pp. 17-70). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUMBERT, M.; CASTEL, O. **Une optique internationale: circuits courts, mondialisation et relocalisation de l'économie**. Dijon: Educagri éditions, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. 2017. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso: 20/08/2024

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. IBGE, 54 (1), p. 95-120, jan. /mar., 1992.

JUSTEN, R. **Trabalhos de campo na disciplina Geografia: um olhar sobre a educação básica em Ponta Grossa (PR)**. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia**. Siglo XXI, 1980.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Anthropos, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

LIMA, R. Dinâmicas socioeconômicas em mercados tradicionais. **Estudos Regionais**, v. 17, n. 1, p. 98-112, 2023.

SANTOS, E. T.; MACHADO, L. C.; CLEPS, G. D. G. Feiras livres em Uberlândia (MG): uma abordagem histórica, espacial e cultural. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2843>. Acesso em: 3 set. 2025.

MANAUS. AM. GOV. **Prefeitura de Manaus revitaliza feira do Produtor beneficiando feirantes e consumidores**. 2024. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/abastecimento/feira-do-produtor-revitalizacao/> Acesso em 15/03/2025.

MARK, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTIN, George Roger. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. 1994.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam CS. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008.

MENDES, C. Comércio de perecíveis em feiras livres: Desafios e práticas. *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 4, p. 85-99, 2018.

PIRES, Lucineide Mendes. Ensino de geografia: cotidiano, práticas e saberes. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, p. 1 - 12 - UNICAMP – Campinas, 2012.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOREIRA, Ruy. Sociabilidade e Espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências. **Agrária**, São Paulo, n.2, p. 93-108, 2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil eo paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, p. e240128, 2021.

NASCIMENTO, Martha Benfica do. **Produção agrícola familiar em área urbana: Comunidade Nova Esperança - Bairro Jorge Teixeira - Manaus-AM**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

NORA, Fabiane Dalla; ZANINI, Maria Catarina. A feira como um espaço de sociabilidade. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 135-156, 2015.

OLIVEIRA, A. O papel dos mercados públicos no abastecimento urbano. **Revista Brasileira de Economia Agrícola**, v. 13, n. 1, p. 44-59, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura familiar: é possível defini-la?. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 24, n. 1, p. 1–20, 2007.

OLIVEIRA, J; COSTA, M. **Feiras e agricultura familiar: Dinâmicas de produção e consumo sustentável**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.

OLIVEIRA, L. A. de. **Campesinato e desenvolvimento rural na Amazônia brasileira**. *Revista NERA*, v. 11, n. 13, p. 56–72, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**-São Paulo: Editora UNESP, 2006

PEREIRA, T. **Tecnologia e inovação em mercados tradicionais**. *Revista de Inovação e Negócios*, v. 8, n. 2, p. 12-29, 2023.

PIERRI, M. C. Q.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-20.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, Ana Lúcia E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48., 2010, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: SOBER, 2010.

PIRENNE, Henri. **O movimento comercial até fins do século XIII**. 1968.

PLANALTO. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em: 17/07/2025.

PORTAL MARCOS SANTOS. **SEMACC acelera revitalização de feiras e mercados municipais em Manaus. 2025**. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2025/03/13/semacc-acelera-revitalizacao-de-feiras-e-mercados-municipais-em-manaus/> Acesso em: 17/08/2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. 2002.

RIBEIRO, E. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras. 2007

RIBEIRO, E. M., CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H., et al. Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas* - v. 2 – n. 2 - junho de 2005

RIBEIRO, E; et al. Feiras do Vale: O destino de excedentes produtivos em feiras livres do Jequitinhonha de Minas Gerais. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, Vol. 7 n. 2, p.221-244, jul-dez. 2017

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Coord.). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da urbanização do território ao urbanismo da requalificação dos espaços centrais: a reprodução do espaço urbano como fronteira interna da expansão capitalista”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 28-49, 2008.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 33-52, 2014.

SANTOS, M. **O território e a gestão territorial no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://...>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SANTOS. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico- informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAUER, S. Conflitos por terra no Brasil: a trajetória da luta pela reforma agrária. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, p. 7–32, 2006.

SAUER, S. O agronegócio e as contradições da modernização no campo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 2, p. 1–10, 2006.

SCHMITT, C. J.; SCHNEIDER, S. Dinâmicas territoriais e diversificação econômica na agricultura familiar da Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 3, p. 549–573, 2010.

SCHNEIDER, S. et al. Aspectos da pluriatividade no meio rural brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Comunidades rurais e territorialidade: experiências de desenvolvimento local no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 47–68, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

SERAFIM JR., Valdir; GRANDI, Adriana Maria de; BESEN, Fabíola Graciele; ARAÚJO, Tércio Vieira de. Agricultura familiar: determinantes de renda de unidades familiares em municípios da Costa Oeste Paranaense. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 101-118, jan./mar. 2019.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 84, p. 7–24, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725>. Acesso em: 2 set. 2025.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. (Définition du paysan: conceptualisation et déconceptualisation. L'ancien et le nouveau dans une discussion marxiste). **Estudos CEBRAP São Paulo**, n. 26, p. 41-80, 1980.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, Deilma Barbosa Santos. **O Léxico da Feira Livre: Um Estudo Baseado em um Corpus de Fala Espontânea**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia (Brazil)

SILVA, F. Disposição espacial e dinâmicas sociais em feiras livres. **Sociologia e Espaço Urbano**, v. 9, n. 3, p. 115-130, 2020.

SILVA, J. Feiras livres e a promoção da agricultura familiar sustentável. **Revista Brasileira de Agricultura Sustentável**, v. 5, n. 1, p. 15-27, 2020.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. **A feira livre em Pedras de Fogo-PB**. João Pessoa: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SILVA, R. O papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar brasileiro. **Revista de Economia Agrícola**, v. 28, n. 2, 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos avançados**, v. 5, p. 57-79, 1991.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de agricultura familiar**: uma revisão bibliográfica. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. Infobibos – Informações Tecnológicas. 2008. Disponível em: http://www.infobibos.com/artigos/2008_4/agricfamiliar/index.htm. Acesso em: 2 set. 2025.

TONNEAU, Jean-Philippe; DE AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de ciência & tecnologia**, p. 67-82, 2005.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC. . Acesso em: 22 jul. 2025. , 2001.

VESENTINI, José William. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: _____. **O ensino de geografia no século XXI**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. Cap. 7.

WANDERLEY, M. N. D. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. p. 1-20.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, fev. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, John. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. 2008.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. **Produção de alimentos tradicionais: extensão rural**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**Pesquisa: A Feira Municipal do Produtor: Dinâmica Espacial,
Funcionalidade e Comercialização – Zona Leste da Cidade de Manaus- AM.**

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES QUE PARTICIPAM DO CICLO SEMANAL

1. Quais são os produtos que vocês cultivam ou produzem para comercialização?

2. Em qual município ou ramal está localizada a produção de seus produtos?

3. Você dispõe de transporte próprio para a logística de seus produtos?

() SIM () NÃO

Se não houver, como funciona a logística de transporte de seus produtos?

4. Há quanto tempo você atua na agricultura familiar e há quanto tempo participa da feira do produtor?

5. Com que frequência você participa da feira do produtor?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



6. Você recebe algum tipo de benefício da SEMACC (Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Cooperativas) ou do DAMEF (Departamento de Apoio ao Mercado de Feiras) para auxiliar na sua produção ou no transporte de seus produtos?

() SIM () NÃO

Se não houver, Qual? _____

7. Qual é o local de armazenamento utilizado para os produtos que não são vendidos ao longo da semana?

8. Existe uma definição ou diretriz estabelecida para a tabela de preços dos produtos comercializados?

9. Vocês pagam alguma taxa para utilizar o espaço na feira? Se sim, Poderiam descrever como funciona esse processo e fornecer uma estimativa aproximada do valor pagamento?

() SIM () NÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITÓRIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



10. Você exerce alguma outra atividade além de atuar como feirante? Se sim, qual é essa atividade?

() SIM () NÃO

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ADMINISTRADORES DA FEIRA
DO PRODUTOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS
ADMINISTRADORES

1. Quanto tempo vocês estão atuando na administração da Feira?

() 1 ano

() Mais de 1 ano

() 2 à 5 anos

() Outros: _____

2. A Feira possui algum tipo de documentação? Se sim, qual?

3. Quais são suas maiores dificuldades ao administrar a Feira?

4. Como acontece a Fiscalização dos feirantes em relação aos seus produtos?

5. O órgão Público é presente nas atividades realizadas pelos feirantes?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



APÊNDICE C– ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES

1. Com que frequência você costuma frequentar a Feira?

2. Quais são os produtos que você mais compra aqui na Feira do produtor?

Frutas () Mandioca () Farinha () Verduras () Peixes ()

Carne() Remédios Caseiros () Ervas Medicinais () Outros

3. Como é o espaço da Feira?

Bom () Ruim () Péssimo()

4. Quais dos produtos que compra são mais importantes, que compra sempre? (ordem de prioridade).

1º _____

2º _____

3º _____

5. Existe algum produto que prefere comprar na feira ao invés de comprar no comércio? Se sim, qual?

() Sim, qual _____

() Não

6. Na sua opinião os preços da feira são maiores ou menores que é comércio?

() Maiores

() Menores

7. Na sua opinião, quais os problemas que existem nesta feira?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



8. Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar mais a feira?

9. Dê nota de acordo com a importância que tem para o senhor(a) as características do produto na hora de comprar:

- | | |
|-------------------------|---|
| 0 – Nenhuma Importância | () Aparência do produto. |
| 1 – Pouca Importância. | () Vendedor do produto. |
| 2 – Muita Importância. | () A fama da produção da comunidade ou do produtor (produtos famosos pela qualidade. |
| | () Preço do produto. |

10. Quais desses produtos costuma comprar em toda feira (ler toda relação, marcar os comprados:

- a) frutas, legumes e verduras
- b) carnes
- c) produtos da lavoura (feijões, milho, mandioca)
- d) artesanato
- e) produtos do extrativismo (plantas medicinais, açaí, Castanha...)
- f) agroindústria rural (farinhas, rapaduras, doces, fumo, cachaça, queijos, mel...)
- g) alimentos prontos (café, refeições, bolo em fatias...)
- h) mudas.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ATRAVESSADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS
ATRAVESSADORES

1. Há quanto tempo você trabalha como atravessador na Feira?

2. Quais municípios são suas principais fontes de produtos para revenda na feira? Selecione todos as opções que se aplicam:

() Iranduba () Manacapuru () Boa Vista () Itacoatiara

() Outros : _____

3. Quais os tipos de Produtos você mais costuma comercializar na feira dos produtos (frutas, legumes, verduras, etc.)? Há algum item que é mais procurado pelos os cliente?

4. Você trabalha apenas como atravessador na Feira do Produtor?

5. Como funciona o processo de negociação entre você e os produtores?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITÓRIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



6. De que forma as condições climáticas ou econômicas afetam seu negócio?

7. Qual é a sua relação com os produtores locais? Você tem parcerias fixas ou negocia com vários produtores diferentes?

8. Quais são os custos logísticos envolvidos?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES

1. Há quantos anos o(a) senhor(a) trabalha na Feira?
☐ 2 anos ☐ 5 anos ☐ 10 anos ☐ Outros: _____
2. Como você avalia a Feira em relação ao local de trabalho?
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
3. Como você avalia a Feira em relação ao espaço para colocar seus produtos? (Tamanho, organização e etc..)
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
4. Como você avalia a feira em relação a organização geral?
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
5. Como você avalia a Feira em relação á estrutura e recursos disponíveis? (Iluminação, limpeza, energia e etc..)
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
6. Como você avalia a Feira em relação a venda e negociações?
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
7. Qual a sua percepção quanto à setorização da feira (divisão em setores)?
☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
8. Qual valor médio aproximado da sua renda na feira?
☐ Até R\$ 500,00 ☐ Acima de R\$ 1.000,00 ☐ de R\$ 2.000,00 a 3.000,00 ☐ Outro: _____
9. Você possui transporte para transportar seus produtos?
☐ Sim ☐ Não Outros : _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



10. De onde vem seus produtos para venda?

() Ramal () Comunidade () Município

APÊNDICE F – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS



**Poder Executivo Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**



Wandercléia Inhumada Silva
Rua Dalcídio Jurandir, 326, Novo Aleixo
(92) 99357-6732
waninhuma@gmail.com

Manaus, 02 de setembro de
2024

À Prefeitura de Manaus
Av. Brasil, 2971 - Compensa, Manaus - AM, 69036-110

Assunto: Solicitação de Documentos para Pesquisa de Mestrado

Prezados(as),

Venho, por meio deste, solicitar acesso à documentação referente à Feira Municipal do Produtor da Zona Leste de Manaus, a qual se faz necessária para a condução da pesquisa de mestrado intitulada "A Feira Municipal do Produtor: Dinâmica Espacial, Funcionalidade e Comercialização - Zona Leste da Cidade de Manaus/AM", a ser realizada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Para que esta pesquisa possa ser desenvolvida com a profundidade e precisão necessárias, solicito gentilmente o envio dos seguintes documentos:

1. Documentação pertinente à criação e funcionamento da feira.
2. Anexos relacionados ao processo histórico da feira, incluindo registros de licenciamento, autorizações e procedimentos administrativos.
3. Relatórios de atividades e gestão da feira.
4. Histórico completo da feira, incluindo qualquer registro de reformas ou melhorias realizadas ao longo dos anos
5. Mapas, croquis e outros documentos técnicos relacionados à infraestrutura e localização da feira.



**Poder Executivo Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**



Estes documentos são de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, que visa contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais e econômicas que envolvem a feira e a sua importância para a comunidade local.

Destaco que tenho urgência na obtenção desta documentação e, se possível, solicito que entrem em contato comigo no **prazo de até uma semana** para que possamos alinhar o envio e qualquer outro detalhe necessário. Caso seja possível, gostaria de ser informada sobre qual secretaria ou departamento é responsável por dispor dessa documentação, para que eu possa direcionar melhor as minhas solicitações.

Contando com a colaboração de Vossas Senhorias, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário

Agradeço antecipadamente pela atenção e pelo apoio à pesquisa acadêmica.

Atenciosamente,

Wandercléia Inhumada Silva.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Curso de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG).

ANEXOS**ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS ENTREVISTADOS**

25/07/2024, 13:08

SEI/UFAM - 2155722 - Declaração



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que **Wandercleia Inhumada Silva**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, nível Mestrado, desenvolve pesquisa para sua dissertação intitulada "**A feira municipal do produtor: dinâmica espacial, funcionalidade e comercialização**" **pedido de autorização para a pesquisa de campo no espaço da Feira Municipal do Produtor**. A mesma necessita de dados para concluir a pesquisa e que vimos através desta, muito gentilmente solicitar apoio para realização desta pesquisa.

Atenciosamente,

Manaus, 25 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fábio Sabbá G. Vieira**, Coordenador, em 25/07/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2155722** e o código CRC **42890810**.

Av. General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado 1 Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho,
Setor Norte - Telefone: (92) (92)3305-1181/ Ramal 2343
CEP 69080-900 Manaus/AM - ppgeog@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.024706/2024-70

SEI nº 2155722